



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios do
Instituto Superior de Educação e Comunicação na
formação dos Professores para a transformação social**

ISABEL MARIA CORREIA VIEGAS DE ABREU

Orientação: Professora Doutora Marília Evangelina Sota Favinha

Mestrado em Ciências da Educação- Administração, Regulação e Políticas
Educativas

Dissertação

S. Tomé, 2019



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios
do Instituto Superior de Educação e Comunicação na
formação dos Professores para a transformação social**

Isabel Maria Correia Viegas de Abreu

Orientação: Professora Doutora Marília Evangelina Sota Favinha

Mestrado em Ciências da Educação- Administração, Regulação e Políticas
Educativas

Dissertação

S. Tomé, 2019

COMPOSIÇÃO DO JÚRI

Presidente do Júri:

Professora Doutora Sara Marques Pereira

Categoria Profissional: Professora Auxiliar

Arguente:

Professor Doutor Luís Sebastião

Categoria Profissional: Professor Auxiliar

Orientadora:

Professora Doutora Marília Evangelina Sota Favinha

Categoria Profissional: Professora Auxiliar

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha netinha Luana Belissa, aos meus filhos: Belyto, Belquiri, Belgidio e Beldio não esquecendo do Leovigildo Mascarenhas e Natália Martins.

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar este momento de longa caminhada, quero agradecer a DEUS que me deu saúde e força para enfrentar esta batalha.

Os meus agradecimentos são extensivos à Dra. Sara Marques Pereira e ao Dr. Guilherme Vilhete da Universidade de Évora, em S. Tomé, que atenderam de bom grado, ao meu pedido e aos dos meus colegas de turma.

À minha Orientadora, Doutora Marília Favinha, que muito me encorajou e aos meus professores que até hoje tenho saudades.

Ao Dr. Olinto Daio, Armando Cotrim, Mirabel Ribeiro, Madalena Pinto, Bleyze Costa e Esmael Fernandes que me deram apoio moral e força nas noites de muito sono e cansaço.

Fico grata às minhas amigas Virgínia Godinho e Marisa Costa que ficaram algum tempo sem a minha companhia.

Aos meus familiares e amigos.

A Todos, o meu muito obrigado.

ÍNDICE

RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
Problema e objectivos.....	3
Metodologia da investigação.....	4
PARTE I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	6
1.1- Enquadramento Histórico do Ensino Superior.....	6
1.1.1- As principais razões da expansão do Ensino Superior.....	7
1.1.1- As Expectativas académicas dos alunos no Ensino Superior.....	10
1.2 - Uma nova dimensão para o Ensino Superior: principais tendências de transformação.....	11
1.3 - O papel do Ensino Superior no desenvolvimento da cidadania.....	13
CAPÍTULO II - O ENSINO SUPERIOR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS.....	17
2.1 - A evolução histórica do Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe. 17	
2.1.1 – Breve caracterização do Ensino São-tomense antes da Independência Nacional.....	18
2.1.2- O Ensino Superior após a Independência.....	20
2.2 – Enquadramento jurídico do Ensino Superior em STP.....	26
2.3 – A Contribuição do ES na formação de quadros em STP: uma visão sobre o ISEC.....	27
2.4 – Um olhar sobre os formandos/formados numa perspectiva de mercado de emprego em STP.....	30
2.5- O Ensino Superior e as novas tecnologias em STP.....	36

2.6- A formação à distância no ISEC: novas dimensões e perspectivas.....	37
2.7– Processo de transformação da EFOPE em ISEC.....	38
2.8- Perfil dos docentes do ISEC.....	39
2.9- Organização e implementação curricular do ISEC: novos desafios.....	40
Parte II- METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	47
CAPÍTULO III- OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	48
3.1- Natureza da Investigação.....	48
3.2- Caracterização do Campo de Investigação.....	48
3.3 - Apresentação dos dados do questionário.....	49
3.3.1- Caracterização dos inquiridos.....	49
3.3.2- Organização e Implementação Curricular na Instituição.....	55
3.3.3- Formação como transformação social.....	62
3.4- Apresentação dos dados do questionário feito aos alunos 4º ano do ISEC...	63
CONCLUSÃO.....	87
SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES.....	91
Limitações do estudo.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
Legislação.....	95
Websites Consultados.....	96
APÊNDICE 1 – Inquérito feito aos docentes do ISEC.....	98
APÊNDICE 2 – Inquérito feito aos formandos do ISEC 4º ano.....	102
APÊNDICE 3 – Carta dirigida à Reitora da Universidade Lusíadas.....	105
APÊNDICE 4 – Carta dirigida ao Presidente da Faculdade de Ciências.....	106
APÊNDICE 5 – Carta dirigida à Presidente do Instituto Superior de Educação e Comunicação.....	107

APÊNDICE 6 – Carta dirigida ao Presidente do Instituto de Ciências da Saúde...	108
APÊNDICE 7 – Carta dirigida à Reitoria do IUCAI.....	109
Anexo 1- Imagem das IES de S. Tomé e Príncipe.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS

ADD- Avaliação de Desempenho Docente
DAF- Direcção Administrativa e Financeira
EaD- Ensino à Distância
EFOPE- Escola de Formação de Professores e Educadores
ES- Ensino Superior
ICSVSM- Instituto de Ciências de Saúde-Dr. Victor Sá Machado
IES- Instituições do Ensino Superior
IPADE- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISEC- Instituto Superior de Educação e Comunicação
IPB- Instituto Politécnico de Bragança
ISP- Instituto Superior Politécnico
IUCAI- Instituto Universitário, Contabilidade, Administração e Informática
MB-Multibanco
MECCC_ Ministério da Educação, Cultura, Ciências e Comunicação
MEES- Ministério da Educação e Ensino Superior
MLSTP- Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe
NEE- Necessidades Educativas Especiais
RDSTP- Republica Democrática de S. Tomé e Príncipe
RAP- Região Autónoma do Príncipe
RJES- Regime Jurídico do Ensino Superior
TIC- Tecnologia Informação e Comunicação
ULSTP- Universidade Lusíada de S. Tomé
USTP- Universidade S. Tomé e Príncipe

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	24
Tabela 2- Nº de formados no ISEC de 2012/2013 a 2017/2018.....	29
Tabela 3- Nº de Diplomados por curso da Universidade de Évora e IPB.....	32
Tabela 4- Número de docentes por Universidade.....	34
Tabela 5- Número de alunos por Universidades.....	34
Tabela 6- Número de alunos do ISEC - 2018/2019.....	42
Tabela 7- Alunos inscritos por formação, anos de estudo e sexo.....	43
Tabela 8- Turma por formação e anos de estudo- ISEC.....	44
Tabela 9- Número de docente do ISEC.....	45
Tabela 10- Qualificação académica dos docentes do ISEC.....	45
Tabela 11- Caracterização dos docentes inquiridos por género.....	49
Tabela 12- Caracterização dos docentes por idade.....	50
Tabela 13- Caracterização dos inquiridos tendo em conta a habilitação literária.....	50
Tabela 14- Representação dos inquiridos quanto ao ano de serviço.....	52
Tabela 15- Departamento a que pertencem os inquiridos.....	53
Tabela 16- Cursos leccionados pelos inquiridos.....	53
Tabela 17- Caracterização dos docentes por ano do curso.....	54

ÍNDICE DE ORGANOGRAMA

Organograma 1- Estrutura funcional do ISEC.....	49
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução dos graduados no ISEC a partir de 2012/2013.....	29
Gráfico 2: Número de alunos do ISEC - 2018/2019.....	42
Gráfico 3- Representação de 49 professores inquiridos por género.....	49
Gráfico 4- Representação dos docentes inquiridos por idade.....	50
Gráfico 5- Habilitação literária dos docentes.....	51
Gráfico 6- Representação dos inquiridos quanto ao ano de serviço.....	52
Gráfico 7- Departamento a que pertencem os inquiridos.....	53
Gráfico 8- Caracterização dos docentes inquiridos por curso que leccionam.....	54
Gráfico 9- Caracterização dos docentes por ano curso.....	54
Gráfico 10- Relação entre unidades curriculares e a avaliação de empenho dos alunos.....	55
Gráfico 11- Organização dos conteúdos e as unidades curriculares.....	56
Gráfico 12- Relação áreas curriculares e a uniformização dos conteúdos.....	57
Gráfico 13- Autonomia dos docentes na tomada de decisão quanto à gestão pedagógica.....	58
Gráfico 14- Relação superação de dificuldades dos discentes e o desenvolvimento do trabalho em equipa por parte dos docentes.....	58
Gráfico 15- Realização de intercâmbio entre outros departamentos em caso de dificuldades dos alunos.....	59
Gráfico 16- Realização de intercâmbio entre outras universidades em caso de dificuldades dos alunos.....	60
Gráfico 17- Pontos fortes do trabalho colaborativo docente.....	61
Gráfico 18- Indicação dos pontos fracos do ISEC pelos inquiridos.....	62
Gráfico 19- Importância da formação do docente na transformação social.....	63
Gráfico 20- Construção de relações e a promoção do respeito mútuo.....	64

Gráfico 21- Salvaguarda do bem-estar dos alunos de acordo com as disposições legais.....	65
Gráfico 22- Estabelecimento de diálogo e desenvolvimento do espírito de solidariedade.....	65
Gráfico 23- Promoção de justiça, rigor, responsabilidade e equidade.....	66
Gráfico 24- Uso dos normativos do sistema educativo.....	67
Gráfico 25- Imparcialidade na tomada de decisões.....	67
Gráfico 26- Organização e disciplina na promoção da tolerância, flexibilidade e autoridade.....	68
Gráfico 27- Reconhecimento do erro e evidenciar a disponibilidade para mudar....	69
Gráfico 28- Assumpção como referência na sociedade e figura pública.....	69
Gráfico 29- Promoção de atitudes e valores positivos.....	70
Gráfico 30- Tomada de consciência de que a profissão exige permanentemente actualização de conhecimentos.....	71
Gráfico 31- Compreensão da dimensão cívica e formativa.....	72
Gráfico 32- Prevenção dos preconceitos e as discriminações individuais, culturais e sociais.....	72
Gráfico 33- Desenvolver o sentido de responsabilidade, solidariedade, justiça e equidade.....	73
Gráfico 34- Capacidade de análise, reflexão e pensamento crítico dos alunos.....	74
Gráfico 35- Conhecimento da cultura nacional e geral.....	75
Gráfico 36- Desenvolvimento das diferentes dimensões do saber.....	75
Gráfico 37- Promoção de acções que facilitam a comunicação.....	76
Gráfico 38- Compreensão crítica da evolução das disciplinas e do currículo.....	77
Gráfico 39- Promoção da autonomia dos alunos e a cooperação.....	77
Gráfico 40- Inclusão das crianças com NEE.....	78

Gráfico 41- Prática de situações de aprendizagem estimulantes, envolvendo os alunos na aprendizagem e no trabalho.....	79
Gráfico 42- Concepção e organização de situações de aprendizagens estimulantes	80
Gráfico 43- Capacidade de Liderança.....	80
Gráfico 44- Criatividade, inovação e ser facilitador da aprendizagem.....	81
Gráfico 45- Envolvimento da família e da comunidade em geral no processo educativo.....	82
Gráfico 46- Contribuição do professor para o funcionamento regular da escola.....	82
Gráfico 47- Trabalho em equipa e partilha de conhecimentos e experiências.....	83
Gráfico 48- Relação formação e a capacidade dos formandos em agir enquanto transformador social.....	84

RESUMO

A partir de 2014, o Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe sofreu mudanças substanciais, com o alargamento da rede universitária. As universidades privadas, IUCAI e Lusíadas, que até então dominavam o sistema universitário, viram surgir naquele ano a primeira universidade pública – a USTP - constituída por três Unidades Orgânicas: a Faculdade de Ciências e das Tecnologias, o Instituto Superior de Educação e Comunicação e o Instituto Superior de Ciências da Saúde.

Em consequência desta expansão, surgiram vários constrangimentos que não apenas têm a ver com a quantidade de pólos universitários como também com a qualidade dos formandos. O perfil do docente universitário passou a fazer parte da exigência do quadro de melhoria que se pretende para o processo de transformação social em S. Tomé e Príncipe.

Com este trabalho, pretende-se analisar o perfil do docente universitário em S. Tomé e Príncipe, a partir das suas concepções e práticas, das perspectivas e desafios do ensino superior actual. Para o efeito, será utilizada uma metodologia de abordagem quantitativa, com base no questionário, na análise documental e da legislação.

Palavras-chave: Ensino Superior, ISEC, Formação dos Professores, Perfil do Professor.

Higher Education in Sao Tome and Principe: Challenges of the Higher Institute of Education and Communication in Teacher Education for Social Transformation

ABSTRACT

Early 2014, higher education in S. Tomé and Príncipe has undergone substantial changes, with the expansion of the university network. The first public university - USTP – had been created and was formed by three university branches: the Faculty of Sciences and Technologies, the Higher Institute of Education and Communication and the Higher Institute of Health Sciences.

Until then, private universities - IUCAI and Lusíada - had the monopoly of higher education landscape. And as a result of this expansion, several constraints have arisen, and are not only related to the quantity of university poles but also to the quality of the trainees. The profile of the university professor became part of the demand for improvement that is intended for the process of social transformation in S. Tomé and Príncipe.

This paper intends to analyze the profile of university professors in S. Tomé and Príncipe, based on their conceptions and practices, the perspectives and challenges of today's higher education. For this purpose, a quantitative approach will be used, based on the questionnaire, documentary analysis and legislation.

Keywords: Higher Education, ISEC, Teacher Education, Teacher Profile.

INTRODUÇÃO

A educação é a base essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade e é, hoje, um dos desafios para a transformação social.

A principal tarefa do Ensino Superior, sobretudo o Instituto Superior de Educação e Comunicação- ISEC- que se ocupa, principalmente, com a formação de docentes da Educação Pré-escolar e Educação Básica, é formar indivíduos transformadores de informação em conhecimento que traduzam em transformação social.

Neste sentido, pretendemos com este trabalho analisar o Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe e apresentar os desafios do ISEC na formação dos Professores para a transformação social.

Numa perspectiva mais específica, estabelecemos alguns objectivos que julgamos serem essenciais para o desenvolvimento de acções propostas para o trabalho: caracterizar o ensino superior de São Tomé e Príncipe antes e após a independência; identificar as perspectivas e desafios do ensino superior; determinar as características da formação didáctica – pedagógica para a construção do perfil para o docente do ISEC e apresentar os desafios do ISEC na formação de docentes para a transformação social.

Hoje, os grandes problemas com que se depara a sociedade, a desagregação da estrutura familiar e o não exercício de uma cidadania plena são reflectidos na Educação. Ela deve estar preparada para enfrentar estas situações, formando indivíduos capazes de responder a essas vicissitudes sociais.

Os professores defrontam-se com um conjunto de transformações que escapam a sua esfera e capacidade de intervenção: as manifestações de indisciplina e de desinteresse dos alunos; a diversidade de funções e de papéis que os mesmos são chamados ou se sentem compelidos a assumir; a instabilidade profissional; as condições de trabalho inadequadas às mudanças cíclicas de natureza curricular que os colocam perante novos desafios profissionais, nem sempre bem explícitos e delimitados; a pressão decorrente das dificuldades em compatibilizar a extensão e a exigência dos programas; os resultados académicos dos alunos, ou ausência de um reconhecimento social suficientemente estimulante são alguns dos fenómenos que se costumam referir quer para caracterizar, hoje, a actividade profissional dos professores nas escolas e nas salas de aula, quer para demonstrar como exercício desta actividade neste país.

Os nossos dias estão marcados por profundas transformações sociais, políticas, económicas, financeiras e culturais, causadas pelo impacto de globalização e de mudança ambiental mundial, implicando tanto o aumento de desigualdades, pobreza extrema, exclusão e privação dos direitos humanos fundamentais.

Há uma certa urgência no que diz respeito à promoção de soluções inovadoras, paz, dignidade humana, igualdade de género, não-violência e não discriminação, das quais homens, mulheres e jovens devem estar comprometidos com estas mudanças por serem os principais actores de transformações sociais.

Daí que se deve questionar o papel do Ensino Superior nesta sociedade, que é exigido um novo Homem, mais flexível e polivalente que, pela sua dinâmica, possa ser capaz de dar resposta, de forma eficiente e eficaz, às diversas demandas sociais.

De igual modo, a Escola é chamada a desenvolver no “novo Homem”, conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autónomo, consciente e crítico da cidadania.

Assim sendo, os estabelecimentos do Ensino Superior, responsáveis pela formação de indivíduos, devem articular o saber: o saber para o mundo do trabalho e o saber do mundo das relações sociais.

A perspectiva política e a natureza pública da Educação estão consagradas na Constituição da República de São Tomé e Príncipe de 1975, data da fundação da República, bem como a própria estruturação de todo o sistema educacional na Lei de Bases do Sistema Educativo de 2003.

As transformações sociais ocorridas por meio da inclusão e da inovação social estão presentes em todas as actividades da Educação, com foco particular nas pessoas que são mais vulneráveis ou excluídas. As iniciativas de capacitação em transformações sociais servem para a construção de ligações entre o conhecimento científico social, políticas públicas e a sociedade, bem como para garantir as suas respectivas implementações.

Pinto (1989) refere que:

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma os seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. É dentro do contexto educacional, que se encontram diferentes sujeitos, que pertencem a diferentes contextos sociais, que trazem a sua historicidade construída a partir de diferentes experiências. (p.29)

Dada a exigência social observada nos dias de hoje, é de maior relevância o conhecimento do perfil de formação e a actuação dos docentes das Universidades de S. Tomé e Príncipe.

Com o surgimento de várias instituições de Ensino Superior na República Democrática de São Tomé e Príncipe, é exigido um novo perfil aos professores do Ensino Superior, de modo que estejam empenhados na transformação social e terem a consciência que as novas tecnologias educacionais proporcionam um ensino de qualidade. Estes docentes devem ser profissionais críticos, demonstrando postura e convicções nos seus valores, abertos à mudança, ao diálogo e à cooperação, exigentes e que ajudem os alunos a avançarem de forma autónoma e interactiva, promovendo de forma contínua a educação integral.

Assim sendo, este trabalho é composto por 2 partes, sendo:

Na primeira Parte, procedemos ao enquadramento teórico, em que faremos uma análise geral do Ensino Superior, do seu surgimento, as principais razões da sua expansão, sobretudo do seu papel no desenvolvimento da cidadania.

Abordaremos também os aspectos ligados ao Ensino Superior em São Tomé e Príncipe, desde a sua fase inicial, referindo-nos também do papel do ISEC na formação de quadros para a transformação social.

Na segunda parte, para a materialização do presente estudo, procederemos à apresentação e à análise dos inquéritos por questionários efectuados aos docentes e formandos do ISEC

Problema e objectivos

O ISEC é um estabelecimento de Ensino que tem formado, há largos anos, educadores e professores para o sistema educativo são-tomense.

Enquanto uma Instituição de Ensino Superior, deve assumir o seu papel que é de formar indivíduos capazes de desenvolverem actividades que possam contribuir para a transformação da sociedade.

A transformação social depende, sobretudo, da acção humana: do relacionamento que se estabelece uns com os outros, com as instituições, das orientações que são dadas, a forma de agir perante uma dada situação, dos direitos e deveres de cada cidadão.

Desta forma, o ISEC, como uma das Instituições do Ensino Superior, também tem responsabilidades neste sentido: de formar jovens capazes de serem os agentes de transformação social.

Surge assim este trabalho de investigação com os seguintes objectivos específicos:

- ✓ Caracterizar o ensino superior de São Tomé e Príncipe antes e após a independência;
- ✓ Identificar as perspectivas e desafios do ensino superior;
- ✓ Determinar as características da formação didáctica – pedagógica para a construção do perfil para o docente do ISEC;
- ✓ Apresentar os desafios do ISEC na formação de docentes na transformação social.

Metodologia da investigação

Para falarmos do Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe e os principais desafios do ISEC na formação dos Professores para a transformação social, desenvolvemos questionários aos docentes e formandos do último ano da turma de Educação para a Infância e do Ensino Básico 2º Ciclo, na área de Matemática/Ciências.

O presente estudo tem como objectivo estabelecer a relação entre a formação dos docentes do ISEC e de que forma contribuem para os novos desafios sociais em S. Tomé e Príncipe.

Espera-se com este trabalho, contribuir para a melhoria das actividades que são realizadas neste Estabelecimento de Ensino, sobretudo no que se refere ao funcionamento, a prática pedagógica, bem como a visão dos formandos sobre o ISEC, baseando-se na leitura e análise de documentos legislativos, Plano Estratégico da própria Instituição e nos questionários dirigidos aos professores e alunos deste Estabelecimento de Ensino.

Referindo-nos dos diferentes períodos da investigação, podemos salientar que a investigação teve 3 momentos considerados essenciais para o seu cumprimento:

- Primeiro momento – elaboração e definição da própria orientação investigativa;
- Segundo momento – recolha e tratamento dos dados do estudo, através dos Inquéritos;
- Terceiro momento – realização da análise dos questionários e a síntese.

PARTE I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta parte do trabalho faz o Enquadramento Teórico desta Temática da pesquisa e visa apresentar a análise do Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe, debruçando-nos sobre a sua perspectiva histórica, bem como a sua expansão e evolução.

1.1- Enquadramento Histórico do Ensino Superior

O Ensino Superior é considerado um nível de ensino que tem contribuído para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos e a sua inserção no mundo de emprego.

Num contexto mais abrangente, podemos referir que as universidades têm assumido um papel preponderante no desenvolvimento deste nível de Ensino na Idade Média, desde o seu surgimento, como refere Bortolanza, (2017) “As universidades e os produtos imediatos das suas actividades constituem a grande realização da Idade Média na esfera intelectual. A sua organização, as suas tradições, os seus estudos e exercícios influenciaram o progresso e o desenvolvimento intelectual da Europa.” (pág.4)

Actualmente, o Ensino Superior é considerado um nível de ensino que detém importância estratégica para o desenvolvimento económico e social e para o futuro de qualquer país: há cada vez mais muita procura para o ingresso no ES, o que obriga esta instituição a criar formas inovadoras que possam atender às necessidades do país e do mercado, indo ao encontro das expectativas dos interessados, o que implica a diversificação da oferta formativa.

Por isso, Magalhães (2006) afirma que:

A educação superior, tal como a herdámos, era centrada no conhecimento, isto é, na sua produção (investigação), na sua distribuição (ensino) e na sua difusão pelo corpo social (função de serviço à sociedade). O conhecimento e o seu manuseamento definiam não só a missão institucional como a natureza das organizações consagradas ao ensino superior. A estes elementos componentes da ‘ideia’ de educação superior foram incorporados outros igualmente estruturantes: a funcionalidade destas instituições em relação à consolidação e desenvolvimento do Estado-nação. Os quadros necessários ao funcionamento e estrutura do aparelho de Estado encontravam nas universidades e noutros institutos de ensino superior o lugar privilegiado para a sua formação.(pág.13)

Referindo-se sobre a difusão do conhecimento e a massificação do ensino, o autor aborda a questão relativa à globalização que tem influenciado no funcionamento das Instituições superiores, sobretudo na Europa, traduzindo-se em fragilidades concernentes ao acesso:

A fragilidade das instâncias nacionais e em que o processo de massificação e de democratização do acesso ao ensino superior o conduzem a outro modelo sociológico que não o de origem, a educação superior está a viver uma identidade esquizóide: educação terciária, pós-secundária, educação fundada na investigação, educação vocacional, etc. Esta situação requer um esforço de reflexividade que, ao mesmo tempo que recusa a procura essencialista de uma 'ideia' de ensino superior, enfatiza a necessidade de promover uma perspectiva de educação que não soçobre ao pobre paradigma da adaptabilidade, segundo o qual o critério de utilidade de uma dada instituição é directamente proporcional à sua capacidade de sobreviver às mudanças operadas no seu ambiente organizacional.(pág. 13)

Depreendemos, no entanto, que o Ensino Superior tem as suas raízes muito antigas, ou seja, desde a Idade Média, com o principal objectivo de promover o conhecimento, formando os indivíduos que pudessem dar o contributo para o desenvolvimento dos seus respectivos países por meio do saber.

1.1.1- As principais razões da expansão do Ensino Superior

O Ensino superior tem vindo a sofrer alterações ao longo dos séculos com o objectivo de corresponder às demandas sociais, impostas pelo mundo de globalização.

Segundo os dados de UNESCO (2015), a expansão do acesso ao Ensino Superior traz consequências positivas para outras dimensões da vida social, e a priorização da educação amplia o debate sobre a formação com base em competências e no uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.

As instituições de Ensino Superior, actualmente, enfrentam um duplo desafio: por um lado, actualizar-se e inserir-se na realidade em que estão inseridas, revendo as suas formas de organização e de relacionamento e dando um novo sentido ao seu papel social, e, por outro lado, entender, interpretar e apontar soluções para o contexto internacional, que está dominado por um conjunto de tendências e eventos conjunturais que podem definir futuros alternativos, dependendo da natureza e intensidade das mudanças e dos seus desdobramentos em curto e médio prazos. A centralidade dos elementos cognitivos e informacionais na formação da riqueza e promoção do desenvolvimento colocam em foco as instituições responsáveis pela produção e circulação do conhecimento.

É importante referir que este nível de ensino, através de formação de quadros, tem contribuído para o desenvolvimento do país, uma vez que diminui o número de estudantes

que vão ao exterior prosseguir os seus estudos, reduzindo, em grande nível, as despesas para o país e para os próprios pais e encarregados de educação. Na perspectiva de Kandingi (2016), o Ensino Superior assume um papel cada vez maior no desenvolvimento das economias e das sociedades do século XXI e que é possível distinguir três grandes momentos que marcaram o desenvolvimento do Ensino Superior em África:

- (i) Fase da universidade como símbolo de soberania, que remete para a ideia de que com a independência as nações africanas viram na educação a chave do desenvolvimento económico e social e do renascimento cultural;
- (ii) Fase da expansão, que responde à necessidade de formação de quadros, que tem subjacente a ideia de que na sequência das independências assistir-se-á a um esforço determinado dos dirigentes e aos sacrifícios das famílias africanas na ânsia de assegurarem um padrão de vida mais elevado e melhor para os seus filhos;
- (iii) Fase de crise, com cortes draconianos de recursos financeiros, na qual se ressalta o excessivo peso relativo do Ensino Superior em termos de custos, sendo uma das razões o baixo rácio professor-aluno e a grande quantidade de pessoal não docente (funcionários). (pág.9)

Diz ainda (citado em Makosso et al.2009) que a história da universidade em África comporta igualmente três períodos:

- (i) Era das universidades coloniais, que diz respeito às universidades instituídas pelo colonizador;
- (ii) Era das universidades da independência, que visava a afirmação da soberania nacional através da nacionalização, com vista à autodeterminação do campo académico;
- (iii) Era das universidades de desenvolvimento, que concretizam os propósitos e os objectivos estratégicos definidos que se espera que contribuam para o desenvolvimento dos países, cujos conteúdos são definidos pelos dirigentes nacionais. (pág.10)

Relativamente aos cursos oferecidos pelas referidas universidades africanas Kandingi (2016) destaca que eles abrangiam todos os campos da ciência, reflectindo as grandes ambições do desenvolvimento dos países que acabavam de ascender à independência. As universidades fundadas e financiadas como instituições públicas serviram igualmente um objectivo público no projecto de desenvolvimento do período pós-independência.

Na verdade, após a independência os Estados dos países Africanos definiram as suas políticas educativas com um novo rosto, onde os currículos conheceram transformações decisivas, na medida em que foram integrados nos manuais e nos programas de ensino assuntos do continente que outrora não constavam.

S. Tomé e Príncipe, sendo um país em que o ES se encontra na sua fase embrionária, enfrenta sérios desafios: cada vez mais, regista-se uma maior procura de estudantes pelo

Ensino Superior, fruto do crescimento populacional da camada juvenil que termina o Ensino Secundário.

No âmbito da empregabilidade, outras razões definem-se pela necessidade de aquisição de competências necessárias para enfrentar um mercado de trabalho instável, e cada vez mais selectivo, como é o de S. Tomé e Príncipe e as transformações no âmbito das ocupações e nas profissões. Para além do grupo estudantil do secundário, existe um outro que é a camada adulta que procura um melhor enquadramento no seu sector de trabalho, aliando-se às universidades.

Pelas razões apontadas, a ampliação do sistema do ES foi e continua a ser uma condição necessária para as situações futuras e as instituições privadas têm contribuído para esta expansão, independentemente de corresponder ou não às expectativas sociais.

Existe também a questão da busca de novas formas de gestão dos estabelecimentos de ensino superior, que face à expansão e aos interesses múltiplos dos interessados, deverão conciliar objectivos complexos e diversificados. Isso traduz-se em missões distintas porém focadas nas necessidades dos seus públicos-alvo e, ao mesmo tempo, articulados e coerentes com os objectivos amplos e de longo prazo dos países.

Assim, podemos depreender que as razões da expansão, não só em termos de serviços públicos de formação como privados, relacionam-se com as situações acima expostas: o aumento populacional de número de estudantes que terminam o ensino secundário e indivíduos de idade adulta que procuram por um melhor enquadramento nos serviços.

Assim, Gonçalves (2018) refere que:

Face à crescente demanda pela educação superior que se verificava no final do século XX, com tendências a crescer neste novo século, a Unesco chama a atenção para uma maior articulação entre o ensino superior e os demais níveis do ensino, principalmente, o secundário. Conforme é afirmado nessa referida declaração, a educação superior tem de estar aberta aos finalistas do ensino secundário “sem distinção de idade ou qualquer outra discriminação. Por isso, para se atender às demandas pela educação superior, a Declaração sugere aos países membros da Unesco que as políticas de educação superior abranjam a todas as áreas do saber, “desde as ciências tecnológicas, passando pelas sociais e humanas até as artes em geral.(pág.39)

Relativamente à dinâmica do Ensino Superior no país, podemos ainda salientar que, independentemente de haver universidades públicas e privadas, ela ainda não se socorre de uma forma estruturada e descentralizada, ou seja, todas as instituições do ES existentes no país concentram-se no distrito de Água Grande, o que se traduz em desafios para as diferentes universidades.

Podemos salientar que a expansão do Ensino Superior contribuirá para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, mas será necessário definir estratégias para melhorar o seu desempenho, requerendo-se a níveis mais altos de educação, competência técnica e domínio de informática, sobretudo, o investimento no EaD, mas que para isto, o investimento em meios tecnológicos e humanos é imprescindível.

1.1.1- As Expectativas académicas dos alunos no Ensino Superior

A palavra “*expectativa*”, na entrada do dicionário de Língua Portuguesa, significa “*esperança fundada em promessas ou probabilidades*”. (Teixeira, 2004:655)

O ES, durante muito tempo, estava direccionado para um grupo de indivíduos de um extracto social elevado, mas que, com as políticas de desenvolvimento social empreendidas pelos diversos estados, o conduziu para a massificação, conhecendo outras consequências: todos os alunos que terminam o seu percurso secundário procuram ingressar-se numa universidade.

Esta expectativa ainda é mais expressa se, quando conseguirem ingressar e terminar a sua formação, encontrarão um mercado aberto para a sua inserção de forma a aplicar o que aprenderam durante o percurso escolar.

Almeida, Costa, Alves, Gonçalves e Araújo (2012) referem que:

Se o primeiro ano tem sido afectado como um período crítico, potencializador de crises e desafios, torna-se importante compreender as expectativas iniciais dos estudantes e tentar desmistificá-las quando necessário. É fundamental, então, diminuir a distância entre os que esperam os estudantes e o que as instituições oferecem, criando condições para que maiores níveis de sucesso possam ser atingidos, quer do ponto de vista pessoal, quer social. Assim, a partilha de informação sobre a vida académica com estes novos alunos, a promoção da sua integração social e a oferta de serviços especializados de apoio psicossocial, aos que experienciem maiores dificuldades de adaptação, podem contribuir para o seu melhor ajustamento ao contexto académico. Sobretudo importante é evitar um grande fosso entre desejos (expectativas) e vivências (concretizações) pois, face a expectativas não concretizadas, os estudantes apresentam menor envolvimento e sucesso académico. (pág.72)

É certo que a expectativa pode afectar, de que maneira, o investimento dos alunos durante a formação. Por esta razão, as instituições do ES devem ser preponderantes na definição de objectivos, bem como na contratação de docentes qualificados e o tipo de formação, de modo a corresponder não só ao mercado como às expectativas dos formandos.

Quando nos referimos à variável “mercado”, devemos ter a consciência que as Instituições do ES devem estabelecer a relação entre a procura e o mercado (o que os sectores públicos e privados podem consumir em termos de profissionalização-recursos humanos).

Independentemente destes dois factores, há um outro que tem que ver com a área de interesse dos próprios alunos. Podem existir áreas de formação numa dada universidade em que os formandos não estejam interessados a inscrever-se.

Quanto às aspirações dos estudantes, Almeida *at all* (2012) defendem que:

Os estudantes antecipam a sua entrada no ES de forma muito optimista, recorrendo-se à expressão “freshman myth” para descrever a fantasia ou visão ingénua e irrealista desses estudantes em termos de expectativas. A palavra “mito” sugere que algumas dessas expectativas optimistas dos alunos raramente são satisfeitas, ou seja, à medida que avançam no ES os alunos vão fazendo avaliações mais negativas ou, pelo menos, mais realistas. Na verdade, um largo número de estudantes desconhece as características e exigências do ES, e, algumas vezes, possuem informação pouco coerente e objectiva. (pág.12)

Desde a criação do Instituto Superior Politécnico de S. Tomé, em 1996, que o número de procura ao ES tem aumentado no país, disparando, assim, o número de frequência neste nível de ensino.

1.2 - Uma nova dimensão para o Ensino Superior: principais tendências de transformação

O ES enfrenta, hoje, uma série de desafios: o acesso, a selecção de áreas de formação, professores qualificados, as novas tecnologias e a sua própria organização e gestão.

Referindo-se às mudanças ocorridas no ES, Porto & Rénnier (2003) referem que:

Nos países do chamado “primeiro mundo”, e especialmente nos Estados Unidos, as mudanças no ensino superior nos últimos 50 anos foram muito expressivas, tanto em termos quantitativos como qualitativos. A principal característica é a transformação de um ensino tradicional, baseado em cursos de quatro anos e fornecidos por instituições abrangentes (universidades) de natureza pública e privada que predominou ao longo dos anos 40/50 para o ensino superior de massa, com cursos curtos e fortemente concentrados sobre as instituições privadas, que começou a consolidar-se ao longo dos anos 1990, dando origem à chamada educação pós-secundária. (pág.18)

Adiantam, ainda, que esta transição também é percebida por outras nações, uma vez que várias das forças externas que exercem pressão sobre as instituições de ensino são

semelhantes, especialmente após a intensificação da globalização nas suas múltiplas dimensões.

A escola, como uma organização social, é encarada como um sector que tem ganho novos contornos, devido ao fenómeno da globalização que tem permitido a este nível de ensino desenvolver aspectos científicos e tecnológicos que traduzissem em mudanças consideráveis. Por estes motivos, ela deve estar preparada para ultrapassar os desafios que possam surgir.

Esta transformação deve-se ao factor acesso e expansão deste nível de ensino, sendo uma das principais responsáveis a globalização. Estas mutações afectam a instituição escolar, difundindo, muitas vezes, a incerteza e a ansiedade que essas mudanças acarretam, mas, ao mesmo tempo, contribui para a construção de uma escola cada vez mais capaz de se adaptar e renovar.

Segundo os dados da Unesco, apresentados por Porto & Régnier (2003),

O total mundial de efectivos do ensino superior passou de 51 milhões de estudantes para quase 82 milhões, ou seja, um crescimento de 31 milhões de estudantes. O ritmo de crescimento apresentou ainda uma progressão de 61%, ou um aumento médio de 3,4% ao ano nos últimos quinze anos estudados. (pág.16)

Defende, ainda, que este crescimento, por sua vez, não foi homogéneo: revelou-se mais elevado nas regiões menos desenvolvidas (5,8%) do que nas regiões mais desenvolvidas (2,8%) – o que se justifica pelo enorme *deficit* no acesso a graus mais elevados de ensino apresentados pelos países que compõe esta região. E indica também o espaço cada vez mais importante do ensino superior para os países menos desenvolvidos, um papel que tende a se acentuar no futuro (especialmente na região da Ásia, segundo previsões da Unesco).

Verifica-se, no entanto, que a busca ou a procura pela Educação Superior supera a capacidade existente em muitos países, tendo em conta aos sistemas de ensino existentes, dependente também do baixo poder económico de alguns.

Porto & Régnier (2003) referem que:

As transformações que ocorrem no âmbito do sector da Educação Superior implicam igualmente no surgimento de novos protagonistas, que não apenas concorrem com as universidades tradicionais, mas que também lhes servem de complementos e parceiros, destacando-se os seguintes actores: universidades corporativas, empresas instrucionais e entidades de Intermediação e, embora não haja certeza sobre o novo paradigma de universidade que irá se estabelecer e consolidar ao longo do século XXI, estudos e pesquisas realizados e disponíveis têm indicado, em termos mundiais, um amplo conjunto de tendências e forças de mudanças em andamento. (pág.19)

Eles defendem que estas mudanças podem ocorrer em diversos domínios:

- Mudança nas Características do Sector de Educação Superior- surgimento de novas forças competitivas; mudança do modelo organizacional, transformação das universidades amplas, fortes e verticalmente integradas e centradas no aluno (e não no professor)
- Mudanças na Estrutura do Sector de Educação Superior - As transformações que ocorrem no âmbito do sector da Educação Superior implicam igualmente no surgimento de novos protagonistas, que não apenas concorrem com as universidades tradicionais, mas que também lhes servem de complementos e parceiros, destacando-se os seguintes actores: universidades corporativas, empresas, entidades de Intermediação e Organizações não-Tradicionais.
- Mudanças nas Relações da Universidade com a Sociedade - a universidade tem desempenhado outras funções de interesse da sociedade (serviços de saúde e assistência, desenvolvimento económico, entretenimento etc.), as barreiras que a protegiam das invasões de agentes políticos e económicos estão sendo derrubadas. As universidades, como instituição, estão a tornar-se cada vez mais visíveis e vulneráveis e menos protegidas diante dos agentes da sociedade, requerendo, portanto, novas formas de interacção e inserção com o ambiente externo.
- Mudança na Natureza da Prestação dos Serviços Académicos. A prestação dos serviços de educação superior tende a assumir, cada vez mais, as seguintes características: aprendizagem continuada, ausências de fronteiras rígidas entre os serviços e aprendizagem assíncrona e serviços bastante diversificados,
- Mudança no Modo de Execução das Actividades Académicas - Universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Neste contexto, embora os seus papéis tradicionais (ensino-pesquisa-extensão) não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos específicos de execução mudarão. (pág.19)

Relativamente às transformações que ocorreram e têm ocorrido no ES, podemos salientar que, dadas as exigências sociais actuais, este nível de ensino deve adaptar-se quer no plano científico, quer no plano pedagógico e tecnológico para garantir uma formação eficaz e eficiente dos indivíduos.

1.3 - O papel do Ensino Superior no desenvolvimento da cidadania

Na pesquisa realizada, o dicionário de Língua Portuguesa (2013) define cidadania como *“qualidade do cidadão; vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um estado, o constitui, perante esse estado, num conjunto de direitos e obrigações.”*(pág. 354)

Refere, ainda, que “os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão e que o conjunto de direitos, meios, recursos e práticas que dá à pessoa a possibilidade de participar activamente da vida e do governo de seu povo.”

As Instituições do ES devem estar conscientes sobre o processo de modificações que ocorrem no mundo e estar cada vez mais comprometidas na redefinição do seu papel na sociedade.

Quando abordamos sobre a cidadania no ES, estamos a aludir a um conjunto de conhecimentos que vão para além do científico-pedagógico e mesmo tecnológico. Referimo-nos a situações que promovem o modo de agir na sociedade e a forma como o agir pode ocorrer socialmente.

A defesa de uma educação para a cidadania deve constituir uma preocupação e um assunto considerado fundamental para o funcionamento de quaisquer Instituições do Ensino Superior, sobretudo, aquelas que formam professores e educadores, como é o caso do ISEC.

Assim, Petrelli & Colossi (2004) referem que:

As universidades são constituídas em três vias ou funções básicas: ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um conjunto harmónico e indissociável, pois a interacção entre elas consubstancia a própria razão de ser uma instituição universitária. Estas funções, ou seja, estas vias da missão universitária permitem a formação, não apenas de profissionais, mas também de indivíduos capazes de exercer plena cidadania e a participar efectivamente na condução dos rumos societários.”(pág.8)

A sua missão, como uma Instituição universitária, define-se em actividades que traduzem acções de dever como uma instituição social e reflectir-se em problemas sociais, ambientais e económicos, de acordo com a sociedade onde está inserida.

Dizem, ainda, que uma Instituição Social caracteriza-se pela estabilidade e durabilidade da sua missão. Além disso, uma instituição social é estruturalmente assente em normas e valores emanados do grupo ou sociedade onde ela se insere. Uma Instituição Social é, fundamentalmente, um ideal, uma noção, uma doutrina. Assim, a Universidade é uma Instituição Social, estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade e, sobretudo, a Universidade é um ideal.

É da incumbência desta Instituição formar indivíduos no âmbito científico, eticamente comprometidos com a cidadania para encarar as diferentes situações que possam ocorrer na sociedade.

Portanto, a educação para a cidadania é uma vertente que deve ser vista por esta instituição como uma responsabilidade social, promovendo a auto-estima dos formandos e potenciar um relacionamento saudável entre os diferentes actores, contribuindo, assim, para a redução de acções que traduzam em tensões ou conflitos sociais.

Bourdieu, referido por Costa (2011), aponta que:

Não há espaço numa sociedade que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito da naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas na natureza das coisas.(pág.33)

Desta forma, Petrelli & Colossi (2004) fazem uma análise do que são os campos de acção das universidades:

Numa análise mais crítica da realidade funcional da instituição universitária percebe-se algumas distorções significativas nos seus três campos de actividades: ensino, pesquisa e extensão. Na realidade, as crescentes distorções do ambiente macrossocietário, afectam marcadamente as instituições universitárias e exigem reavaliação de seus compromissos, não só académicos, mas também com a sociedade onde ela serve, ampliando, cada vez mais, sua rede de projectos voltados à sua responsabilidade social como uma de suas funções básicas. Este comprometimento explora uma postura ética substantiva e comprometida com o resgate da cidadania. Acima de tudo, a instituição universitária assume uma posição de co-responsabilidade, na busca do bem-estar público em articulações com as políticas sociais. (pág.9)

A educação para a cidadania é uma das questões que se debatem em todas as sociedades que defendem uma hierarquia social visível que vão ao encontro destes estratos sociais, numa perspectiva de organização e do que o indivíduo possa vir a tornar-se ou agir socialmente.

Esta temática baseia-se, sobretudo, no respeito pelos outros, tendo em conta os direitos humanos que são consagrados na lei.

Socialmente, hoje, muitos questionam sobre o papel que é desempenhado pelas universidades na formação dos alunos. Como nos diz Petrelli& Colossi (2004):

Ao lado de sua respeitabilidade, a instituição universitária tem recebido críticas por parte da sociedade onde está inserida e a quem serve. A instituição é acusada de ser uma instituição dissociada da realidade social e, que apenas repassa conhecimentos, tendo-se transformado num órgão corporativo e burocratizado. De fato, estas críticas devem ser consideradas e analisadas continuamente, pois elas reflectem um ambiente de crises que demandam readequações a novas exigências societárias. A receptividade

à mudança e à inovação, a busca de novos paradigmas institucionais, incluindo-se a forte disposição de redireccionar a própria missão, é uma das principais preocupações da universidade. Saber conduzi-la neste mar de turbulências que caracteriza a instituição universitária e a própria sociedade, é o grande desafio. Inclui-se neste contexto, a predisposição da universidade em constituir sua quarta via ou dimensão. Ou seja, além do Ensino, Pesquisa e Extensão, a Universidade precisa atender mais uma função: Responsabilidade Social. (pág.8)

O Ensino Superior, para além de estabelecer regras práticas da formação para o cumprimento das metas curriculares, deve incluir no seu programa curricular acções que visem a formação do indivíduo na sociedade, tornando-o como um agente exemplar que, para além de difundir as normas de conduta social, pratica bons exemplos.

A igualdade de género, equidade e a inclusão devem ser constituir uma missão do ES. Estas vertentes visam a consciencialização dos discentes que frequentam um dado nível do Ensino Superior: estão relacionadas com a profissão e o social.

Achamos interessante que o Ensino Superior deve encarar a educação como um desafio, na promoção constante da cidadania e desenvolvê-la numa perspectiva de responsabilidade social, sobretudo quando se tratar de uma instituição vocacionada para a formação de professores.

CAPÍTULO II - O ENSINO SUPERIOR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

Neste capítulo, debruçamo-nos sobre o trajecto do Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe, referindo-nos sobre a sua evolução bem como as suas perspectivas, tendo em conta as novas realidades sociais.

2.1 - A evolução histórica do Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe

O Ensino Superior na República Democrática de S. Tomé e Príncipe tem uma história que se configura recente, comparativamente ao dos outros sistemas de ensino superior em Países Africanos de Língua Portuguesa, mas passou a ser, desde o seu início, uma instituição indissolúvelmente ligada à história e ao desenvolvimento do país.

A história da Educação Superior na República Democrática de S. Tomé e Príncipe pode dividir-se em dois momentos:

O primeiro momento é caracterizado a partir da época dos descobrimentos das Ilhas de S. Tomé e do Príncipe, em 1470 e 1471 até ao ano de 1992, altura em que não existia qualquer Estabelecimento de Ensino Superior no país;

O segundo momento é definido pelo surgimento das seguintes IES: Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI, privado, inaugurado em 1992), o Instituto Superior Politécnico (ISP, público, 1997) Instituto Superior de Ciências e Saúde Dr. Victor Sá Machado (Inaugurado em 2003) - que realizava Cursos médios de enfermagem, análises clínicas, farmácia e enfermagem em saúde materna e infantil - e a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (privada, 2005), Instituto Superior de Educação e Comunicação (público-2014) e Faculdade de Ciências e Tecnologia (2014).

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (Lei nº1/1975, 5 de Novembro, revisada pela Lei n.º 3/2003, 25 de Janeiro) defende a educação/formação como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, sublinhando, no ponto 1 do artigo 55º, que *“A educação, como direito reconhecido a todos os cidadãos, visa a formação integral do homem e a sua participação activa na comunidade”*.

Na perspectiva do desenvolvimento humano, a educação não pode ser entendida apenas como a transmissão de conhecimento.

Na entrada do dicionário de Língua Portuguesa (2013), a educação é definida como:

Processo que visa o desenvolvimento harmónico do ser humano nos seus aspectos intelectual, moral e físico e a sua inserção na sociedade; 2- processo de aquisição de conhecimentos e aptidões; 3- instrução; 4- adopção de comportamentos e atitudes correspondentes aos usos socialmente tidos como correctos e adequados. (pág. 567)

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 2/2003, de 2 de Junho) destaca a educação como um direito de todos os são-tomenses. Estas disposições legais encontram o respaldo na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, Resolução 217^a, Dezembro de 1948, p. 5, artigo 26º), na qual é determinada que *“Toda a pessoa tem direito à educação...”* e que *“A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais...”*.

A Educação Superior, enquanto um processo de continuidade e de melhoria na busca do ideal de desenvolvimento, assume-se, desde logo, como um objectivo político, mas as limitações conjunturais e infra-estruturais dos sistemas de organização político-sociais que dominaram a história do Arquipélago vão determinar a sua qualidade e carácter.

2.1.1 – Breve caracterização do Ensino São-tomense antes da Independência Nacional

A História de S. Tomé e Príncipe inicia-se com a descoberta das duas ilhas pelos navegadores [portugueses João de Santarém](#) e [Pêro Escobar](#) em 1470 e 1471.

Num estudo realizado por Seibert em 2013, dá conta que durante a época colonial, em São Tomé e Príncipe, até à independência em 1975, não existia qualquer instituição do Ensino Superior e que poucos são-tomenses tinham acesso a este nível de ensino em Portugal.

Graças à riqueza de alguns proprietários são-tomenses que participaram com sucesso na florescente economia de plantação, nos fins do século XIX, em São Tomé, mantinha em Portugal o mais alto número de estudantes negros de todas as colónias. (Seibert, 2013:285)

Nesta época, os que tinham acesso ao Ensino Superior provinham da família que detinha poderes financeiros como nos diz Seibert (2013) no seu estudo:

Em São Tomé e Príncipe, onde a elite nativa sempre foi negra, foram sobretudo factores socioeconómicos que deram acesso ao ensino superior, pois no fim do século XIX/ início de séc. XX foram os proprietários nativos e depois os funcionários públicos são-tomenses que puderam enviar os seus filhos para estudar em Portugal.” (pág.284)

Seibert (2013) refere que Portugal serviu de ancoragem para novos grupos de estudantes são-tomenses:

Depois da II Guerra Mundial chegou uma nova geração de estudantes das colónias africanas a Portugal. Para reunir e orientar estes estudantes o regime salazarista criou uma associação estudantil ultramarina, a Casa dos Estudantes do Império (CEI, 1944-1965) que, ao contrário do que o regime salazarista tinha previsto, com as mudanças políticas pós-guerra tornar-se-ia num centro de politização destes jovens africanos que mais tarde estariam entre os líderes mais proeminentes dos movimentos de libertação dos seus países. (pág. 285)

No seu trabalho, pudemos verificar que houve um aumento gradual dos estudantes no exterior:

No ano lectivo 1967/1968, estavam matriculados em estabelecimentos de ensino superior em Portugal 37 são-tomenses, sendo 27 homens e em 1972/1973 este número aumentou para 68, dos quais 43 eram do sexo masculino. Logo depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal alguns destes estudantes regressaram a São Tomé, onde fundaram a Associação Cívica Pró-MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), que teve um papel importante na luta política pela independência do país. (pág. 286)

O ensino são-tomense, sobretudo o Superior, na época colonial nunca foi uma prioridade do regime colonial, sendo uma população negra, existia apenas um estabelecimento de ensino secundário no país.

Podemos apresentar alguns exemplos de estudantes são-tomenses que formaram no estrangeiro, Portugal, que são: Caetano da Costa Alegre que, em 1887, começou a estudar medicina na Escola Médico-Cirúrgica em Lisboa, ou Ayres Menezes (1894-1965), o primeiro médico negro de São Tomé e Príncipe, que se licenciou em medicina na Universidade de Lisboa, em 1916.

Tendo em conta os dados recolhidos, depreendemos que eram muito poucos os estudantes são-tomenses que frequentavam, na altura, o Ensino Superior. Os pais que tinham os meios financeiros enviavam os seus filhos para o exterior, dado que, em S. Tomé, não existia qualquer estabelecimento do ES.

2.1.2- O Ensino Superior após a Independência

Actualmente, o problema demográfico e, conseqüentemente, o aumento da camada estudantil, está na base dos desafios para o ensino são-tomense, já que a capacidade de resposta, em termos de acesso, constitui, ainda, um dos elementos a ultrapassar de forma a corresponder à procura, ou seja, há um grande défice em termos de infra-estruturas no sector educativo.

A partir de 1975/76, inicia-se o programa do Novo Governo Independente de S. Tomé e Príncipe, visando a eliminação do analfabetismo e ruptura total com o sistema de ensino português, com recurso aos programas de estudos e técnicos cubanos: muitos estudantes são-tomenses prosseguiram os seus estudos superiores nos países com os quais S. Tomé e Príncipe estabeleceu relações de cooperação que, segundo os dados da Direcção do Ensino Superior, contam: Cuba, União Soviética (Ex URSS), Congo, Marrocos, Brasil, Angola, Macau, Argélia e Portugal.

Entre 1975 e 1999, houve a massificação do ensino após a realização da Reforma Curricular, depois da formalização do Plano de Reforma Integral do Ensino em 1979 e 1982, o que originou um aumento de número de infra-estruturas, passando de duas escolas secundárias para dez, em diversas regiões do país, fazendo com que muito mais alunos pudessem frequentar as escolas.

Na década de 1980 surgiu uma das primeiras experiências em S. Tomé e Príncipe ligadas ao Ensino Superior, Licenciatura em Direito e em História, formações destinadas aos líderes políticos, realizadas pela Universidade de Havana, Cuba, resultando na graduação de cerca de 20 licenciados.

Como nos diz Seibert (2013:288) “o estabelecimento do número das instituições de ensino superior no país são relativamente recentes, visto que começaram a aparecer uns anos depois da democratização, processo que se iniciou em 1990.”

Depois desta fase, foi realizado o primeiro curso de formação superior, bacharelato em Português/Francês, entre 1992 e 1995, através do projecto concebido entre a cooperação portuguesa, francesa e o Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe, do qual saíram cerca de vinte formados com o grau de bacharel.

Posteriormente surgiu, em 1993, a Lei nº 11/93, Lei do Ensino Particular e Cooperativo que passou a regular as actividades no ensino particular, criando possibilidades para

emergência deste nível de ensino. O seu artigo nº 3, ponto 2, realça que “A presente lei aplica-se a todas as instituições particulares de educação pré-escolar, de educação geral, de formação técnico-profissional e de ensino superior com exclusão de formação de docentes.”.

A Lei acima referida visava “garantir o pluralismo global do sistema e igualdade do ensino, integrar as instituições de ensino particular e a participação activa no sistema nacional da educação, promover a qualidade de ensino, a ação pedagógica, a modernização e o progresso técnico e científico e racionalizar o aproveitamento máximo dos recursos do país.”.

Em 1994, o Ministério da Educação, Juventude e Desporto legaliza a primeira instituição privada no país, o IUCAI através do Despacho nº8/94, que iniciou as suas actividades com 3 cursos, sendo: Contabilidade e Gestão, Administração e Gestão e Informática.

Seguidamente, em 1996, fora criada a primeira instituição pública de ES, denominado Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISPSTP), que caberia, no seu processo de instalação e funcionamento, no artigo 3º, o seguinte:

- a) Organizar e lecionar cursos nas áreas da formação inicial de docentes ou outros que venham a ser considerados relevantes;
- b) Organizar e lecionar cursos de especialização nas áreas da sua atuação;
- c) Desenvolver ações e promover cursos de formação contínua não conferentes de graus;
- d) Promover atividades de pesquisa e fomentar a prestação de serviços técnicos de consultoria nos domínios da sua atividade.

Nesta altura, o Instituto Superior Politécnico formava docentes cujo perfil era Bacharelato (4 anos, sendo o primeiro caracterizado de propedêutico ou nivelamento e 3 correspondentes ao curso). Os cursos realizados eram: cursos bivalentes de Português/ Francês, Matemática/ Ciências Naturais e História / Geografia, ligados à formação pedagógica dos docentes para o leccionarem no Ensino Secundário.

Dois anos mais tarde, em 1998, foi implementada a Licenciatura bivalente em Física/ Química, e Línguas e Literaturas Modernas com variante Português / Francês e Português/ Inglês. Posteriormente, em 2006/2007, acabou-se com Bacharelato, possibilitando a todos, mais 2 anos para fazerem o complemento de formação em que o perfil de saída era Licenciatura.

Uma vez que a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1988 não integrava o ensino superior, pelo Decreto-Lei nº 11/97, o ensino superior passou a ser incorporado no sistema nacional de educação, Lei nº 2/2003, estabelecendo as condições de acesso e os graus conferidos neste nível de ensino.

Nove anos depois, ou seja, em 2005, através do Decreto-Lei nº 22/2005, surge a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (ULSTP), fruto da cooperação com as Universidades Lusíada de Portugal. Esta Instituição do Ensino Superior tem como missão o seguinte:

[...] a transmissão e a difusão da cultura humanista, científica, tecnológica e artística que, através da docência, da investigação e da prestação de serviços especializados, participando no desenvolvimento económico, social e cultural do país e contribuindo, deste modo, para a promoção de justiça social e de uma cidadania informada e esclarecida por via de saberes e valores que se associam à história e às tradições da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Podemos salientar que até 2014, em São Tomé e Príncipe, apenas existiam três instituições de ensino superior, sendo duas privadas e uma pública: IUCAI (Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática, em 1992, ISP (Instituto Superior Politécnico, em 1996 e a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, em 2006.

Segundo Seibert (2013:288), em 2010, o IUCAI graduou 109 estudantes nestas áreas. O ISP, cujo currículo integra o ano zero, aumentou o número dos estudantes inscritos de 117 no ano lectivo de 2000/2001 para 914 em 2011/2012 frequentando cursos de bacharelato e licenciatura em Educação, Economia, Administração e Turismo. Esta instituição dedica-se sobretudo à formação de professores. Na pequena Universidade Lusíada, que administra apenas cursos em Direito e Ciências Económicas e Empresariais, Relações Internacionais, os alunos têm de completar um ano propedêutico antes de iniciar os próprios estudos. Em 2011, os primeiros graduados deixaram esta modesta instituição, com menos de 200 estudantes.

Para a formação superior, Portugal tem sido uma peça fundamental para a formação dos quadros superiores do país no âmbito da formação profissional e superior.

Dos dados recolhidos e apresentados por Seibert (2013:291), de 1997 a 2008, estiveram inscritos em universidades portuguesas anualmente entre 277 (1997-1998) e 644 (2007-2008) são-tomenses. Entre o ano letivo de 1997/1998 e o de 2006/2007 o número dos diplomados são-tomenses quase quadruplicou de 21 para 80.

A Lei nº 2/2003, no seu artigo 11º, pontos 1 e 2, refere que o Ensino Superior compreende o Ensino Universitário e politécnico, que, dentre outros objectivos, constam:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico;

Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e colaborar na sua formação contínua;

Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura.

No ponto 3 do mesmo artigo, realça que “O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de crítica.”

O Plano Nacional de Acção, no Projecto Educação para todos, revisto em 2006, apresenta-nos um conjunto de informações relativas ao Ensino Superior que, comparativamente com a situação actual, o número de formandos que frequentava o ensino superior no país, no ISP, era muito reduzido:

No ano lectivo 2000/2001 o ISP/STP funcionou com 55 alunos, dos quais 70,9% do sexo masculino e 20,9% do sexo feminino, distribuídos por 3 áreas de formação: Matemática/C. Naturais, Português/Francês e História/Geografia.

Áreas de formação tais como Línguas e Literaturas Modernas, Línguas e Administração, Física/Química e Educadores de Infância já tiveram o seu início no ano lectivo 2002/2003, prevendo-se desta maneira a entrada de mais 180 estudantes.

Podemos, assim, referir que, desde a sua criação até ao momento actual, houve aumento muito significativo no que diz respeito ao número de estudantes a frequentarem as Instituições do Ensino Superior no país, segundo os dados.

Tendo em conta as preocupações do Ministério da Educação na planificação e projecção das actividades ligadas ao ES, definiu na Carta Política Educativa, visão 2012-2022, algumas metas, na base da situação que se verificava na altura, conforme o quadro que se segue:

Tabela 1- Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2011	Metas fixadas para 2021
Taxa de admissão de jovens com+ de 20 anos ao ES	10%	40%
Taxa de transição Secundário Superior.	50%	85%
Taxa de absorção dos diplomados no mercado de trabalho de acordo com as suas áreas de formação	80%	100%
Taxa de conclusão no Ensino Superior	60%	85%
Nº de cursos oferecidos no ES	20	30
Total de mestres formados no país	50	200
Taxa de Doutorados formados no país	10	80

Fonte: Ministério da Educação, Cultura e Ciência (2015)

Apesar de considerarmos uma ambição do Ministério nesta projecção, a situação económica do país constitui um *hand cup* para o cumprimento de alguns dos indicadores acima referidos, como por exemplo, a taxa de transição do Secundário para o Superior e a taxa de conclusão do Ensino Superior, uma vez que muitos alunos que terminam a parte curricular não defendem as suas monografias.

Quanto ao número de Mestres e Doutorados, estes indicadores poderão ser alcançados, tendo em conta que o Instituto Politécnico de Bragança, que formou vários quadros mestres, e a Universidade de Évora que tem formado quadros para graus de Mestre e Doutor.

Estes dados espelham a aposta do Ministério da Educação face ao ES, que ao longo dos anos tem demonstrado um crescimento e procura no país, proporcionado pelo número de estudantes que terminam o secundário no final dos anos lectivos.

No que se refere a apoios financeiros aos jovens, Seibert (2013) refere que alguns países apoiaram o estado são-tomense, subsidiando os estudantes:

Dos outros países de acolhimento, apenas a Venezuela paga bolsas, enquanto Marrocos e a Rússia oferecem mensalmente um subsídio de cerca de €75 aos estudantes são-tomenses. No caso destes dois países São Tomé envia aos seus

estudantes mensalmente €100 e €250 respectivamente. Todos os outros países oferecem apenas as vagas nas universidades e isenção de pagamento das propinas, cabendo ao Estado são-tomense as despesas com viagens de ida e regresso e o sustento dos estudantes (alojamento, alimentação, etc.) mediante o envio de ajudas de custo pagas oficialmente com periodicidade trimestral. Em 2010 o ensino superior absorveu 46,8 por cento das despesas correntes para educação, das quais 37,4 por cento foram destinadas a bolsas de estudo dos estudantes no exterior e 9,4 por cento ao ensino superior no arquipélago. As despesas públicas para a educação aumentaram de 17,3 por cento das despesas correntes do orçamento do Estado em 2002 para 37,9 por cento em 2010. (pág. 292)

Relativamente aos subsídios que os estudantes recebiam em ajudas de custo, segundo os dados apontam para o seguinte:

(...)Moçambique (US\$350); Cuba (mestrado) e Brasil (US\$300); Cabo Verde e Portugal (€250), Angola e Argélia (US\$250) e Cuba (licenciatura, US\$120). Em 2010, as despesas do governo são-tomense com as ajudas de custo para os estudantes ultrapassaram US\$3 milhões. Este valor também incluía cerca de 240 bolsas internas para estudantes que frequentavam os três estabelecimentos de ensino superior em São Tomé⁷. Contudo, há anos que há atrasos de seis meses ou mais no pagamento pelo governo são-tomense das ajudas de custo. Repetidas vezes, estudantes são-tomenses no Brasil, Cuba e Rússia foram forçados a escrever cartas abertas ao seu governo protestando contra o incumprimento no pagamento das bolsas. Em 2009, chegou-se mesmo ao ponto de a pedido do governo são-tomense, o antigo líder da Líbia, Al-Kadhafi, disponibilizar US\$250.000 para pagar bolsas de estudo a centenas de estudantes são-tomenses em Cuba e noutros países. Como o governo são-tomense não tem conseguido suportar o pagamento das bolsas, pediu o apoio de Portugal e do Brasil para a criação da primeira universidade pública no arquipélago. (pág. 292)

Quanto ao nível financeiro, o país gasta uma boa parte do Orçamento Geral para o financiamento para a formação superior, dentro e fora do país.

De acordo com os dados fornecidos pela DAF do Ministério da Educação, no ano lectivo 2015/2016, no OGE do XVI Governo Constitucional, concebeu para o Ensino Superior 3,59%, sendo 0,09% para a bolsa interna e 3,5% para a bolsa externa. Em 2016/2017, para a bolsa externa 2,9% e interna 0,10. O estado aloca mais verba para estudantes no exterior do país.

Resumindo, faz sentido realçar que o Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe conheceu uma evolução muito significativa, pois houve um aumento demográfico de estudantes que frequentam este nível de Ensino bem como uma aposta do Ministério da Educação na planificação, organização, na definição de metas significativas para o desenvolvimento do ES no país.

Apesar da preocupação acima relatada, podemos afirmar que continua um desafio a oferta formativa, no que diz respeito ao acesso.

2.2 – Enquadramento jurídico do Ensino Superior em STP

A Independência Nacional, alcançada em 12 de Julho de 1975, gerou condições para uma nova abordagem da política educativa na RDSTP. Foi criada uma nova arquitectura legislativa com o objectivo de se proceder à massificação do ensino, perspectivando a transformação da sociedade são-tomense.

Para tal, foram consignados direitos e deveres no âmbito da Educação e promoveu-se o livre acesso ao sistema educativo generalizado em todo o país. Importa referir que, na altura da independência, 80% da população era analfabeta.

Paulatinamente, os Professores de Posto¹ e Professores Magistério Primário formados ainda na época colonial foram juntando aos jovens Professores Eventuais² que, sem qualquer formação específica, concorriam para o exercício da actividade docente.

Assim sendo, para o enquadramento legal das Instituições do Ensino Superior (público e privado) que operam no país, o XVI Governo Constitucional criou o Regime Jurídico do ES, através do Decreto nº 9/2014, que, posteriormente fora revogado através do Decreto Nº 6 de 3/11/2016, que comporta as demais vertentes como: a constituição, atribuições, organização, competência dos órgãos e tutela e a fiscalização pública, no quadro da sua autonomia.

Este decreto defende que a IES deve proporcionar a qualificação de alto nível dos cidadãos, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos estudantes, num quadro de referência internacional, valorizando a actividade dos seus docentes, investigadores e funcionários e estimular a formação intelectual e profissional dos estudantes, assegurando as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

Elas devem promover, ainda, a mobilidade efectiva de estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional.

O RJES tem como finalidade a uniformização das actividades que são desenvolvidas nas diferentes universidades do país, de forma a promover a qualidade das formações que são

¹ Professores que se ingressavam no sistema com a 9ª classe, de 1975 a 1981, no Ensino Básico.

² Jovens que terminavam o 11º ano Liceal. Leccionavam no secundário, 5ª à 9ª classe.

ministradas nestas Instituições, de acordo com o acesso, graus académicos, o regime de equivalência, acção social, creditação e certificação.

As IES em S. Tomé e Príncipe compreendem Instituições do Ensino Universitário (as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário) e as instituições de ensino politécnico (os institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico).

Assim, o ES tem por missão a qualificação de alto nível dos seus cidadãos, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional.

As Instituições do ES devem valorizar a actividade dos seus docentes, investigadores e funcionários, estimulando a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e assegurar as condições para que todos os cidadãos, devidamente habilitados, possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida, promovendo a mobilidade efectiva dos estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional e promove e difunde a valorização económica do conhecimento científico, contribuindo para a compreensão pública das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias.

Em suma, o enquadramento do RJES constitui uma mais-valia para a regulação do funcionamento das Instituições do ES no país, mas a sua aplicação ainda se encontra na sua fase embrionária, devido à falta de apropriação do mesmo pelas diferentes Universidades.

2.3 – A Contribuição do ES na formação de quadros em STP: uma visão sobre o ISEC

Como havíamos abordado, houve um período em que São Tomé e Príncipe dependia totalmente dos outros países para a formação dos seus quadros. Hoje, apesar de continuar a enviar os estudantes, existem instituições nacionais do ES que têm contribuído para a formação de jovens quadros, o que tem diminuído esta situação.

Apesar de existirem algumas formações que são feitas exclusivamente no exterior, como a medicina, por exemplo, tendo em conta as condições do próprio país, muitos quadros formados em diversas áreas no país estão inseridos no mercado de emprego: formação em Direito, Gestão, Docência, Relações Humanas e Técnicos de Saúde.

Podemos ainda salientar que o envio de estudantes para o exterior tem contribuído negativamente para o cofre do estado, uma vez que a responsabilidade do estado para com os estudantes nesta situação reverte-se no envio de valores para os mesmos. Existem também estudantes que são apoiados financeiramente pelas suas famílias durante o prosseguimento dos seus estudos.

Actualmente, S. Tomé e Príncipe conta com algumas universidades portuguesas como Évora e Instituto Superior de Bragança que, no estabelecimento de parcerias com S. Tomé e Príncipe, têm desenvolvido um papel fundamental na formação de quadros, oferecendo cursos de mestrado e doutoramento.

De entre as áreas com maior necessidade no país, a de docência e enfermagem são as que são mais absorvidas no país dada a necessidade do próprio país. Estas formações são desenvolvidas pela Universidade de S. Tomé e Príncipe com o objectivo de colmatar a escassez interna dos recursos humanos.

Desde 2003 que o ICSVSM tem formado quadros que são absorvidos internamente, ao nível da saúde, suprimindo as necessidades que se tem registado quanto ao número de formados. De 2003/2004 a 2017/2018, foram formados 464 técnicos na área de saúde.

No IUCAI, desde a sua existência, em 1994, já foram graduados 1450 formados nos diversos cursos, em que uns se ingressaram pela primeira vez no mercado de emprego, outros por necessidade de melhoria na carreira de acordo com as funções que desempenham nos seus serviços.

Concernentes aos quadros formados na ULSTP, já foram graduados e enviados ao mercado de emprego 357 Licenciados no ramo de Ciências Económicas e Empresariais, Gestão, Direito e Relações Internacionais.

O Instituto Superior Politécnico, hoje Faculdades de Ciências e das Tecnologias, de 2013/2014 a 2017/2018, graduou 251 alunos.

Quanto ao ISEC, o quadro abaixo ilustra-nos o número de formados desde 2012/2013 a 2017/2018.

Tabela 2- N° de formados no ISEC de 2012/2013 a 2017/2018

Ano Lectivo	N° de inscritos	N° de Formados	Percentagem
2012/2013	329	34	10,3%

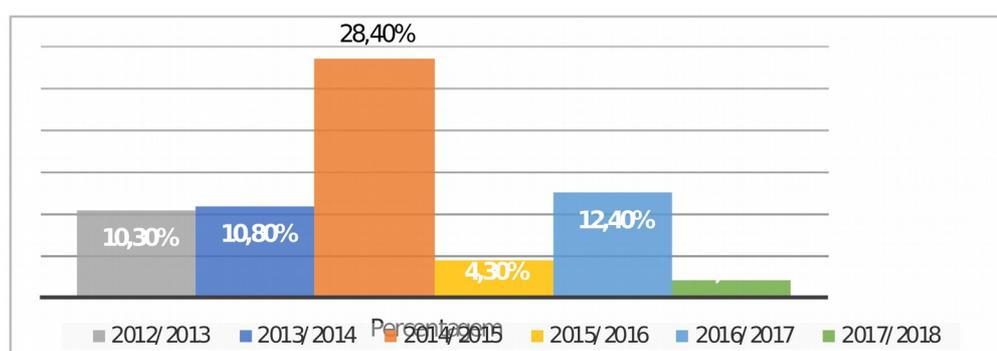
2013/2014	315	34	10,8%
2014/2015	303	86	28,4%
2015/2016	490	21	4,3%
2016/2017	475	59	12,4%
2017/2018	482	10	2,1%
Total	2394	244	10.1%

No ISEC, de 2012/2013 a 2015/2016, os formandos que terminaram a sua formação realizaram cursos médios ligados à Educação.

Os formandos que defenderam a sua monografia em 2016/2017 eram do curso de Complemento de Licenciatura e os de 2017/2018 foram 10, em que apenas 1 do Curso de Licenciatura conseguiu terminar. Os restantes 9 são de Complemento de Licenciatura.

Analisando os dados, verifica-se que, em 2014/2015, houve um maior número de alunos que conseguiram concluir a formação.

Gráfico 1- Evolução dos graduados no ISEC a partir de 2012/2013



Reflectindo sobre os dados apresentados, podemos referir que apenas 10,1% dos alunos que se inscreveram de 2012 a 2018 terminaram a formação. Isto deve-se a diferentes factores:

- ✓ as políticas internas de incentivo aos estudantes para apresentarem a monografia; muitos alunos têm de pagar taxas extras -multas-, tendo em conta o atraso na entrega dos trabalhos.

- ✓ os próprios orientadores que não analisam os trabalhos dos formandos a tempo para que os mesmos possam cumprir com as suas obrigações.
- ✓ a falta de uma boa preparação dos alunos nas sessões de Seminário de elaboração de projectos do fim do curso.
- ✓ a falta de investimento dos formandos.
- ✓ a não promoção na carreira docente. A abertura de concursos não é feita de forma regular pelo Ministério da Educação, fazendo com que os que ingressam pela primeira vez auferam melhor salário em relação aos que já se encontram no sistema, ambos com o mesmo nível de formação.

A missão de formar indivíduos agentes de transformação social pode estar comprometida devido à desmotivação por parte dos formados que, por sua vez, compromete também o próprio desenvolvimento da cidadania e, conseqüentemente, a promoção da democracia, baseada na justiça, equidade e igualdade social.

2.4 – Um olhar sobre os formandos/formados numa perspectiva de mercado de emprego em STP

Todos os jovens que se ingressam na Universidade e que se dedicam para a sua conclusão esperam inserir-se no mercado de emprego e pôr em prática o que aprenderam durante os anos de formação. Todavia, no final, ele enfrenta duas dificuldades: a de inserção profissional e a valorização académica.

Quanto à valorização académica, por exemplo, em S. Tomé e Príncipe, muitos docentes que se já encontram no sistema que, inicialmente, não tinham qualquer formação específica na área de docência, vêm as suas expectativas adiadas, depois de concluída a formação superior, porque não são promovidos de acordo com a sua formação.

Para começar, existe actualmente a consciência, cada vez mais crescente, de que não vale apenas formar, mas sim, formar com rigor e qualidade.

Quando nos referimos à qualidade significa dizer que deve existir um conjunto de acções que possibilitem uma formação em que os formados estejam prontos para porem em prática e poderem enfrentar as diversas situações que podem ocorrer durante o desempenho das suas funções: o nível de formação dos professores, o plano curricular, acervo bibliográfico...

Todo o Estado deve primar pela qualidade como sendo uma política das próprias instituições de Ensino e estas devem encontrar formas próprias para lidar com o fraco nível de desempenho dos níveis de ensino anteriores.

No programa do XVI Governo Constitucional (2015) refere-se, em termos de resultados esperados, que:

O ensino superior de boa qualidade, adaptado às reais necessidades do país é desenvolvido em STP [...]” e que “O essencial da formação superior é feito localmente e o custo dessa formação no exterior diminui drasticamente em favor da formação local. (pág. 14)

Hoje, podemos referir que existem muitos quadros formados em área científica, mas não na área pedagógica a nível do ES. Neste sentido, as Instituições públicas e privadas do ES são obrigadas a recorrer a quadros extraordinários para a realização da actividade lectiva nas suas Instituições.

Nos programas e nas estratégias do Ministério da Educação, Cultura e Ciência para o ensino superior aborda-se essa problemática, uma vez que, na sociedade do conhecimento a qualidade da oferta educativa é um dos pressupostos para o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico.

A tónica na qualidade constitui uma importante aposta das autoridades públicas (o mesmo se pode dizer das privadas): sem a qualidade não é possível atingir os objectivos pretendidos com o ensino superior.

Por conseguinte, melhorar a qualidade é um desafio inerente ao desenvolvimento do ensino superior no país e da sociedade são-tomense, em geral.

Ainda no âmbito da melhoria da qualidade de ensino e das perspectivas de desenvolvimento do ensino superior no país, importa referir que nos últimos cinco anos têm surgido várias iniciativas de realização de formações pós-graduadas (mestrados e doutoramentos) em parceria com instituições portuguesas (Instituto Politécnico de Bragança e Universidade de Évora), através de protocolos de cooperação entre instituições públicas e instituições portuguesas de ensino superior.

Relativamente ao protocolo de cooperação estabelecido com o Ministério da Educação, o relatório da Universidade de Évora (2015-2019) refere que:

Todas as formações ministradas são feitas ao abrigo do Protocolo de Autorização de Funcionamento de Cursos Superiores entre o Ministério da Educação e Ciência da República Portuguesa e o Ministério da Educação, Cultura e Ciência da República Democrática de São Tomé e Príncipe (subscrito em 13 de Abril de 2015) e ainda do Protocolo de Cooperação entre a Universidade de Évora e a Universidade de S. Tomé e Príncipe (subscrito em 18 de Maio de 2015). (pág.1)

A tabela 3 indica os cursos implementados pela Universidade de Évora e IPB, bem como o número de diplomados:

Tabela 3- **Nº de Diplomados por curso da Universidade de Évora e IPB**

Instituição	Cursos	Nº inscritos	Nº de formados
Universidade de Évora ³	Doutoramento em Ciências da Educação	23	0
	Mestrado em Gestão – Ramo Finanças	43	12
	Mestrado em Gestão - Ramo Marketing	22	11
	Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas - Agronegócios	22	0
	Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas – Economia e Gestão para Negócios	31	0
	Mestrado em Matemática e Aplicações	24	4
	Mestrado em Engenharia Informática	24	0
	Mestrado em Ciências da Educação - Administração Escolar	31	9
	Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor	20	0
	Mestrado em Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica	24	0
	Pós Graduação em Inspeção da Educação	31	27
IPB⁴	4 Cursos de Mestrado (Seguranças Alimentar, Educação Ambiental, Ensino das Ciências e Ensino da Leitura e da Escrita)	46

³ - Relatório da Universidade de Évora 2015-2019

⁴ - Estatística da USTP

Total	240	110
--------------	-------	-----	-----

Fonte: Universidade de Évora e Sector Académico da USTP

A contribuição destas duas universidades, quanto ao número de diplomados (110), constitui um grande reforço de capacidade institucional para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

O Artigo 27º dos Estatutos da USTP indica as áreas científicas a serem desenvolvidas por cada Unidade Orgânica como a seguir se indica:

- a) Faculdade de Ciências e Tecnologia- Área das Ciências Exactas, Tecnologias e Sociais
- b) Instituto Superior de Educação e Comunicação- Área das Ciências da Educação, Comunicação e Artes-
- c) Instituto Superior de Ciências da Saúde - Áreas da Saúde
- d) Centro de Estudos para o Desenvolvimento- Área de Investigação e Extensão à Comunicação.

Relativamente aos dados obtidos pelas diferentes Instituições do ES em S. Tomé e Príncipe, apresentamos o corpo de docentes e discentes nas seguintes tabelas:

Tabela 4- Número de docentes por Universidade

Instituições Universitárias	Masc	Femin	MF
Inst. Univ. Cont. Adm. Inform.	64	4	68
Universidade Lusíadas STP	41	16	57
F. Ciências e das Tecnologias	99	37	136
Instituto Superior C. e Saúde	23	15	38
Inst. Sup. Educação e Comunicação	51	23	74
Total	278	95	373

Tabela 5- Número de alunos por Universidades

Instituições Universitárias	Masc	Femin	MF
Inst. Uni. Cont. Adm. Informática	192	186	378
Universidade Lusíadas	214	297	511
Faculdade de Ciências e das Tecnologias	583	606	1189
Inst. Sup. Educação e Comunicação	150	351	501
Instituto Superior C. e Saúde	66	114	180
Total	1139	1440	2579

Analisando a tabela acima, podemos salientar que a sociedade são-tomense, ao longo dos tempos, foi considerada machista. Os homens tinham direito à instrução e as mulheres aos trabalhos domésticos.

Após a Independência foram surgindo oportunidades para algumas raparigas poderem se formar no exterior e no País.

Na década de 90, foram surgindo instituições Superiores em S. Tomé e Príncipe e, actualmente, as jovens raparigas e mulheres insistem na necessidade de continuar a apostar na educação/formação como condição fundamental para a redução da pobreza e, consequentemente, a melhoria da renda familiar e a sua afirmação no processo do desenvolvimento do próprio país. Daí a justificação de se registar o maior número de mulheres universitárias.

Apesar do crescente acesso das mulheres à instrução/formação, ainda se regista pouca melhoria no que se relaciona com a taxa de participação feminina nos cargos públicos.

Relativamente aos cursos leccionados nas três universidades de S. Tomé e Príncipe no presente ano lectivo, a partir dos dados fornecidos pela secretaria das Instituições do E.S do país, apuramos que os cursos leccionados no país nas diferentes universidades estão distribuídos da seguinte forma:

I. Nas Unidades Orgânicas da Universidade de S. Tomé e Príncipe:

- a) Na Faculdade de Ciências e Tecnologia, com um total de 1189 alunos, são ministrados os seguintes cursos: Cursos de Licenciatura em Agronomia, Licenciatura em Direito, Licenciatura em Economia, Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação, Licenciaturas em Turismo, Licenciatura em Gestão de Empresas, Licenciatura em Engenharia Informática, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática,

Licenciatura em História, Licenciatura em Língua Portuguesa e Licenciatura em Língua Francesa.

- b) Quanto ao Instituto Superior Ciências da Saúde Drº Victor Instituto Sá Machado, existem cursos médios, bacharel, de especialização e Licenciatura.

Relativamente aos cursos médios, constam: Curso de enfermagem Saúde Materna Infantil, Curso de Epidemiologia, Curso de Farmácia, Curso de Análises Clínica, e Bacharel em Enfermagem e Análises Clínicas.

Lecciona-se o Curso de Especialização em Anestesia, em Instrumentação Cirúrgica e Complemento de Licenciatura em Enfermagem, Curso de Licenciatura de Enfermagem e Licenciatura de GASS.

II. Nas universidades privadas, são leccionados os seguintes cursos:

- a) No Instituto universitário de Contabilidade Administração e Informática, leccionam-se os seguintes cursos: no curso de Formação Média- Gestão de Empresas, Administração Pública e Informática;

b) Também são leccionados os cursos de Licenciatura nas seguintes áreas: Licenciatura em Direito, Ciências Políticas e Administração Pública, Licenciatura em Gestão Bancária Financeira e Seguradora, Licenciatura em Organização e Gestão de Empresa, Licenciatura em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, Licenciatura em Economia e Gestão Petrolífera, Licenciatura em Economia, Licenciatura em Informática e Gestão de Empresas, Engenharia em Construção Civil, Engenharia de Telecomunicações e Informática, Engenharia Agronomia

b) Na Universidade Lusíada, são ministrados cursos de Licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais, Licenciaturas em Direito, Licenciatura em Relações Internacionais.

2.5- O Ensino Superior e as novas tecnologias em STP

Hoje a sociedade do conhecimento exige um novo perfil aos professores do ensino superior. Os mesmos devem estar comprometidos com as transformações sociais e políticas competentes com as novas tecnologias educacionais, críticos com postura e convicções nos seus valores, abertos à mudança, ao diálogo e à cooperação, que sejam exigentes e que ajudem os alunos a avançarem de forma autónoma e interactiva, promovendo a educação integral.

Esta sociedade, segundo Salvador (2013), representa a combinação das configurações e aplicações da informação com as tecnologias da comunicação em todas as suas possibilidades. Merece destaque especial o que este autor defende quando diz que o escopo de abrangência da sociedade do conhecimento vai além do mundo da internet e está redefinindo a economia global, trazendo consigo a transformação do mundo “inteligente” em todas as suas dimensões.

Alonso (2010) refere que:

O problema do uso de determinadas tecnologias nos processos educativos não se restringe à eficiência e eficácia que isso poderia imprimir aos projectos/programas de ensino. Tratar da EaD e das TIC implica políticas públicas e institucionais, financiamento e projectos "instituidores" de alternativas pedagógicas, identificados com os princípios da democratização da escola em seus vários níveis, entendidos como de acesso e permanência com qualidade no sistema público de ensino. (pág. 1323)

Ao reduzir, no entanto, o uso das TIC como algo mais afecto à oferta dessa modalidade, particulariza-se a problemática que tem maior abrangência e implicações que somente devem promover interacções em projectos/programas de formação não presenciais.

2.6- A formação à distância no ISEC: novas dimensões e perspectivas

O ensino à distância, mais do que uma necessidade, é uma oportunidade para a Universidade acompanhar os tempos modernos e, eventualmente, constitui uma ajuda para repensar o processo de ensino.

As Instituições do ES são obrigadas a enfrentar novos desafios, como: diferentes tipos de aluno e de formação; a adequação a um paradigma de ensino centrado no aluno; a actualização do papel do professor — facilitador da aprendizagem, a demografia, a procura, tendo em conta o número de jovens candidatos ao Ensino Superior e a descentralização.

Segundo Alonso (2010)

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nos processos de formação ainda é pouco explorado pelas instituições educacionais e tem sido confundido como "espaço" exclusivo da educação a distância. Recorrentemente, nos esquecemos que o seu uso mais intenso nos processos de escolarização/formação impõe saberes/pensares muito mais amplos que os direccionados apenas às aplicações em modalidades de ensino/aprendizagem. (pág. 1322)

Fazendo uma abordagem sobre o EaD em S. Tomé e Príncipe, podemos referir que o ISEC tem experimentado uma nova dinâmica neste domínio, em parceria com a Escola Superior Paula Fransinet, para a formação de professores em Exercício sem a formação pedagógica.

Neste momento, são contemplados cerca de 520 professores ao nível Nacional.

Esta formação está distribuída em 9 pólos de formação: Água Grande (3), RAP (1), Mé-Zochi (2), Lembá (1), Caué (1), Lobata(1).

A Universidade de Évora também implementou esta experiência na vertente Pós-Graduação em Inspeção com os inspectores e professores da RAP.

Assim, tendo em conta as dificuldades encontradas pelos jovens estudantes e, não só, que vivem em zonas muito distantes do país, as Instituições do Ensino Superior no país devem reflectir sobre o seu verdadeiro papel no processo de formação e, conseqüentemente, no desenvolvimento do país, recorrendo-se, sobretudo, ao EaD para suprir esta demanda.

2.7– Processo de transformação da EFOPE em ISEC

Com efeito, a Independência Nacional, alcançada em 12 de Julho de 1975, gerou condições para uma nova abordagem da política educativa em STP.

O processo de transformação do ensino em STP resultou, portanto, de um longo processo de acertos, de busca de melhor desempenho e de melhores resultados, iniciado em 1975, e que continua num percurso ao encontro de novos patamares de eficácia e eficiência na formação e capacitação de educadores e quadros docentes.

Por conseguinte, criou-se uma nova arquitectura legislativa com o objectivo de se proceder à massificação e democratização do ensino, perspectivando a transformação da sociedade são-tomense.

A Escola de Formação de Professores e Educadores, EFOPE, foi criada em 2000, através do Decreto-Lei nº 7 de 23/08/2000.

Neste Decreto, o no Art. 2º, alínea a) do número 1, referia que cabia à EFOPE “*Organizar e leccionar cursos nas áreas de formação inicial, contínua ou em serviço, de professores do ensino básico e educadores de infância*” e, o ponto 2, do mesmo artigo, indica que todos os cursos devem corresponder ao grau de bacharelato.

Com o intuito de valorizar o corpo docente e como forma de dar resposta à formação de professores e educadores de infância, depois de mais de 10 anos de paralisação, foi criada uma Comissão Instaladora que encetou diligências para a reabertura da Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE). Tendo em conta a carência de qualificação profissional de professores e a necessidade de integração no mercado de trabalho, para dar resposta à necessidade de melhoria de qualidade no ensino básico, diversos diplomas foram criados ao longo do percurso.

Uma das dificuldades da EFOPE prendia-se principalmente na remuneração do pessoal, que dependia do financiamento externo para a sua execução.

Entretanto, no quadro das exigências e desafios da nova conjuntura socioeconómica, cultural e política, a EFOPE viu-se transformada em Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC), integrado na Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), constituindo uma das suas unidades orgânicas.

O plano estratégico do ISEC (2017) faz uma breve resenha histórica sobre a institucionalização do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC), sendo, actualmente a extensão da Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE), que tinha a missão de formar e capacitar quadros para satisfazer as necessidades de ensino/aprendizagem nas escolas primárias e nos jardins-de-infância ou creches.

Assim, o ISEC como Instituição colectiva de direito público, dotada de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, nos termos do artigo 11.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, conjugados com os artigos 6º, 7º e 8.º do Decreto-lei n.º 9/2014, que cria a Universidade de São Tomé e Príncipe, e com o artigo 5.º do respectivo Estatuto, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 8/2014.

2.8- Perfil dos docentes do ISEC

O perfil da maioria do corpo docente universitário em S. Tomé e Príncipe ainda não é o mais desejado. Tendo em conta os novos desafios, as nossas universidades devem estar munidas de condições adequadas para a formação de profissionais que correspondam às exigências de mercado de trabalho, prontos para a acção e inovação, pois, do ponto de vista académico, embora tenha crescido o número de professores diplomados com títulos de mestrado e doutoramento em várias áreas científicas, o número destes ainda não corresponde às necessidades.

O corpo docente constitui ainda um problema a ser superado nas instituições do Ensino Superior no país: a contratação de professores com a formação adequada, para o melhoramento do quadro de professores efectivos, evitando, desta forma, a contratação de docentes extraordinários.

Com o surgimento do Instituto Superior de Educação e Comunicação e a crescente oferta de instituições do ensino superior, levou ao aumento do número de professores e a uma mudança de paradigma no recrutamento e selecção de docentes que ingressam nesse subsistema. Ainda assim, muitas são as questões sobre a qualidade das instituições de ensino superior, com o principal realce na qualificação docente e discente, na estrutura organizacional e condições de ensino e aprendizagem, quando se reflecte sobre o perfil deste profissional em S. Tomé e Príncipe.

A construção do saber também se modifica e acompanha o ritmo do crescimento social, em que diversos sistemas de informação passam a facultar a obtenção de conhecimento. Nesse processo, o docente que ocupava um espaço de exclusividade na transferência de saber, passa a dar lugar também ao discente, que deixa de ser um simples receptor de informações e ocupa o lugar de transmissor de novos saberes.

Ser docente universitário é ser um mediador do conhecimento, aprendiz permanente, construtor de sentidos e, sobretudo, organizador da aprendizagem e que leva a adopção de uma nova postura.

Esta profissão requer responsabilidade, habilidades técnicas e conhecimentos na área de actuação profissional. Dar aulas no ensino superior tem sido a meta de muitos que terminaram o curso de mestrado e até licenciatura. Por isso impõem-se as reformas no sistema educacional, modificando a questão educativa como um todo, mas ressaltando a necessidade da requalificação dos professores, bem como o preparo dos demais profissionais que se inserem na vida académica.

Pode-se garantir que, num sistema universitário caracterizado de embrionário, exista diferentes cenários em termos de qualidades profissionais no país, traduzindo, na maior parte das vezes, em deficiência na transmissão de informações curriculares aos discentes.

Embora existam constrangimentos ao reforço das capacidades internas de previsão da formação superior, parece haver perspectivas positivas nesse sentido.

Diante desta situação, podemos questionar se os docentes do Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe estão preparados para esta nova era.

2.9- Organização e implementação curricular do ISEC: novos desafios

Tendo em conta o processo de transferência de EFOPE para o ISEC, de acordo com as necessidades e novas exigências, hoje, o ISEC conta com um plano estratégico que visa: a melhoria das instalações do ISEC (aprimoramento do espaço, criação de sala de professores, aquisição de material informático, melhoria da rede sem fios, fotocopiadora, sistema de pagamento por MB e outros), o recrutamento e selecção de mais docentes, em função das competências efectivamente necessárias, com o reforço financeiro que isso implica, designadamente em termos de vencimentos que possam dar a garantia de autonomia do ISEC para definir mecanismos complementares (ao exame nacional de acesso ao ensino superior) de selecção de alunos, em função das especificidades dos cursos e das respetivas competências e dos números definidos por turma.

Este plano refere que o ISEC deve estabelecer uma parceria com as estruturas do MECCC, podendo contar com alguns dos profissionais para actividades de docência, nas áreas em que for necessário fortalecer, de início, competências estratégicas das unidades ISEC constituídas, dentre as principais esferas que passamos a citar:

- ✓ A realização do projecto Educação de Qualidade Para Todos, cabendo ao ISEC a tarefa de acompanhar/coordenar a execução no terreno e libertando a instituição da necessidade de se dotar de recursos humanos e técnicos para poder dar, isoladamente, resposta a uma formação com este grau de exigência em quantidade (cerca de 900 pessoas em todo o país) e qualidade (abrangência de temáticas e áreas do saber envolvidas).
- ✓ A inclusão, no caderno de encargos do projeto Educação de Qualidade Para Todos, de uma formação em TIC (especificamente e-learning e à entrada do projeto) destinada a docentes do ISEC.
- ✓ A inclusão, no caderno de encargos do projecto Educação de Qualidade Para Todos, de um Mestrado em Supervisão.
- ✓ permitindo a publicação de artigos e outras produções científicas; e orientar as teses de mestrado em função das áreas temáticas das unidades ISEC a constituir (gestão e avaliação de escolas, ADD, avaliação das aprendizagens, supervisão pedagógica, TIC na educação e NEE;
- ✓ reforçando a imagem do ISEC junto dos alunos e futuros/potenciais "utentes".

A nova dinâmica implementada no ISEC visa a participação e envolvimento activo do corpo docente do ISEC nas tarefas de: revisão das estruturas curriculares dos cursos;

apropriação dos mecanismos e do esforço de mudança; orientação da organização para resultados, devidamente avaliados em função de indicadores seleccionados e consensualizados; o reforço de competências internas, por parte dos docentes, disponibilizando-se para frequentar, com proveito, a formação que vier a ser disponibilizada.

2.10- Contribuição do ISEC na formação dos professores da Pré-escolar e do Ensino Básico

O ISEC é o fruto da transformação da Escola de Formação de Professores e Educadores-EFOPE- que, durante muito tempo, formou educadores e professores de S. Tomé e Príncipe, antes da criação do Instituto de S. Tomé e Príncipe, USTP. É um processo que foi desenvolvido com o objectivo de dar uma maior dinâmica neste Estabelecimento de Ensino Superior, na formação de quadros ligados à Educação e em outras áreas julgadas fulcrais para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

Esta unidade, ISEC, pertence à rede de Universidade Pública, conjuntamente com o Instituto Victor Sá Machado e Faculdade de Ciências.

Podemos referir que a maior parte de Professores existentes no país ao nível da Pré-escolar e do Ensino Básico foram formados no ISEC.

No presente ano lectivo o ISEC tem 501 alunos, sendo 150 do Sexo Masculino e 351 do Sexo Feminino.

Tabela 6- Número de alunos do ISEC - 2018/2019

Alunos	M	F	M F
Número de alunos	150	351	501

Gráfico 2: Número de alunos do ISEC - 2018/2019



No que se refere aos estudantes, concluímos que existem mais alunas a frequentarem o ISEC, representando uma percentagem de 70 %.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, mencionámos que os educadores de Infância e os docentes do Ensino Básico são formados no ISEC. O maior número de formandas-70% justifica-se, sobretudo pela opção de escolha e a visão que os formandos têm acerca da Pré-escolar e o Ensino Básico. Consideram a Educação para a Infância e o Ensino Básico como sendo níveis que exigem um acompanhamento cuidadoso das crianças. Por outro lado, a maior parte dos que estão nestes níveis, sobretudo no Básico, a cada início do ano lectivo, procuram transferir-se para o nível seguinte, ou seja, os do Ensino Básico, 1º ciclo, 1ª à 4ª classe, têm sempre o interesse de serem transferidos para o 2º ciclo, 5ª e 6ª classes ou mesmo para o Ensino Secundário.

Um outro aspecto a salientar relaciona-se com a igualdade e equidade do género; as senhoras estão mais empenhadas a formarem-se em relação aos senhores.

A tabela 6 espelha a distribuição de alunos por formação, anos de estudo e sexo:

Tabela 7- Alunos inscritos por formação, anos de estudo e sexo

Formações/Cursos	Sexo	Ano 0	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Graduação	Total
Educação Básica Médio	MF	0	0	0	0	22	0	22
	M	0	0	0	0	6	0	6
	F	0	0	0	0	16	0	16
Educadores de Infância Médio	MF	0	0	0	0	26	0	26
	M	0	0	0	0	2	0	2

	F	0	0	0	0	24	0	24
Licenciatura em Educação básica/ Área das Expressões	MF	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0
Licenciatura em Educação básica Área da Humanidade	MF	0	14	0	70	32	0	116
	M	0	5	0	23	6	0	34
	F	0	9	0	47	26	0	82
Licenciatura em Educação básica Área de Ciências	MF	0	40	18	54	58	0	170
	M	0	13	7	24	19	0	63
	F	0	27	11	30	39	0	107
Complemento de Lic. Em E. Básica 2ºCiclo	MF	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0
Licenciatura em Ciências de Comunicação	MF	0	55	32	0	0	0	87
	M	0	21	15	0		0	36
	F	0	34	17	0	0	0	51
Complemento de Lic. Em E. de Infância	MF	0	0	22	0	0	0	22
	M	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	22	0	0	0	22
Complemento de Lic. Em E. Básica 1ºCiclo	MF	0	24	34	0	0	0	58
	M	0	2	5	0	0	0	7
	F	0	22	29	0	0	0	51
Total Geral	MF	0	133	106	124	138	0	501

Fonte: Administração do ISEC (dados estatísticos- 2018/2019)

Quanto às turmas por formação e anos de estudo, neste ano lectivo 2018/2019, totalizam 23 turmas, como indica o quadro seguinte:

Tabela 8- Turma por formação e anos de estudo- ISEC

	Formações/Cursos	Ano Zero	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Graduação	Total
1	Educação Básica. Formação Média	0	0	0	1	0	0	1
2	Educadores de Infância. Formação Média	0	0	0	1	0	0	1
3	Licenciatura em Educação Básica/ Área de Ciências	0	2	1	3	3	0	9
4	Licenciatura em Educação Básica/ Área de Humanidade	0	1	0	3	2	0	6

5	Licenciatura em Ciências de Comunicação	0	1	1	0	0	0	2
6	Complemento de Licenciatura em Educação Básica	0	1	2	0	0	0	3
7	Complemento de Licenciatura em Educação infância	0	0	1	0	0	0	1
Total Geral		0	5	5	8	5	0	23

Fonte: Administração do ISEC (dados estatísticos)

Relativamente a estes dados, podemos referir que existem 21 turmas ligadas à área de docência e 2 na área de comunicação.

Estes dados levam-nos a concluir que o ISEC tem direccionado a sua formação para a área de docência, Pré-escolar e Ensino Básico, não obstante de haver cursos na área de Comunicação.

Actualmente, os educadores de infância e os docentes do Ensino Básico são recrutados do ISEC e os do Secundário da Faculdade de Ciências e das Tecnologias, suprimindo as necessidades do Recursos Humanos existentes no Ministério da Educação.

Tabela 9- Número de docente do ISEC

Enquadramento	Professores		
	M	F	M F
Efectivos	4	2	6
Extraordinário	45	23	68
Total	49	25	74

Fonte: Administração do ISEC (dados estatísticos)

Referindo-nos ao número de docentes do ISEC, a tabela 8 indica que o ISEC, num conjunto de 74 docentes, apenas existem 6 professores efectivos, representando apenas 8,1%, e 49 extraordinários, o que representa 91,9%.

Ao nosso entender, para o melhor funcionamento deste Estabelecimento de Ensino, o ISEC deve criar vagas para o enquadramento de Docentes, uma vez que tendo o maior número de extraordinários reflecte na qualidade de formação que é ministrada neste Estabelecimento de Ensino.

Um outro aspecto que devemos mencionar é o facto de existir mais docentes do sexo masculino-66,2% que feminino-33,8%.

Podemos salientar que esta situação justifica-se pelo modelo de recrutamento de docentes extraordinários para leccionarem no ISEC. Os professores não são selecionados a partir do concurso público, por isso, a selecção dos mesmos é feita pela disponibilidade e, muitas vezes, os Homens acabam por ter mais oportunidades de ingresso.

Tabela 10- Qualificação académica dos docentes do ISEC

Níveis de Formação	Professores		
	M	F	M F
Doutoramento	5	1	6
Mestrado	26	12	38
Licenciatura	18	12	30
Total	49	25	74

Fonte: Administração do ISEC (dados estatísticos)

A tabela 9 indica-nos que existem mais docentes com Mestrado que os das outras áreas, que consideramos ser um dado encorajador. No ISEC, no conjunto de 23 Turmas, apenas existem 2 turmas de Formação Média, sendo as restantes, 21, Licenciatura. Isto significa que existem docentes com Licenciatura a leccionarem cursos de Licenciatura.

No nosso entender, este Estabelecimento de Ensino deve rever o quadro de docentes que leccionam no ISEC que, mesmo serem extraordinários, procurar recrutar professores com o grau de mestre ou Doutor, de forma a concorrer para a melhoria da qualidade da formação.

Parte II- METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO III- OPÇÕES METODOLÓGICAS

Constitui o objectivo deste trabalho estabelecer a relação entre a formação dos docentes do ISEC e os desafios sociais em S. Tomé e Príncipe, o que nos possibilitou recorrer a algumas referências bibliográficas, pesquisas documentais (despachos, actas, memorandos, Plano Estratégico do ISEC, Decretos-Leis) que serviram de suporte para o presente estudo.

Independentemente desta acção, recorreremos a um grupo de docentes e formandos, através de aplicação de inquéritos por questionários, para conhecermos um conjunto de situação decorrentes que têm que ver com os aspectos de leccionação no ISEC, relacionados com a gestão dos recursos, o currículo, os docentes e os formandos.

3.1- Natureza da Investigação

Para o presente trabalho, recorreremos ao estudo de caso, adoptado numa perspectiva descritiva, para obtermos dados relativos à caracterização de aspectos ligados ao funcionamento do ISEC, inquirimos docentes e formandos finalistas da Área de Matemática e Ciências.

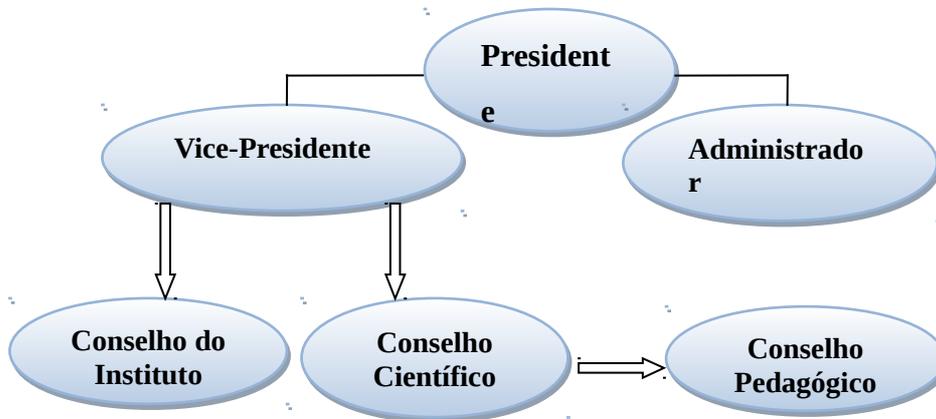
Para termos uma visão mais alargada do processo, num horizonte de 74 docentes, foram inquiridos 49, o que corresponde a 66,2%, sendo 32 Masculinos e 17 do sexo feminino. Quanto aos alunos, num conjunto de 76, foram inquiridos 50, numa percentagem correspondente a 65,7%.

Procuramos realizar o estudo mediante as seguintes escalas de classificação:

- ***“Concordo Completamente” (1), “Concordo”(2), “Não concordo nem discordo”(3), “Discordo”(4), “Discordo Completamente”(5)*** e, para os formandos: ***“Concordo completamente”, “Concordo”, “Não concordo nem discordo”, “Discordo”, “Discordo Completamente”***.

3.2- Caracterização do Campo de Investigação

O ISEC situa-se na Rua da Caixa, atrás do Liceu Nacional. Falando da sua estrutura física, é uma Instituição formada por: 1 Gabinete destinado à Presidente, 1 sala de reuniões, 1 Gabinete do Vice-Presidente, 1 Gabinete do Administrador, 1 sala de secretaria, 1 para biblioteca, 9 salas de aula, 2 salas equipadas para formação à distância (*polycom*), 1 reprografia e 1 sala de coordenadores.



Apresentação dos dados do questionário

3.3.1- Caracterização dos inquiridos

Objectivo 1: “Caracterizar os inquiridos quanto ao género, idade, habilitação literária, área de profissionalização, tempo de serviço, departamento a que pertence, curso e ano que lecciona.”

Tabela 11- Caracterização dos docentes inquiridos por género

Género	Masculino	Feminino
Número	32	17

A partir dos dados recolhidos, verificámos que, de acordo com o género, os docentes do sexo masculino representam 65%, enquanto os do sexo feminino são 35%, como nos indica a tabela acima, como indica a tabela 6.

Segundo as amostras, apurámos que os docentes do sexo masculino representam uma faixa maior no ISEC. Este facto deve-se, sobretudo, à oportunidade que é dada aos Homens em relação às mulheres na sociedade são-tomense.

Gráfico 3- Representação de 49 professores inquiridos por género

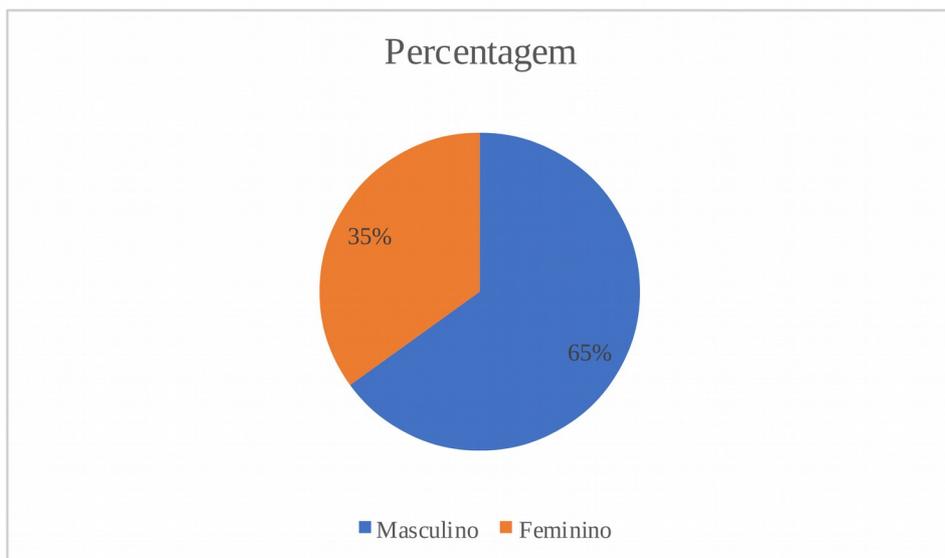


Tabela 12- Caracterização dos docentes por idade

Indicação	25 a 35 anos	35 a 45 anos	45 a 55 anos	55 a 65 anos
Idade	4	17	27	1

Relativamente à idade, constatámos que os docentes da faixa etária entre 45 a 55 anos representam maior número.

Este facto revela uma maior maturidade de docentes que leccionam neste Estabelecimento de Ensino, quanto à prática pedagógica, segundo os dados.

Gráfico 4- Representação dos docentes inquiridos por idade

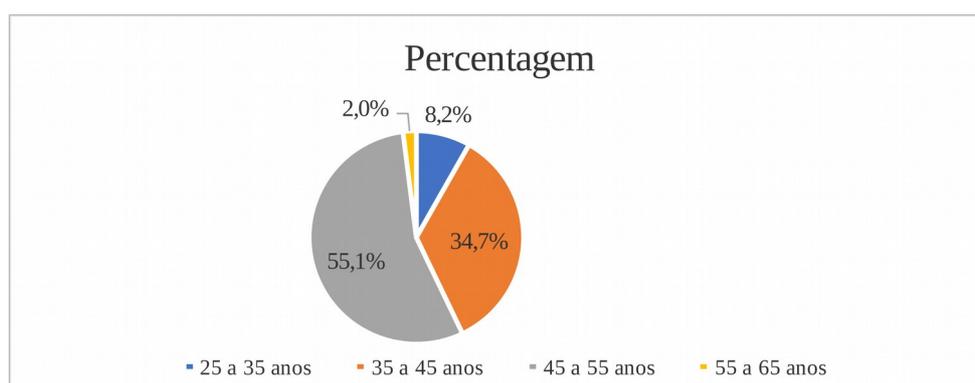


Tabela 13- Caracterização dos inquiridos tendo em conta a habilitação literária

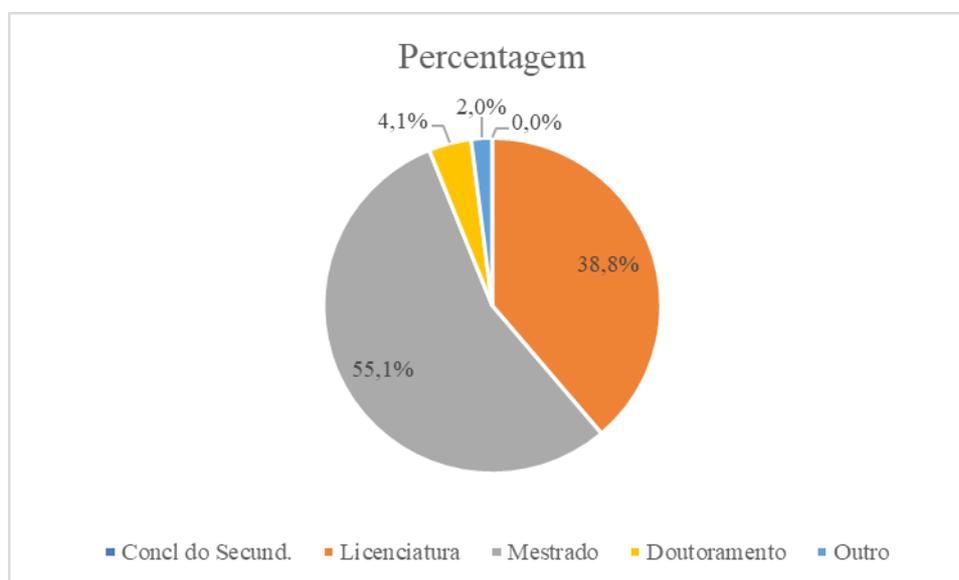
Designação	Concl do Secund.	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Outro
Habilitação Literária	0	19	27	2	1

No que diz respeito à habilitação literária, a tabela 3 indica-nos que não existem no ISEC docentes que concluíram o secundário. Quanto aos outros níveis, temos: Licenciatura 38,8%; Mestrado-55,1%, Doutoramento-4.1% e com outra tipo de formação 2%.

As amostras indicam que os professores mestres são em maior número, 55,1%.

A quantidade de número de docentes mestres pode traduzir-se na melhoria do quadro de docentes com formação superior que deve reflectir nos resultados, mas há um outro dado que já fora mencionado anteriormente: que existem professores licenciados a leccionarem os formandos do curso de licenciatura. Esta situação não poderá concorrer para a qualidade da prática pedagógica, embora se possa registar experiências na leccionação por parte dos mesmos.

Gráfico 5- Habilitação literária dos docentes



Quanto ao ano de serviço, constatámos que o maior número de docentes lecciona há mais de 10 anos, seguindo-se depois os que leccionam entre 6 a 10 anos, como é indicado na tabela 4.

Relativamente à área de profissionalização, os inquiridos pertencem a diversas áreas de formação: Ciências de Educação e Desenvolvimento da Política Educativa, Educação

Especial, Ciências Biológicas, Expressões, Língua e Cultura Portuguesa, História, Informática, Gestão Financeira e Contabilidade, Matemática, Administração, Ciências Sociais, Supervisão em Educação, Didáticas Integradas. Destas áreas, existem três que mereceram o maior destaque dos inquiridos: Ciências de Educação, Matemática e Língua Portuguesa. A Área que revelou o menor número de inquiridos é a de Expressões.

O enquadramento de docentes com formação pedagógica deve constituir uma das preocupações dos Órgãos de Gestão do ISEC, uma vez que a maior parte dos formandos não são formados na área de docência.

Tabela 14- Representação dos inquiridos quanto ao ano de serviço

Designação	Menor ou igual a 5 anos	Entre 6 a 10 anos	Mais de 10 anos
Anos de serviço	7	14	28

Referindo-nos ao ano de serviço dos inquiridos, podemos afirmar que, dos 49 inquiridos, a maior franja tem mais de 10 anos, como nos confirma a tabela 10.

Estes dados elucidam-nos que os docentes têm experiência de lecionação, o que deve implicar positivamente nos resultados dos formandos. Mas este facto pode não se verificar na prática, se o docente não actualizar os seus conhecimentos ou não ser reflexivo nas acções que realiza.

Gráfico 6- Representação dos inquiridos quanto ao ano de serviço

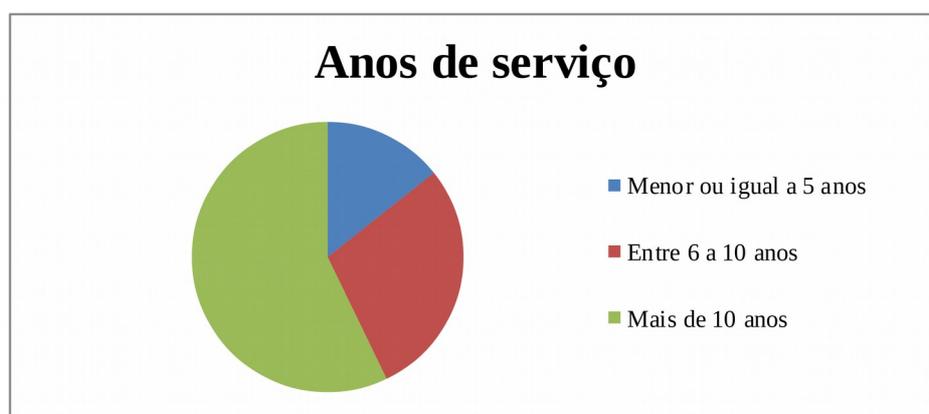


Tabela 15- Departamento a que pertencem os inquiridos

Departamento a que pertence	Línguas	Ciências Sociais e Humanas	Expressões	Matemática e Ciências Experimentais	Ed. Física	Ed. Experimental	Outro
Número	11	14	4	13	2	0	5

A tabela 11 faz referência ao departamento a que pertencem os inquiridos. Segundo o levantamento feito, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas é mais representado, embora com uma diferença mínima em relação aos de Matemática e Ciências Experimentais.

Efectuando a análise da tabela, podemos inferir que, de entre os departamentos, não existe no ISEC um Departamento ligado à área social para o acompanhamento e apoio aos formandos e não só.

Gráfico 7- Departamento a que pertencem os inquiridos

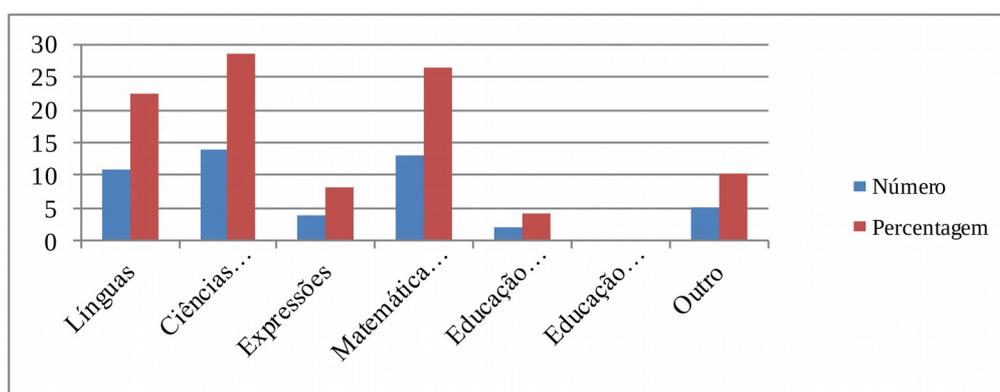


Tabela 16- Cursos leccionados pelos inquiridos

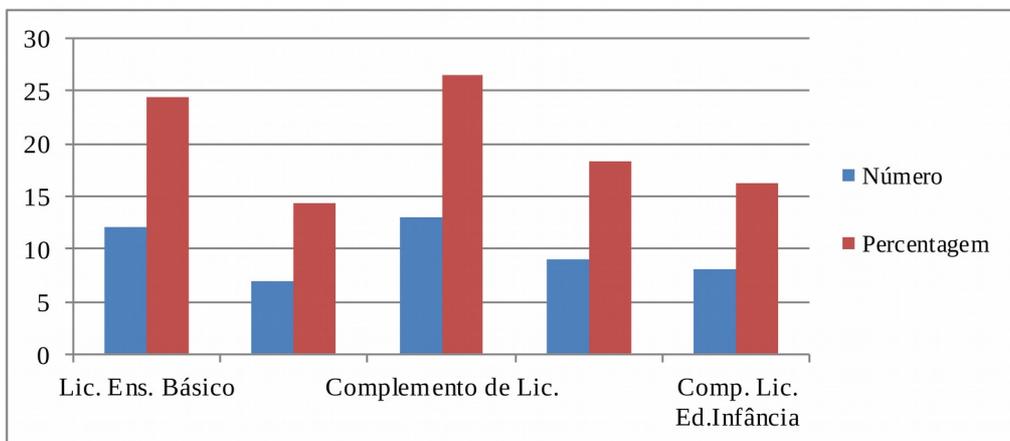
Curso que leciona	Lic. Ens. Básico	Lic. Ciên. Comunicação	Complemento de Lic.	Curso Méd. Educ. Básica	Comp. Lic. Ed. Infância
Número	12	7	13	9	8

Dos cursos indicados pelos inquiridos, 12 leccionam cursos de licenciatura em Ensino Básico; 7, Licenciatura em Ciências de Comunicação; 13- Complemento de Licenciatura; 9, Curso Médio em Educação Básica e Complemento de Licenciatura em Educação para Infância-8. Os que leccionam o Complemento de Licenciatura têm a maior representatividade, como revela a tabela 12.

Se tivermos que comparar o nível de formação dos docentes, podemos concluir que a maior parte dos Licenciados têm leccionado cursos de Licenciatura. Independentemente desta

situação, o ISEC deve encontrar mecanismos para a actualização dos docentes para que os mesmos possam exercer as suas actividades com mais eficácia.

Gráfico 8- Caracterização dos docentes inquiridos por curso que leccionam

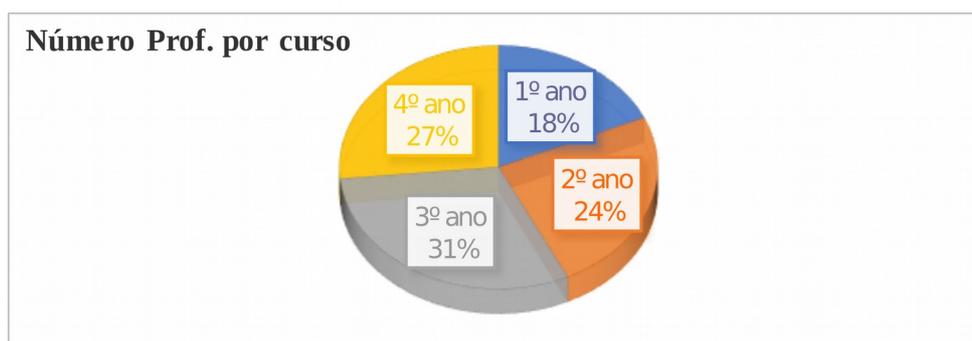


No que diz respeito aos anos leccionados pelos docentes inquiridos, tabela 12, verificámos que a maior parte dos mesmos leccionam o 3º ano.

Tabela 17- Caracterização dos docentes por ano do curso

Ano do curso	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Número Prof. por curso	9	12	15	13

Gráfico 9- Caracterização dos docentes por ano curso



Objectivo II: “Conhecer aspectos ligados à organização e implementação curricular no ISEC.”

3.3.2- Organização e Implementação Curricular na Instituição

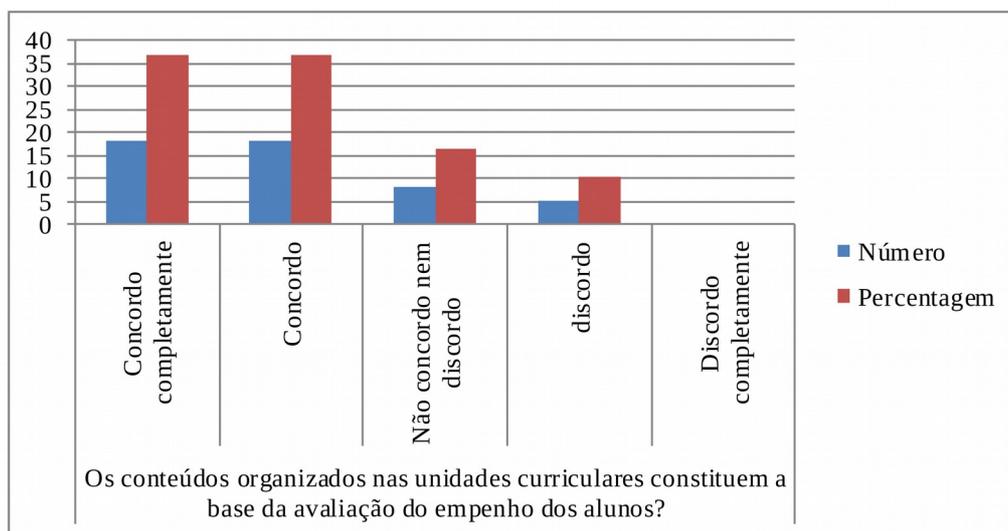
Nesta sessão, procuramos saber como a organização e implementação curricular influenciam o empenho dos alunos e o papel do docente no desenvolvimento de actividades que possam enriquecer pedagogicamente os discentes, em aspectos individuais e colectivos, sobretudo, no que diz respeito ao trabalho colaborativo.

Foram apresentadas 7 questões em que os inquiridos tinham a hipótese de escolher apenas uma opção numa escala de 1 a 5, entre “Concordo Inteiramente” e “Discordo Totalmente”.

Na questão nº 9 “*Os conteúdos organizados nas unidades curriculares constituem a base da avaliação do empenho dos alunos?*”, gráfico 9, as opções “Concordo Completamente” e “Concordo” foram as que mereceram a maior escolha dos inquiridos.

Qualquer Instituição de Ensino deve avaliar o seus alunos na base do programa curricular, de forma a saber se os docentes têm ou não trabalhado na base dos objectivos pré-definidos e se, efectivamente, os formandos estão a aprender. Esta acção, no nosso entender, pode ser feita a partir dos resultados dos discentes bem como o *feed back* dos formandos acerca da prestação do serviço dos formadores.

Gráfico 10- Relação entre unidades curriculares e a avaliação de empenho dos alunos



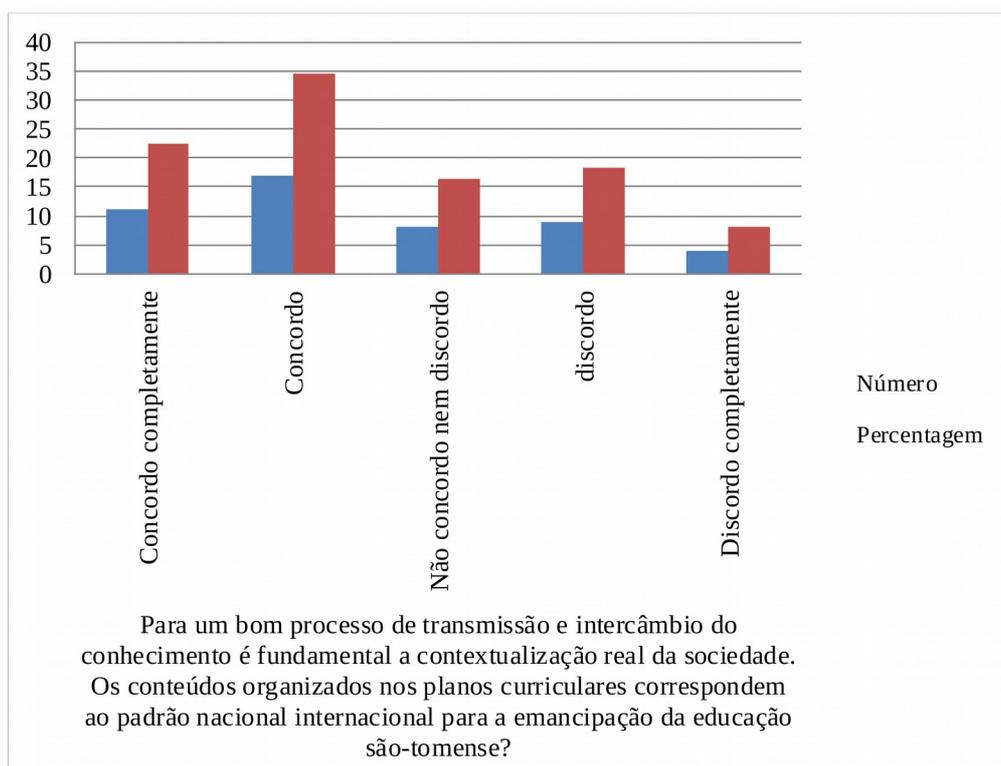
Quanto à 10ª questão “*Para um bom processo de transmissão e intercâmbio do conhecimento é fundamental a contextualização real da sociedade. Os conteúdos organizados nos planos curriculares correspondem ao padrão nacional internacional para*

a emancipação da educação são-tomense?”, a maior parte dos inquiridos seleccionaram “Concordo completamente”.

Tendo em conta os dados, podemos concluir que a relação conteúdos e a sociedade correspondem, de facto, à emancipação nacional, já que, a maior franja de professores seleccionaram o item 2, mas, na realidade, esta situação não se verifica.

Nestes últimos anos, esta Instituição Escolar tem envidado esforços no sentido de melhorar a prática pedagógica, ajustando o seu conteúdo com a realidade do terreno, uma vez que os que se encontram no estágio têm deparado com uma realidade totalmente diferente com o que aprendeu durante os anos de formação, ou seja, os estagiários têm tido dificuldades em lidar com as questões da sala de aula, muitas vezes, por falta de investimento dos mesmos e, outras, pela forma como têm sido orientados.

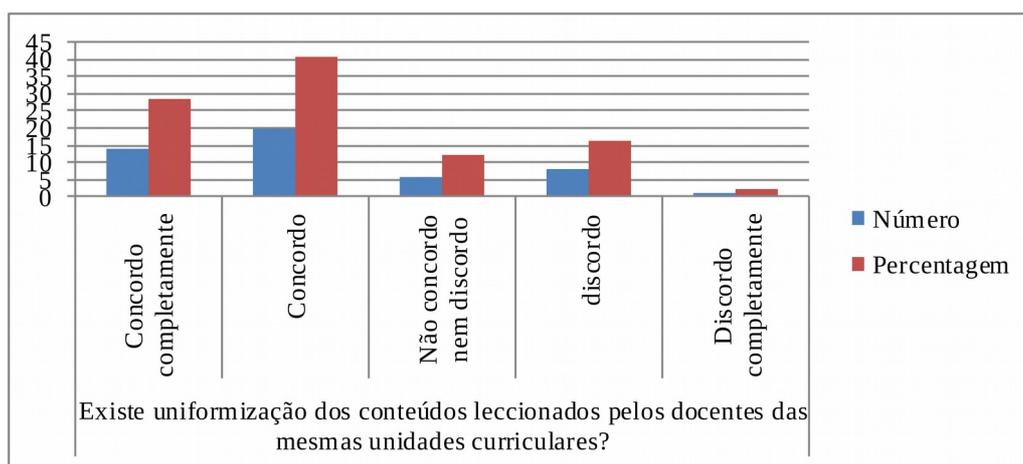
Gráfico 11- Organização dos conteúdos e as unidades curriculares



Relativamente à pergunta 11 **“Existe uniformização dos conteúdos leccionados pelos docentes das mesmas universidades curriculares?”**, o estudo indica que uma proporção maior dos inquiridos seleccionaram a opção “Concordo”.

Podemos salientar que, dadas as circunstâncias e havendo um espírito de uniformização do que é dado pelos docentes constitui uma mais-valia para o sistema tendo em conta a importância que é dada ao que se lecciona para os alunos nos pólos da universidade. Este facto não ocorre entre as Universidades. Os conteúdos são leccionados segundo o Currículo de cada uma delas, de acordo com os objectivos que são definidos para cada área curricular.

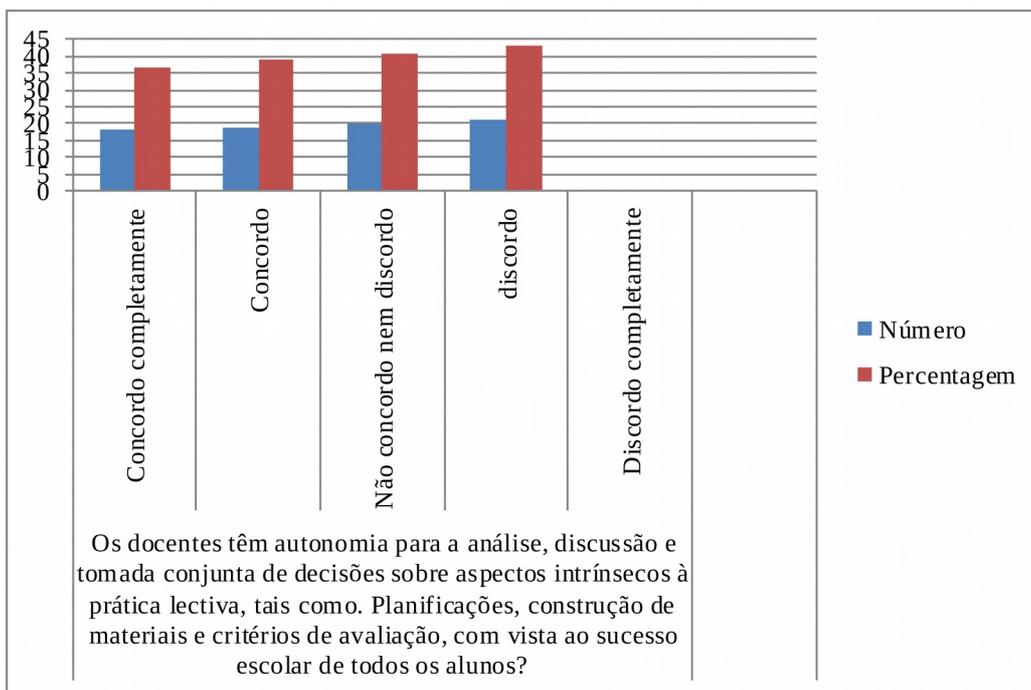
Gráfico 12- Relação áreas curriculares e a uniformização dos conteúdos



Na recolha de dados relativos à 12ª questão “*Os docentes têm autonomia para a análise, discussão e tomada conjunta de decisões sobre aspectos intrínsecos à prática lectiva, tais como: Planificações, construção de materiais e critérios de avaliação, com vista ao sucesso escolar de todos os alunos?*”, podemos considerar que é preocupante o nível de percentagem adquirida, sendo que a maior parte dos participantes referem que há pouca autonomia na gestão pedagógica, seleccionando “Discordo”.

No ISEC, os critérios de avaliação estão plasmados num regulamento. Ele orienta o docente no que diz respeito a esta temática e, na base deste, o professor deve avaliar os seus formandos. A falta da dinâmica dos próprios docentes, se calhar, movida pela falta de experiência pedagógica tem ditado também na qualidade das suas acções. Muitos docentes não têm cumprido com as suas obrigações; não entregam os resultados dos testes a tempo, de acordo com o calendário escolar.

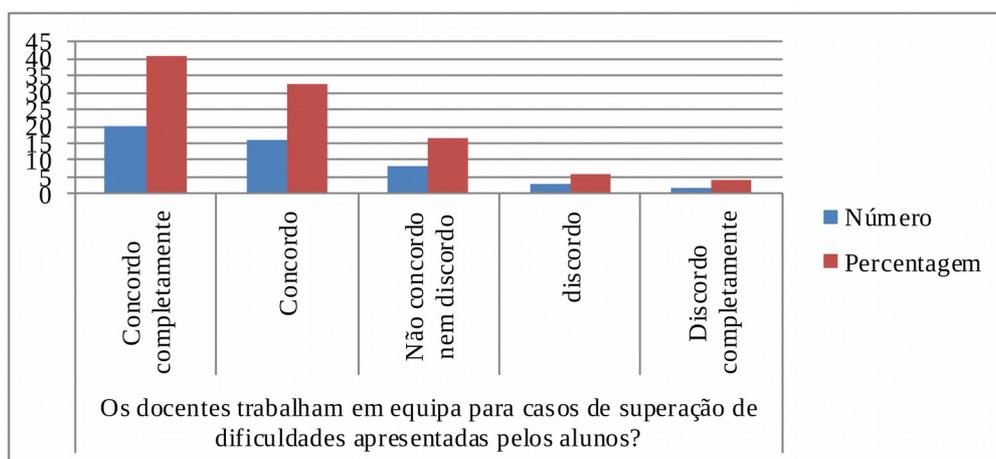
Gráfico 13- Autonomia dos docentes na tomada de decisão quanto à gestão pedagógica



Na pergunta número 13 “*Os docentes trabalham em equipa para casos de superação de dificuldades apresentadas pelos alunos?*”, podemos concluir que, de acordo com os estudos, no ISEC, os docentes realizam actividades em grupo para a superação das dificuldades dos alunos, uma vez que a 2ª opção mereceu a escolha dos mesmos.

Na realidade, alguns docentes têm-se preocupado com as situações relativas aos alunos com dificuldades, mas é uma acção não muito bem estruturada; ocorrem de forma voluntária e isolada. Existem casos que comprometem a continuidade de muitos estudantes na formação.

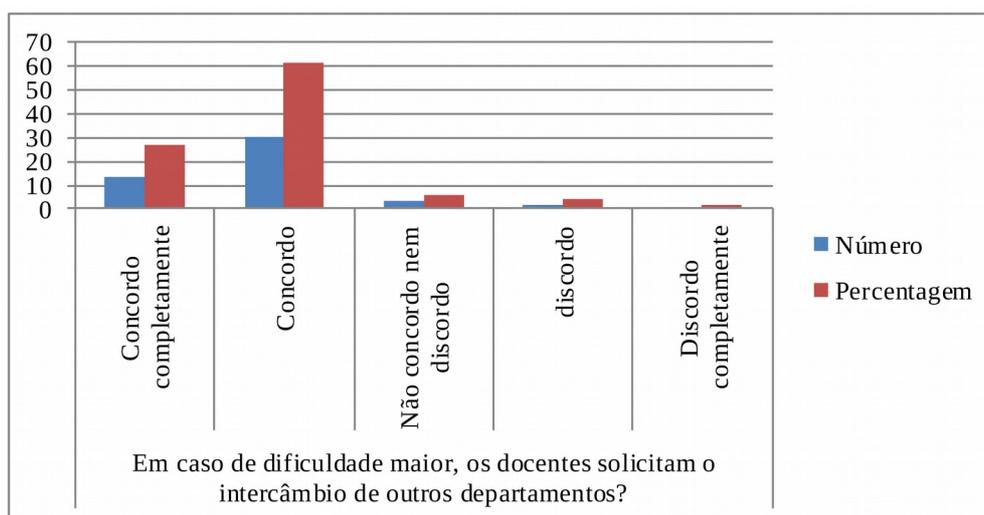
Gráfico 14- Relação superação de dificuldades dos discentes e o desenvolvimento do trabalho em equipa por parte dos docentes



Quanto à questão 14 *“Em caso de dificuldade maior, os docentes solicitam o intercâmbio dos outros departamentos?”*, dos 49 inquiridos, verificámos que o intercâmbio entre os departamentos deve constituir um dos pontos fortes da instituição, tendo em conta que a maioria dos inquiridos seleccionaram as alternativas “Concordo completamente” e “Concordo”.

Os departamentos do ISEC não têm trabalhado em sintonia para a resolução de problemas dos formandos. Estes casos, muitas das vezes, são resolvidos pela Direcção, fruto da inexistência de um Departamento de apoio aos alunos e de um trabalho desalinhado entre os diferentes departamentos.

Gráfico 15- Realização de intercâmbio entre outros departamentos em caso de dificuldades dos alunos



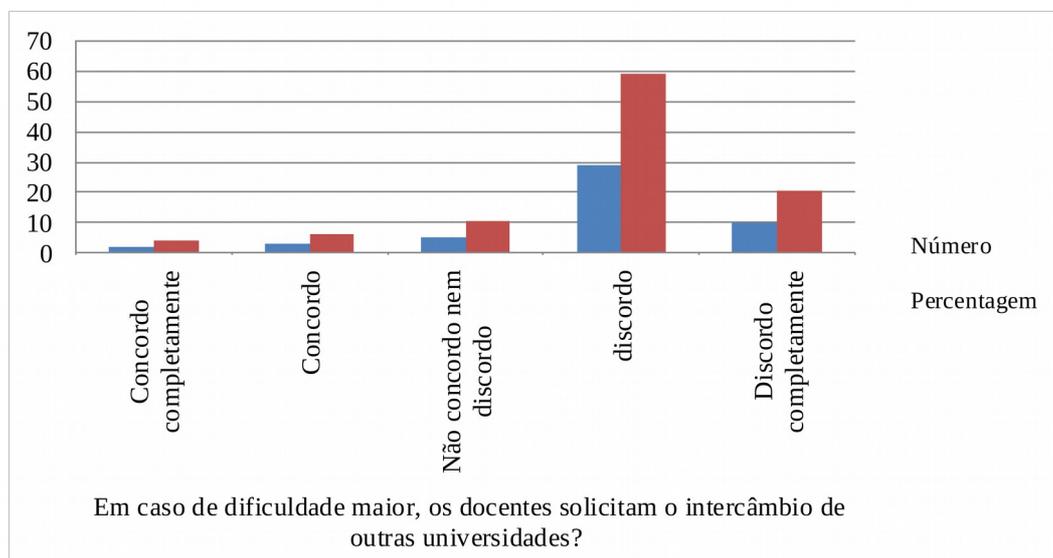
Relativamente ao intercâmbio entre outras universidades em caso de dificuldades dos alunos, o gráfico 15 demonstra-nos a posição dos inquiridos em que a maior parte aponta para “Discordo” e “Discordo completamente”.

Assim sendo, os dados apontados levam-nos a concluir que a realização do intercâmbio entre as universidades é quase que inexistente, tanto é que os inquiridos optaram por seleccionar, neste caso a maioria, as opções “Discordo” e “Discordo completamente”.

Não existe, de facto, o intercâmbio entre as universidades do país em caso de dificuldades dos alunos. Cada uma funciona como uma ilha, com os seus projectos e actividades, sem que haja uma ligação entre os docentes e os formandos das diferentes

Instituições do ES. O que tem existido são intercâmbios ao nível desportivo entre as diferentes universidades, movidos pelas respectivas Associações de Estudantes.

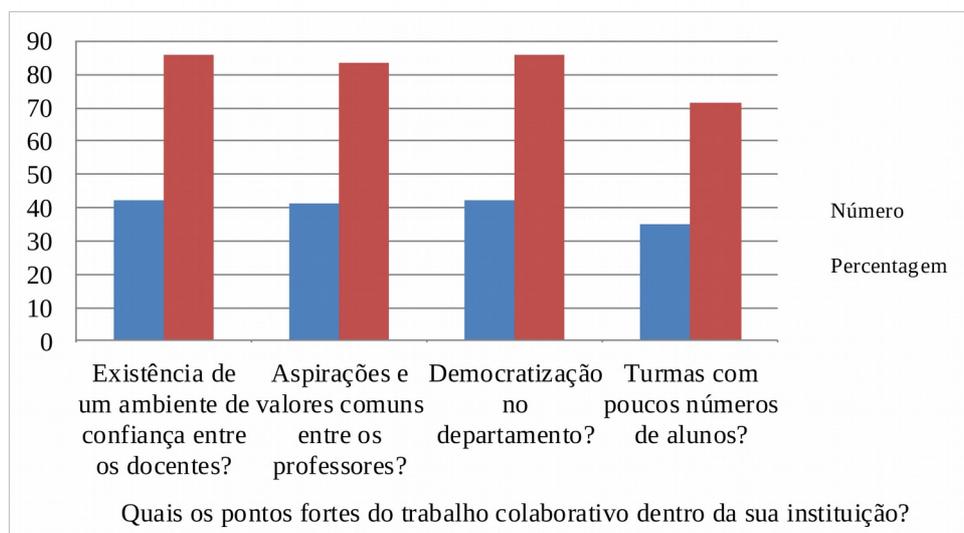
Gráfico 16- Realização de intercâmbio entre outras universidades em caso de dificuldades dos alunos



Relativamente à pergunta 15 **“Quais os pontos fortes do trabalho colaborativo dentro da sua instituição?”**, gráfico 16, tentámos perceber em que medida o trabalho colaborativo constitui uma mais-valia para as actividades de leccionação no ISEC. Assim sendo, obtivemos o seguinte resultado: A maior parte refere que existe um ambiente de confiança entre os docentes; que os docentes partilham aspirações e existem valores comuns entre os mesmos; defendem que há democratização no departamento a que pertencem e dizem que o número de alunos existentes em cada turma é razoável. Outros opinaram que alguns docentes priorizam a docência e estão conscientes do impacto de um bom serviço docente e sugeriram a realização de reuniões de coordenação das áreas curriculares para a análise e reflexão dos conteúdos e da Direcção para dar informações e fazer balanços das actividades realizadas.

O trabalho colaborativo é uma vertente que tem conhecido tempos melhores no seio da Educação são-tomense. Fruto, muitas das vezes, por iniciativa do coordenador dos Departamentos, no ISEC, ou por iniciativa dos órgãos de Gestão, tem havido uma preocupação dos que leccionam no ISEC no sentido de haver uma maior coordenação das actividades que são desenvolvidas pelos docentes.

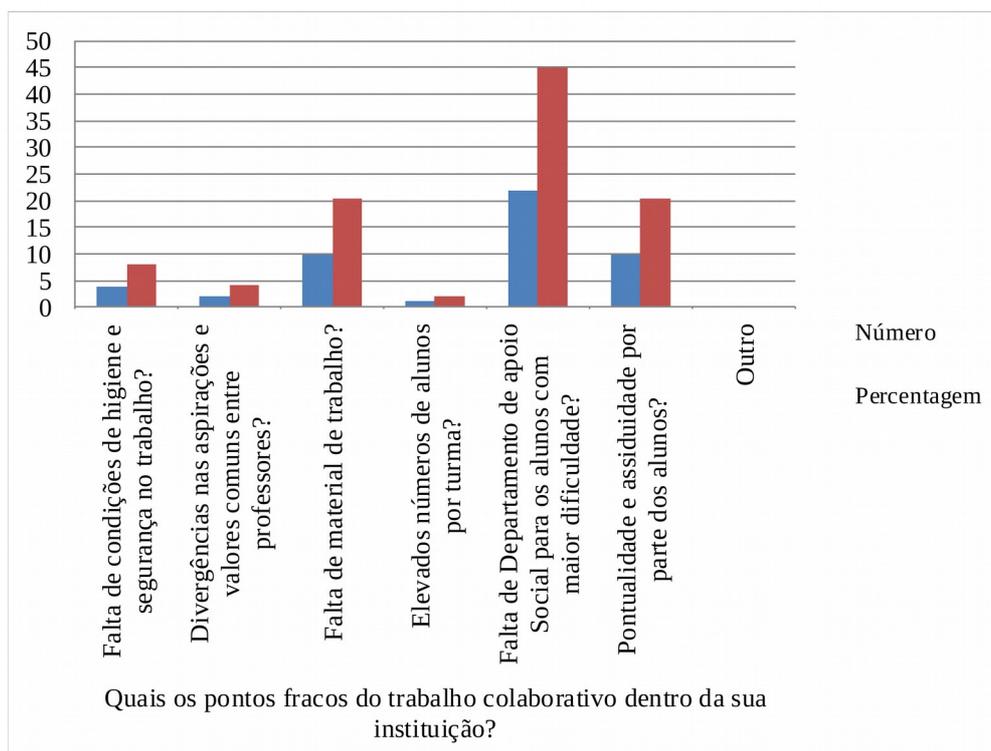
Gráfico 17- Pontos fortes do trabalho colaborativo docente



Relativamente aos pontos fracos, na questão 16 “**Quais os pontos fracos do trabalho colaborativo dentro da sua instituição?**”, gráfico 17, os inquiridos consideraram que a falta de departamento de apoio Social para os alunos com maior dificuldade como um dos pontos mais fracos do ISEC. A falta do material de trabalho também constitui um dos pontos que os inquiridos apontaram. Mais de metade dos docentes da amostra indicaram que o elevado número de alunos por turma constitui também um dos pontos fracos, enquanto a pontualidade e assiduidade por parte dos alunos, a par da falta de materiais; Poucos referiram que existem divergências nas aspirações e valores comuns entre professores e apontaram para a falta de condições de higiene e segurança no trabalho como pontos fracos da Instituição.

De entre as opções seleccionadas pelos inquiridos, o que mais mereceu a nossa atenção é a falta de um departamento de apoio social para os alunos, sendo que muitos formandos não têm qualquer fonte de rendimento e alguns apresentam problemas individuais que podem os levar a desistir da formação.

Gráfico 18- Indicação dos pontos fracos do ISEC pelos inquiridos



3.3.3- Formação como transformação social

Objectivo III – “Indicar a formação como um vector de transformação social”

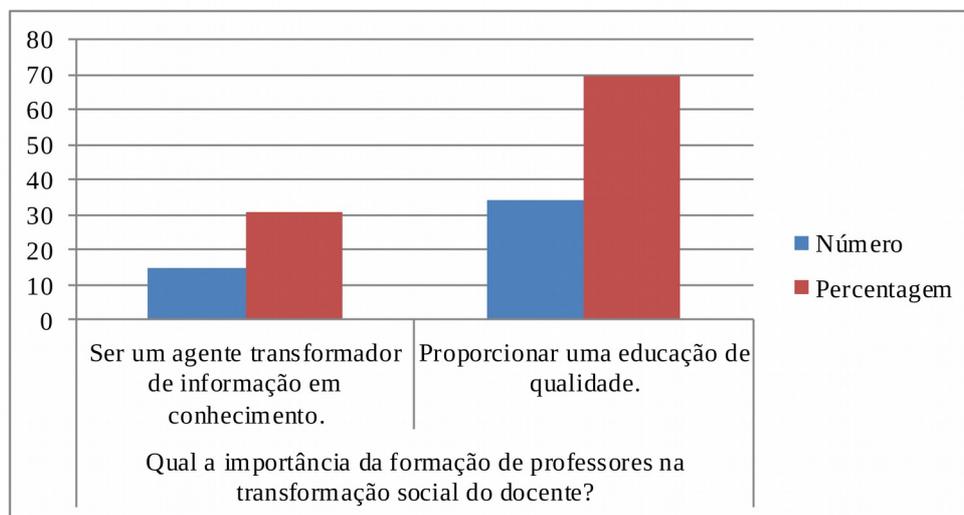
Nesta última questão, procuramos saber o ponto de vista dos inquiridos face à importância da formação do docente como agente de transformação social. De acordo com os dados do estudo, indicaram que a formação contribui para que o docente seja um agente transformador de informação em conhecimento e a maior parte defendeu que os professores devem proporcionar uma educação de qualidade, dados referenciados no gráfico 18.

Podemos salientar que os que são formados em qualquer instituição devem estar comprometidos com a sua acção na sociedade. Ser um agente de transformação social implica ser alguém capaz de “moldar” os outros, adquirindo valores sociais, movidos pela conduta. Os docentes têm encontrado obstáculos diversos na execução desta tarefa, que consideramos magna, com o afastamento gradual da família na educação dos filhos.

- Face a esta situação, o papel fundamental do docente deve passar por ajudar o outro a crescer para o bem-estar individual e colectivo;
- Formar os alunos para a vida;
- Investigar para que os alunos atinjam à excelência;

- Ser um agente promotor da solidariedade e ser um líder com iniciativas empreendedoras.

Gráfico 19- Importância da formação do docente na transformação social



3.4- Apresentação dos dados do questionário feito aos alunos 4º ano do ISEC

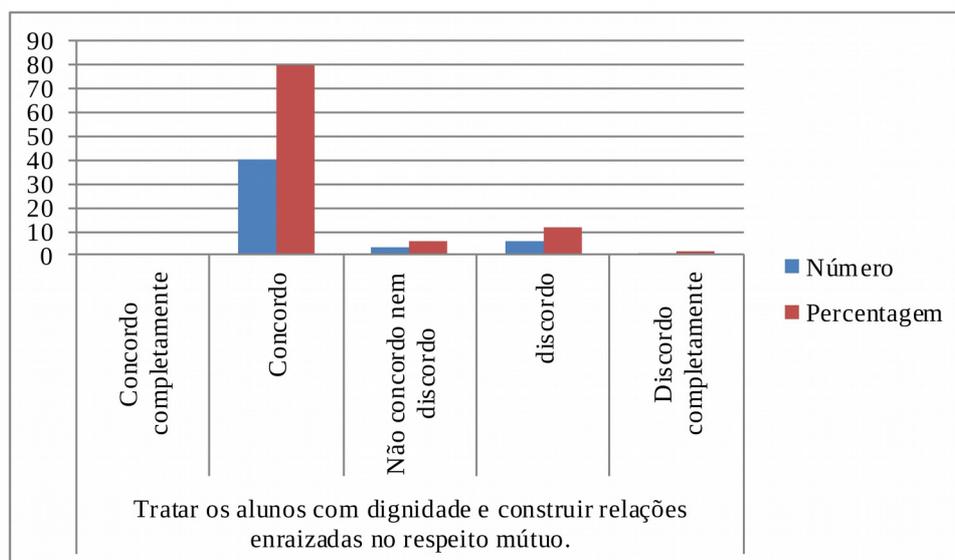
Nesta sessão, concentramos os nossos estudos nos alunos, realizando inquérito aos que se encontram no último ano do curso, 4º ano.

Procuramos entender vários aspectos ligados ao funcionamento do ISEC e a qualidade de formação que é ministrada, enfatizando a relação de promoção de acções que visam a efectivação do acto democrático no seio da Instituição, de acordo com a escala: **Concordo completamente, Concordo, Não concordo nem discordo, discordo, Discordo completamente.**

No primeiro item “**Tratar os alunos com dignidade e construir relações enraizadas no respeito mútuo.**”, a maior parte concorda que os alunos devem ser tratados com dignidade, na base do respeito mútuo, como nos indica o gráfico 19.

Os alunos constituem a peça fundamental no processo ensino e aprendizagem pelo que, achamos que o estabelecimento de boas relações com os mesmos podem proporcionar um ambiente mais saudável para o desenvolvimento da aprendizagem.

Gráfico 20- Construção de relações e a promoção do respeito mútuo

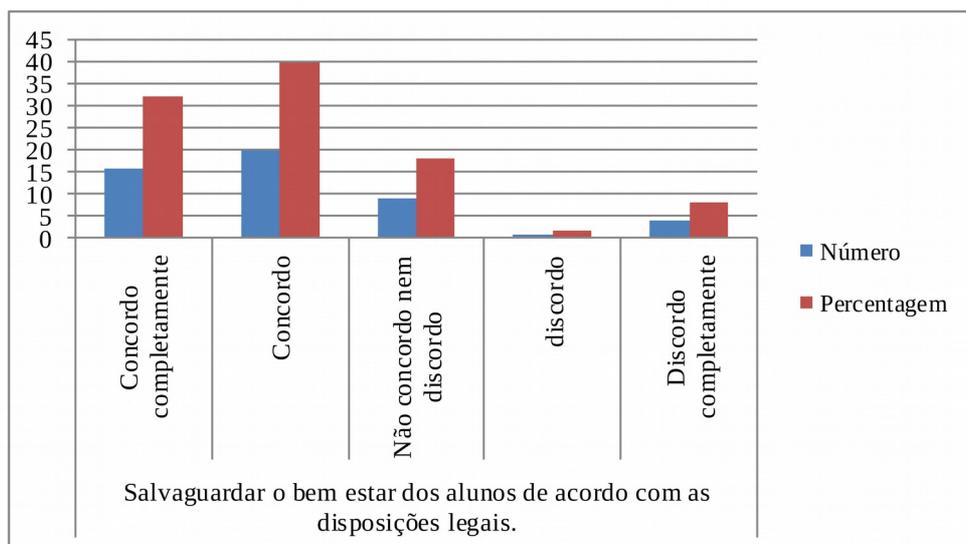


No segundo item “*Salvaguardar o bem-estar dos alunos de acordo com as disposições legais.*”, a maior parte dos inquiridos concordam., o que significa que as instituições de ensino devem organizar-se de forma que os alunos possam ter o seu espaço definido para que participem na vida escolar de uma forma mais responsável e assumida, proporcionando melhores resultados no final do curso, superando, desta forma, todas ou parte das expectativas negativas que com eles são transportadas durante a vida académica.

Os formandos do ISEC têm tido imensas dificuldades no que se refere os seus direitos de estudantes. Queixam-se, sobretudo, da falta informação atempada acerca de um determinado assunto, julgado essencial para a sua vida académica.

Sendo este estabelecimento de ES uma Instituição de promoção de valores positivos, ele deve encontrar mecanismos que possibilitem a troca de informações de forma mais eficaz e eficiente, promovendo uma relação interpessoal mais profícua com os formandos.

Gráfico 21- Salvaguarda do bem-estar dos alunos de acordo com as disposições legais

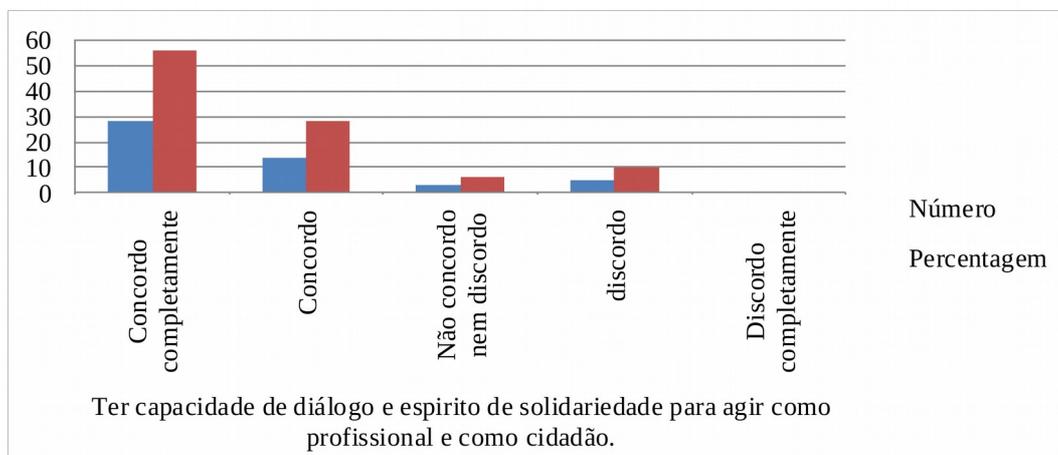


Dos dados recolhidos dos alunos acerca da 3ª questão "*Ter capacidade de diálogo e espírito de solidariedade para agir como profissional e como cidadão.*", gráfico 21, apurámos que a maior parte optou por "concordo completamente".

Podemos assim dizer que, pelo facto de o maior número de inquiridos seleccionar as duas primeiras opções, significa que os alunos reconhecem que estes actos concorrem para a dignidade humana, factores determinantes para o estabelecimento de boas relações entre os indivíduos que actuam numa determinada área.

As actividades que são desenvolvidas na Instituição são promotoras de solidariedade, embora falte um pouco mais de abertura para com os formandos.

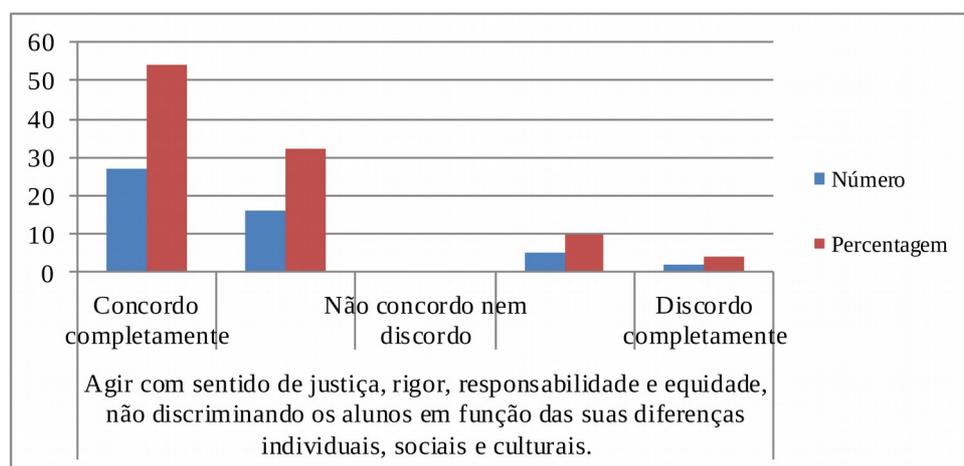
Gráfico 22- Estabelecimento de diálogo e desenvolvimento do espírito de solidariedade



O gráfico 22 espelha a recolha efectuada, de acordo com o ponto de vista dos estudantes, relativa à questão 4 **“Agir com sentido de justiça, rigor, responsabilidade e equidade, não discriminando os alunos em função das suas diferenças individuais, sociais e culturais.”**, em que o maior número dos inquiridos seleccionaram as duas opções “concordo completamente” e “concordo”, o que nos incita a dizer que, embora a maior parte tenha seleccionado as duas primeiras alternativas. A nossa preocupação recai sobre os que seleccionaram as duas últimas opções, conforme o gráfico 23.

De salientar que a promoção da justiça, responsabilidade, equidade, a não discriminação dos alunos, estes itens constituem a missão do ISEC, já que é a responsável pela formação de futuros educadores e professores que serão os transmissores de valores positivos para as nossas crianças e jovens.

Gráfico 23- Promoção de justiça, rigor, responsabilidade e equidade

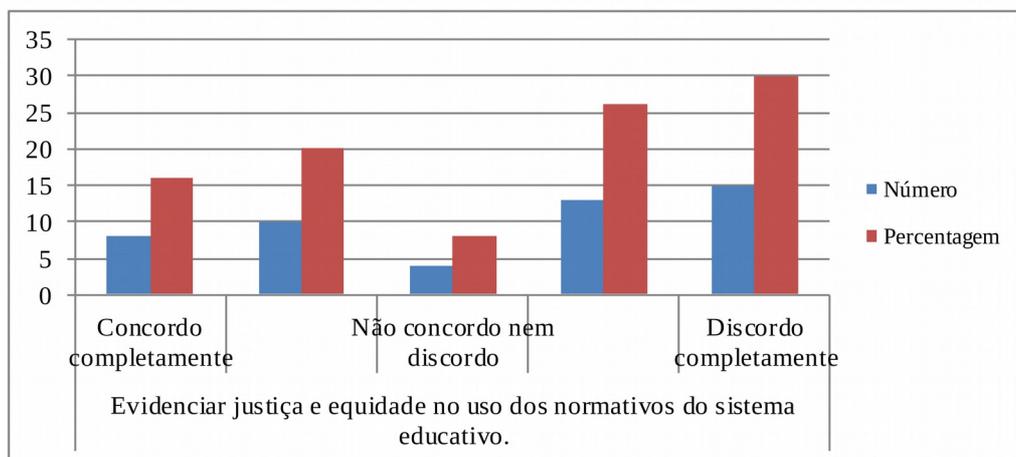


Na questão 5 **“Evidenciar justiça e equidade no uso dos normativos do sistema educativo”**, os resultados obtidos levam-nos a concluir que numa perspectiva de difusão dos normativos, esta acção está aquém do desejado, tendo em conta que a maioria dos inquiridos seleccionaram “discordo” e “discordo completamente”, o que dá a ideia de uma situação que pode influenciar a forma de os alunos se comportarem perante algumas informações da própria universidade.

Esta situação evidencia a nossa preocupação, quando se trata de haver ajustamento entre o que se orienta no ISEC e o que os formandos realizam como docentes nas suas escolas. É preciso haver uma interligação entre o ISEC e as Instituições pedagógicas, a Pré-escolar e o Ensino Básico, de forma a não haver discrepância entre o que os formandos aprendem e o que aplicam na prática pedagógica.

A teoria e a prática são dois elementos que devem estar interligados, pois se aquela não for bem orientada e estruturada, esta não será executada de forma eficiente e eficaz.

Gráfico 24- Uso dos normativos do sistema educativo

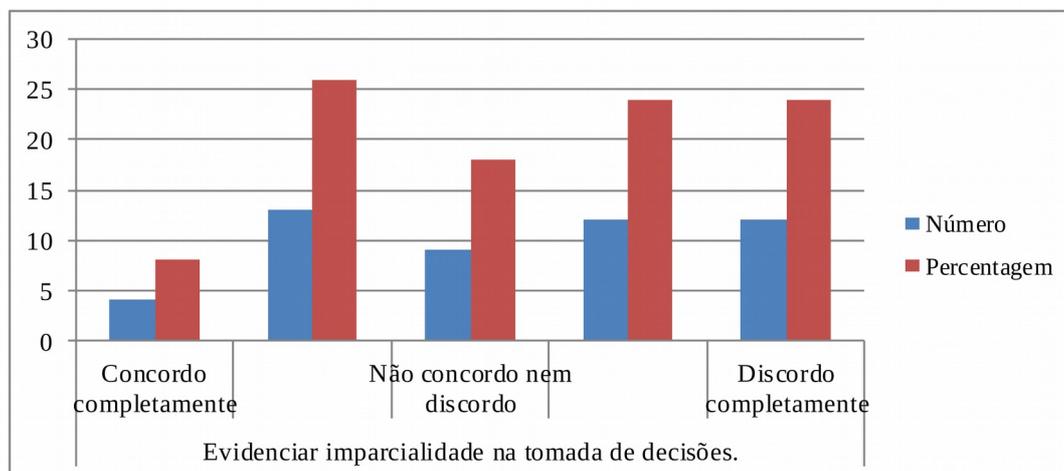


Relativamente à questão 6 “*Evidenciar imparcialidade na tomada de decisões.*”, gráfico 24, os dados apontam para uma situação em que se evidencia pouca diferença entre os resultados, em termos percentuais, dado que, numa linhagem entre “discordo” e discordo completamente” as duas opções aparecem com resultados iguais, facto que explicitar a forma como as decisões são tomadas na instituição.

Os dados apurados indicam que o maior número seleccionou “concordo”, “Discordo” e “Discordo completamente”.

A posição do ISEC face a determinados assuntos tem gerado algum descontentamento por parte dos formandos, pelo facto de os mesmos se sentirem como parte isolada, quando se tratam de assuntos ligados à vida académica dos mesmos.

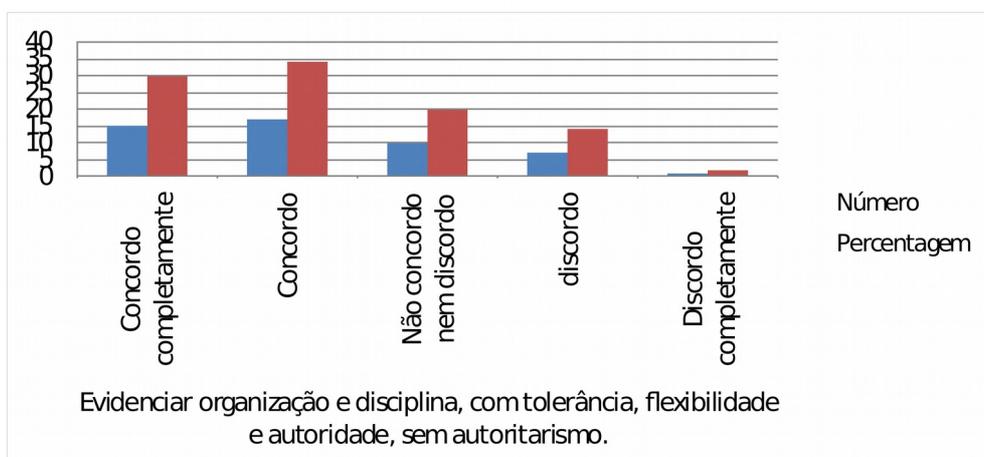
Gráfico 25- Imparcialidade na tomada de decisões



No que se relaciona com o item 6 “**Evidenciar organização e disciplina, com tolerância, flexibilidade e autoridade, sem autoritarismo.**”, a opção “concordo” e “concordo completamente” lideram, como indica o gráfico 25.

A tomada de decisões é um dos elementos que caracteriza uma gestão, movida pela liderança. Na análise dos dados, fica patente que as decisões que são tomadas revelam parcialidade, das quais os formandos têm tido tratamentos diferenciados, quando se trata desta temática.

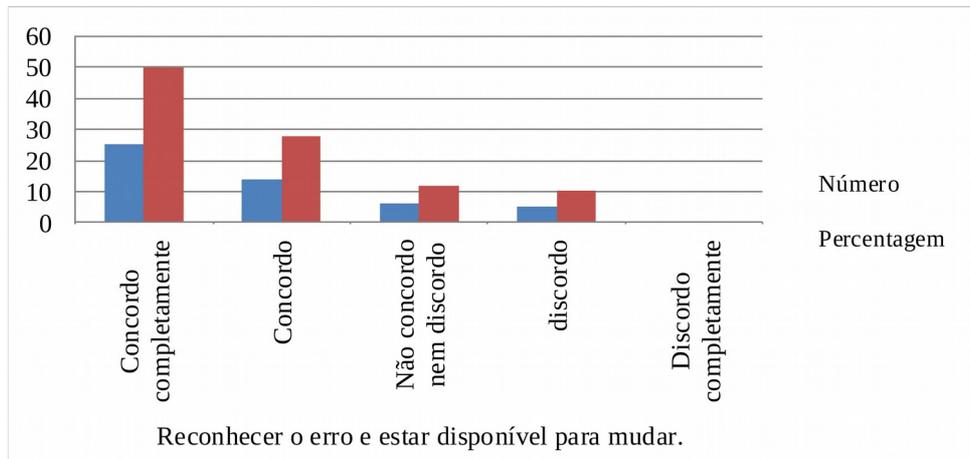
Gráfico 26- Organização e disciplina na promoção da tolerância, flexibilidade e autoridade



Ao analisarmos o gráfico 26, questão 8 “**Reconhecer o erro e estar disponível para mudar.**”, concluímos que a maioria dos inquiridos reconhecem que esta acção é de capital importância no âmbito do estabelecimento de relações humanas saudáveis.

A leitura dos resultados leva-nos a dizer que reconhecer o erro deve constituir uma das acções de um docente, porque faz parte do seu trabalho. O docente que reconhece o erro, significa dizer que ele efectua a auto-avaliação do seu trabalho e evidencia esforços para a superação ou melhoria das suas actividades.

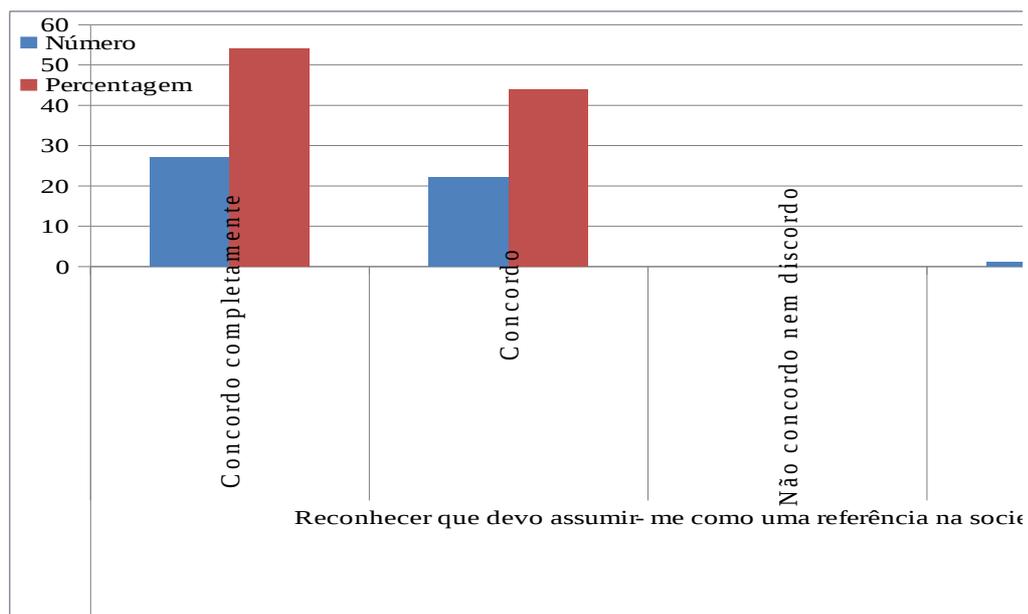
Gráfico 27- Reconhecimento do erro e evidenciar a disponibilidade para mudar



Relativamente à questão 9 “**Reconhecer que devo assumir-me como uma referência na sociedade e figura pública.**”, a maior parte dos inquiridos seleccionaram as opções da seguinte forma: “Concordo completamente” e “Concordo”.

Estes dados, para nós, significam dizer que os inquiridos reconhecem o seu papel na sociedade, agindo como um cidadão, enquanto agentes sociais, cuja imagem deixa transparecer para um cumprimento das normas e leis vigentes, munidas pelo respeito, disciplina e dedicação nas suas actividades.

Gráfico 28- Assumpção como referência na sociedade e figura pública

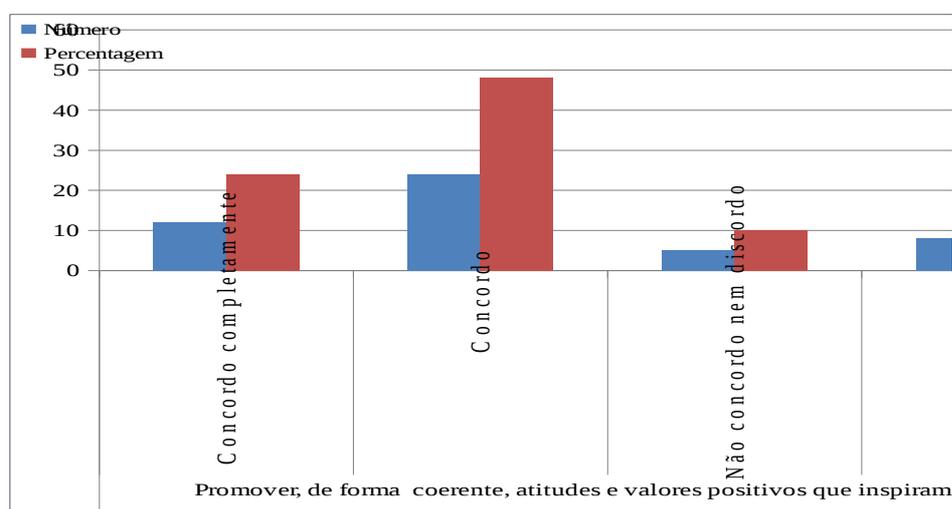


Quanto à 10ª questão, ilustrada no gráfico 28, “**Promover, de forma coerente, atitudes e valores positivos que inspiram o comportamento dos alunos.**”, os dados recolhidos indicam que a maior parte seleccionou a opção indicaram “Concordo”.

Ao referirmos na promoção de valores positivos, as Instituições escolares têm procurado desenvolver as suas actividades, embora num ritmo lento, de forma que estes valores possam ser transmitidos.

Se tivermos que referir sobre os docentes do ISEC, por exemplo, os que têm faltado as aulas e mesmo os que não entregam as notas a tempo definido, consideramos que estas atitudes contribuem negativamente para a aprendizagem dos formandos.

Gráfico 29- Promoção de atitudes e valores positivos



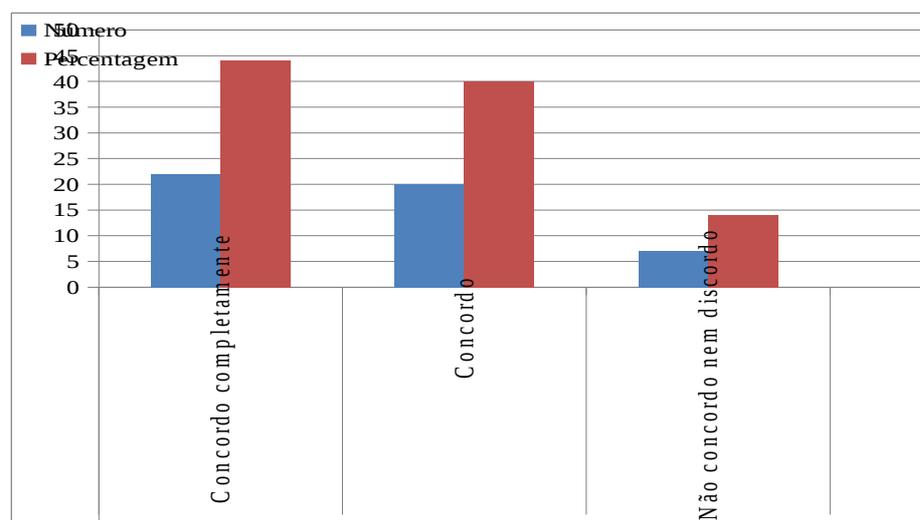
No que se refere à questão 11 “**Tomar consciência de que a profissão exige permanente actualização de conhecimentos.**”, a opção “Concordo completamente” foi a mais seleccionada.

Estes dados apontados no gráfico 29, levam-nos a concluir que os inquiridos sabem das exigências actuais, da mutação constante do conhecimento, ou seja, que o indivíduo deve estar consciente que o saber não se esgota. Ele está em permanente actualização.

Muitos docentes dos nossos estabelecimentos de Ensino trabalham para o final do mês: não se importam com a actualização dos seus conhecimentos, investigando mais e propondo tarefas mais actualizadas de forma a gerar interesse, criatividade e reflexão dos formandos.

A actualização permanente do conhecimento deve ser uma das preocupações dos docentes que leccionam, sobretudo nas Instituições do Ensino Superior.

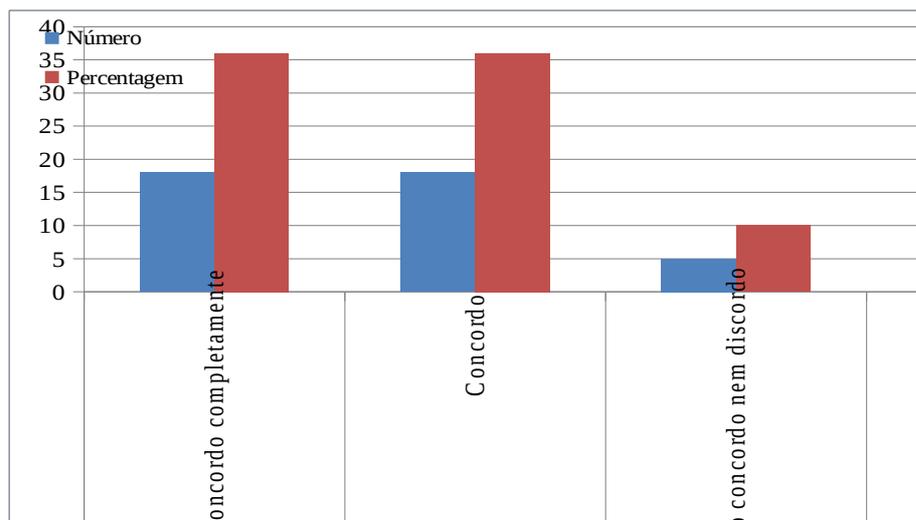
Gráfico 30- Tomada de consciência de que a profissão exige permanentemente actualização de conhecimentos



No item 12 “*Comprometer-me com a dimensão cívica e formativa das minhas funções.*”, os dados recolhidos constam que tanto a 1ª opção como a segunda têm o mesmo resultado.

Estando os alunos a comprometerem-se para exercerem as suas funções com determinação, o que demonstra no gráfico 30, acreditamos que num percurso risonho no que toca aos resultados de sucesso que os mesmos possam atingir, na assumpção desta magna responsabilidade. O docente deve pautar por uma acção de aprender a aprender durante a execução das suas tarefas.

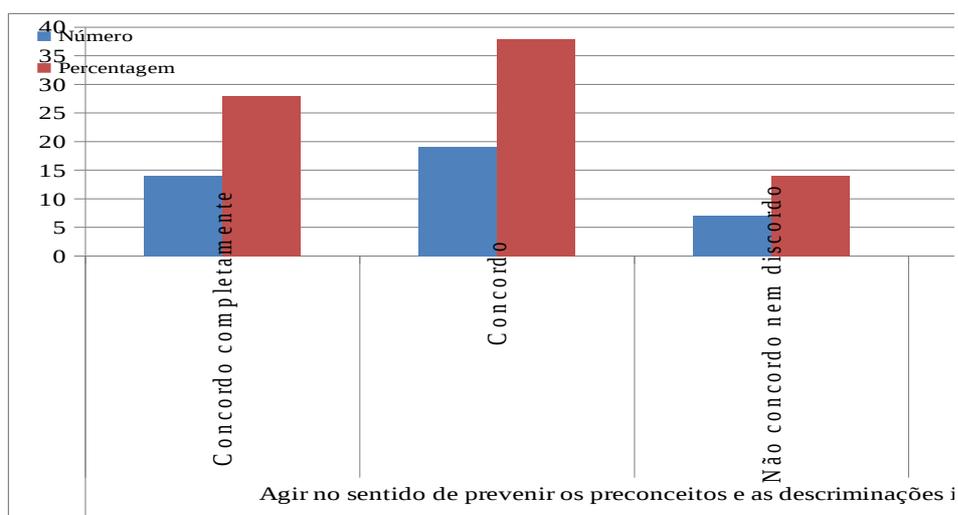
Gráfico 31- Compreensão da dimensão cívica e formativa



Relativamente à questão 13 “*Agir no sentido de prevenir os preconceitos e as discriminações individuais, culturais e sociais.*” gráfico 31, os dados traduzem-se numa maioria que seleccionou “concordo” que, juntando-se a “Concordo completamente”.

Para nós, toda e qualquer instituição, sobretudo o ISEC que forma educadores e docentes, deve esforçar-se para a prevenção de actos que indiciem a desigualdade social, promovendo aspectos positivos que possam concorrer para o desenvolvimento humano e não só. Os seleccionados em “Discordo completamente” constituem indícios de que algo precisa ser feito de forma a mudar o paradigma social, incentivando os futuros docentes na promoção de actos de valorização pessoal, cultural e social.

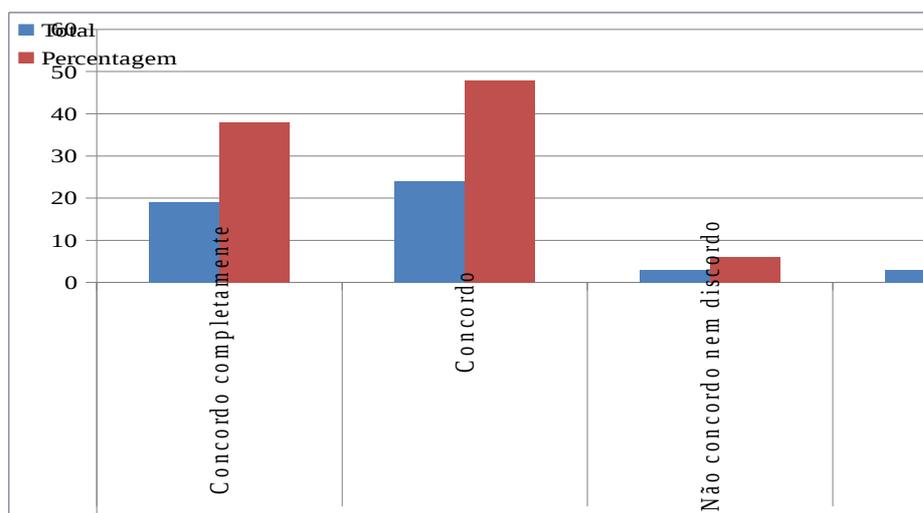
Gráfico 32- Prevenção dos preconceitos e as discriminações individuais, culturais e sociais



Quanto à 14ª questão “**Desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade, solidariedade, justiça e equidade**”, o estudo aponta para uma maioria que optou por “Concordo”, o que traduz numa consciência dos formandos que o acto de docência é uma acção de responsabilidade da qual se formam indivíduos para a vida e para que o mesmo possa desenvolver e praticar acções que visem a solidariedade, justiça e equidade nos alunos.

No contexto são-tomense, são realizadas actividades de promoção de solidariedade, justiça e equidade. Muitas vezes, são realizadas campanhas de solidariedade no ISEC e nas diferentes escolas no sentido de ajudar, sobretudo os (a) alunos (as) e ou docentes que necessitam de apoio.

Gráfico 33- Desenvolver o sentido de responsabilidade, solidariedade, justiça e equidade



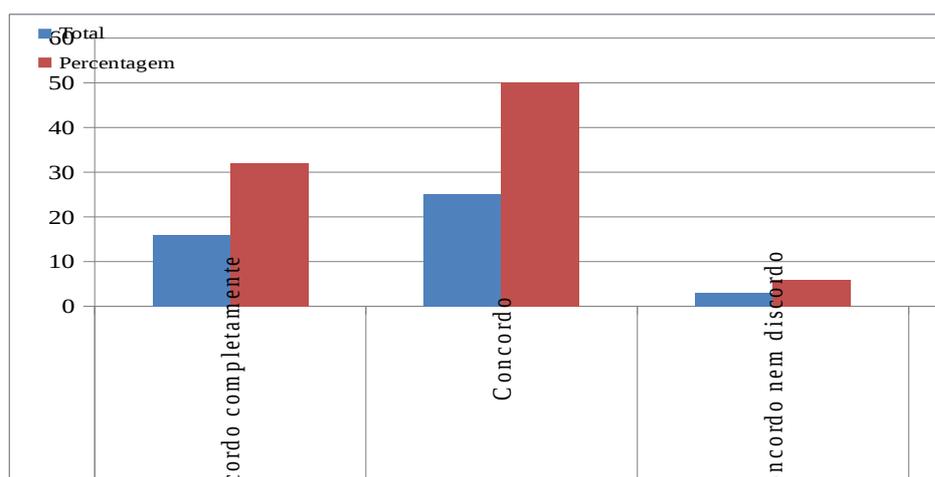
O gráfico 33 indica-nos os resultados alcançados da inquirição de 50 formandos, relativos à questão 15 “**Desenvolver nos alunos capacidades de análise, reflexão e pensamento crítico.**”, em que a maioria concorda que se deve desenvolver nos alunos capacidades de análise, reflexão e pensamento crítico.

Os inquiridos, na sua maioria, seleccionaram a alternativa “Concordo” e “Concordo completamente”, o que revela, de facto, que é da responsabilidade do professor desenvolver nos alunos esta valência.

Efetuada a análise deste gráfico, podemos considerar que esta acção não é desenvolvida com eficácia, já que, no ISEC, 70% de docentes são extraordinários o que compromete

seriamente as actividades que são desenvolvidas. É necessário o comprometimento por parte dos docentes na execução de determinadas acções de desafios que levem os formandos a reflectirem nas suas práticas diárias.

Gráfico 34- Capacidade de análise, reflexão e pensamento crítico dos alunos

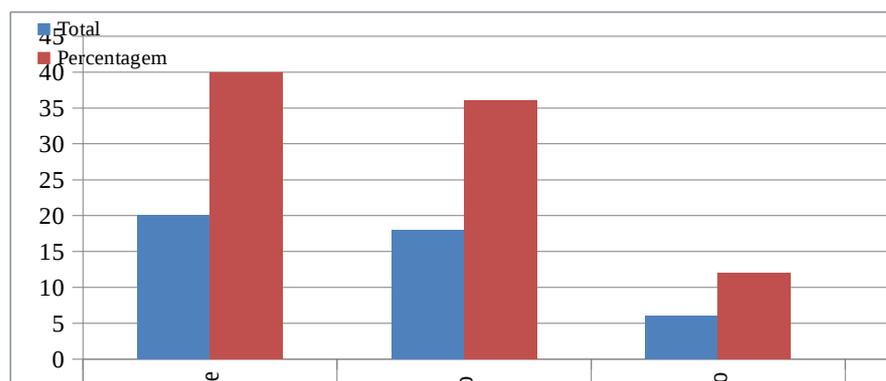


A questão 16 “***Aprofundar o conhecimento da cultura nacional e geral.***” obteve a seguinte selecção.” indica que a maioria concorda plenamente com este item, o que revela um comprometimento dos formandos com aspectos relacionados com a cultura nacional e geral.

Numa época em que há perda da identidade cultural em que os indivíduos dão mais importância ao que vem de “fora”, consideramos que o desenvolvimento de acções ligadas à cultura é um aspecto de extrema relevância para incluir no currículo escolar. Normalmente, as actividades culturais são realizadas em momento de destaque: datas consideradas marcantes.

Num ponto de vista mais abrangente, podemos referir que poder-se-ia incluir nas acções dos docentes situações de comunicação que possam promover as línguas nacionais.

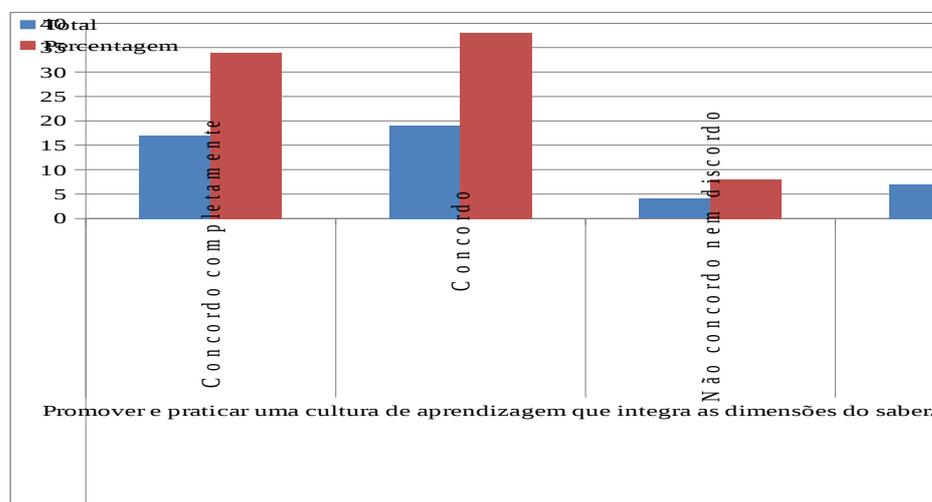
Gráfico 35- Conhecimento da cultura nacional e geral



Relativamente à 17ª questão **“Promover e praticar uma cultura de aprendizagem que integra as dimensões do saber/ saber, saber /fazer, saber/ estar e saber/ser.”**, o gráfico 35 ilustra que a maioria dos inquiridos optou pela alternativa “Concordo”, o que demonstra que reconhecem a missão do docente na promoção das diferentes dimensões do saber.

As quatro dimensões do saber devem ser assumidas e desenvolvidas nas Instituições Escolares, no seu currículo, de forma que os alunos possam aprender para a vida e, consequentemente, serem autónomos.

Gráfico 36- Desenvolvimento das diferentes dimensões do saber



No que se refere à questão 18 **“Promover relações interpessoais que facilitam a comunicação.”**, de acordo com a escala apresentada, 32% dos inquiridos indicaram “Concordo completamente”; 40%- “Concordo”; 12% “Não concordo nem discordo” e apenas 4% seleccionaram “Discordo completamente”.

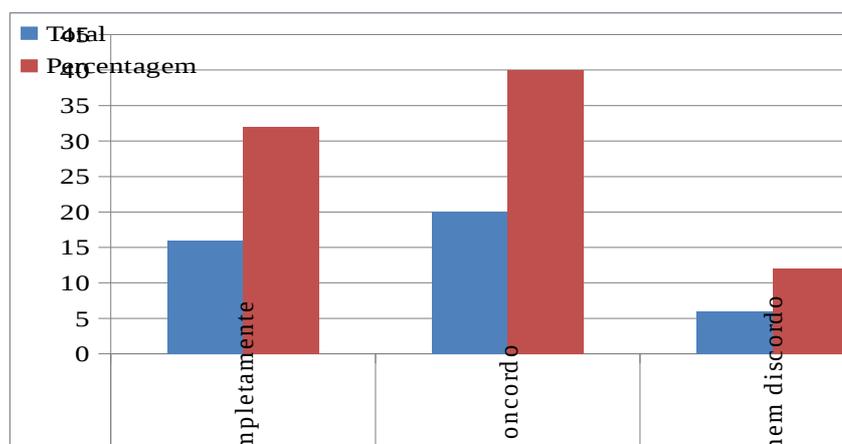
Lendo os resultados, no gráfico 36, podemos dizer que a criação de condições que possam facilitar a comunicação, o diálogo entre os participantes, deve constituir uma

preocupação do docente para com o seu grupo de formandos para que possa gerar uma aprendizagem efectiva, motivadora de trocas, que proporcione uma aprendizagem mútua.

Hoje, assistimos à impaciência de alguns docentes para com os formandos, fazendo com que os mesmos possam afastar-se cada vez mais das acções de aprendizagem.

Ser um amigo e um docente que sabe ouvir e relacionar-se com os seus formandos constituem um meio caminho para a aprendizagem.

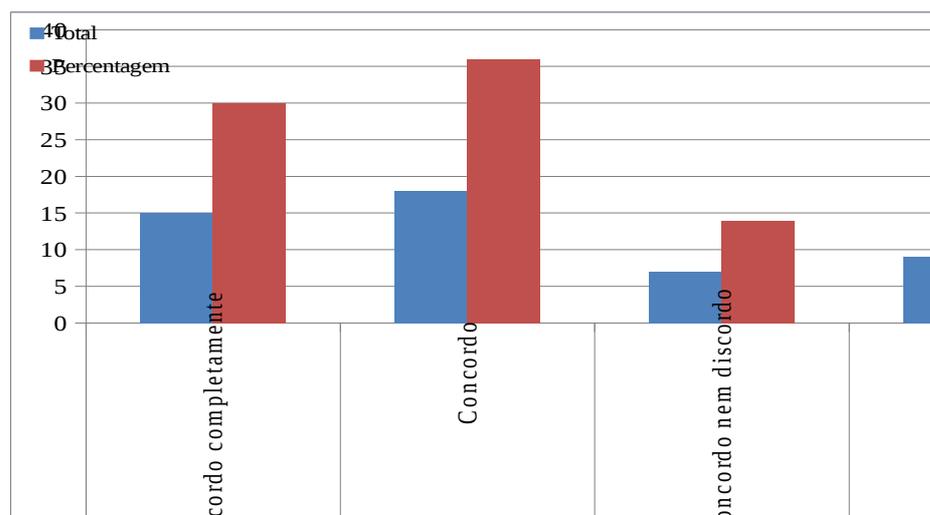
Gráfico 37- Promoção de acções que facilitam a comunicação



A pergunta 19 “*Ter uma compreensão crítica da evolução das disciplinas e do currículo.*” a maioria dos inquiridos optaram por seleccionar “Concordo” e, juntamente com a 1ª opção, perfazendo a maioria.

Analisando os resultados, podemos salientar que o conhecimento da evolução do próprio currículo, de acordo com cada disciplina ao longo da formação, constitui um factor quase que determinante na persecução escolar, uma vez que os formandos poderão interagir e terem uma visão mais ampla do que lhes é orientado ao longo dos diferentes cursos.

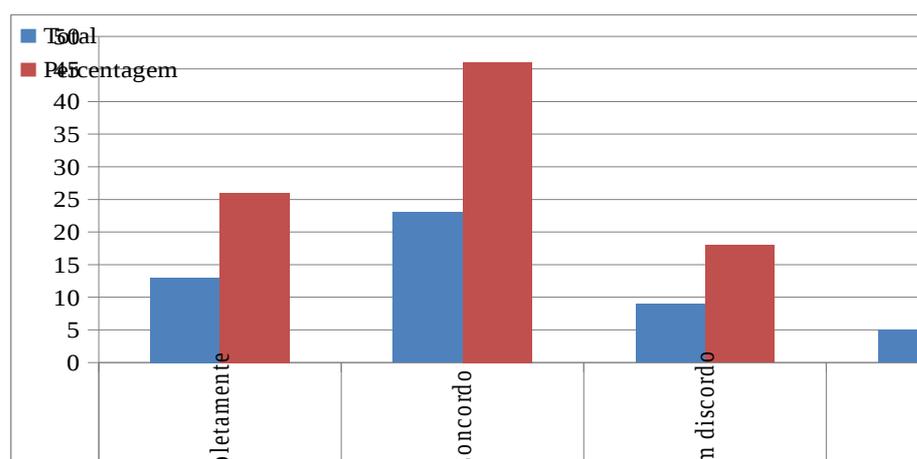
Gráfico 38- Compreensão crítica da evolução das disciplinas e do currículo



Já na questão 20 “*Incentivar a autonomia dos alunos e a cooperação inter-pares*”, tendo em conta que a maioria optou por “concordo”, achamos que o conhecimento dos alunos no que se refere ao trabalho pedagógico na sala de aulas inclina-se nesta vertente que é o desenvolvimento de actividades que possam conduzir os alunos para a autonomia e cooperação.

Arends (1995, pág. 384) afirma que “na aprendizagem cooperativa, o ambiente de aprendizagem caracteriza-se pela utilização de processos democráticos, os alunos assumem um papel activo e responsabilizam-se pela sua própria aprendizagem.”

Gráfico 39- Promoção da autonomia dos alunos e a cooperação



O gráfico 39 indica a escolha dos inquiridos de acordo com a questão 21 “*Facilitar a integração e inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais*.” em que a maior parte dos formandos inquiridos indicaram a opção “Concordo”.

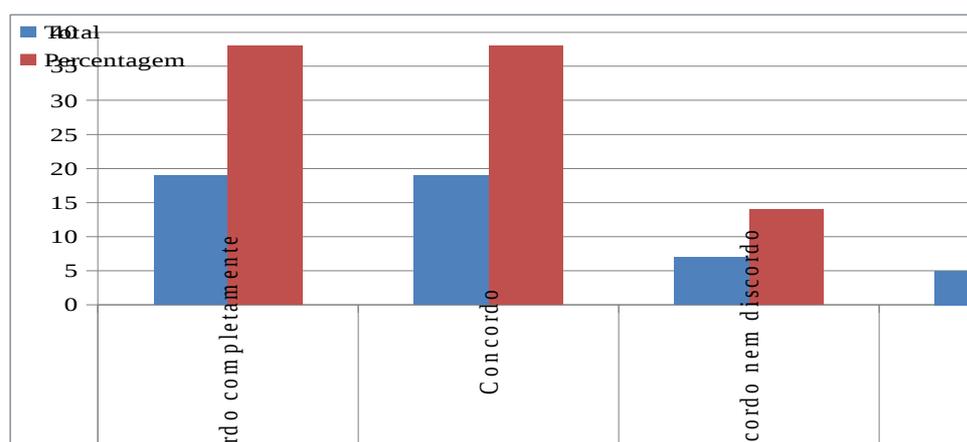
Achamos ser uma preocupação actual a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, pois, constitui para o sistema um grande desafio. A escala indicada tanto para “Concordo completamente” como “Concordo”, revela que os formandos estão sensíveis quanto a esta causa. Porém, consideramos que o sistema deve, paulatinamente, preparar-se, formando docentes nesta área, porque só assim, estamos a trabalhar para a integração e equidade.

Hoje, em algumas escolas do país foram construídas rampas e, até mesmo, salas de aula especializadas para o acolhimento de crianças com NEE. Esta tarefa é assumida pelo Ministério da Educação são-tomense, juntamente com os outros parceiros que o têm ajudado na concretização desta missão.

Esta temática deve ser uma acção a implementar pelo ISEC, uma vez que tem formado docentes para o exercício da monodocência. Seria um assunto futuro a reflectir com a inclusão no currículo disciplinas desta área e a adequação do espaço físico de modo a atender a esta demanda.

Nas nossas escolas básicas existem muitas crianças com NEE, mas outras delas são mantidas em casa pelos pais. não são expostos por terem o receio de serem marginalizados socialmente.

Gráfico 40- Inclusão das crianças com NEE



Relativamente à questão 22 “*Conceber, organizar e pôr em prática situações de aprendizagem estimulantes, envolvendo os alunos na aprendizagem e no trabalho.*”, a maior parte concorda que se deve conceber, organizar e pôr em prática situações de aprendizagem estimulantes, envolvendo os alunos na aprendizagem e no trabalho., facto que

denota uma preocupação dos mesmos no que se relaciona com a criatividade do trabalho docente.

Ao analisarmos este resultado, empolgou-nos, retoricamente, realizar algumas questões: O que fazer para os docentes que já perderam a motivação pelo trabalho? E os que trabalham pensando apenas no rendimento financeiro? Que estudantes pretendemos ter no futuro?

Com os problemas sociais, incluindo políticos, que temos, hoje, no país em que muitos alunos não reconhecem a importância pelo estudo, exige do docente muita destreza, responsabilidade, criatividade, e inovação.

Gráfico 41- Prática de situações de aprendizagem estimulantes, envolvendo os alunos na aprendizagem e no trabalho

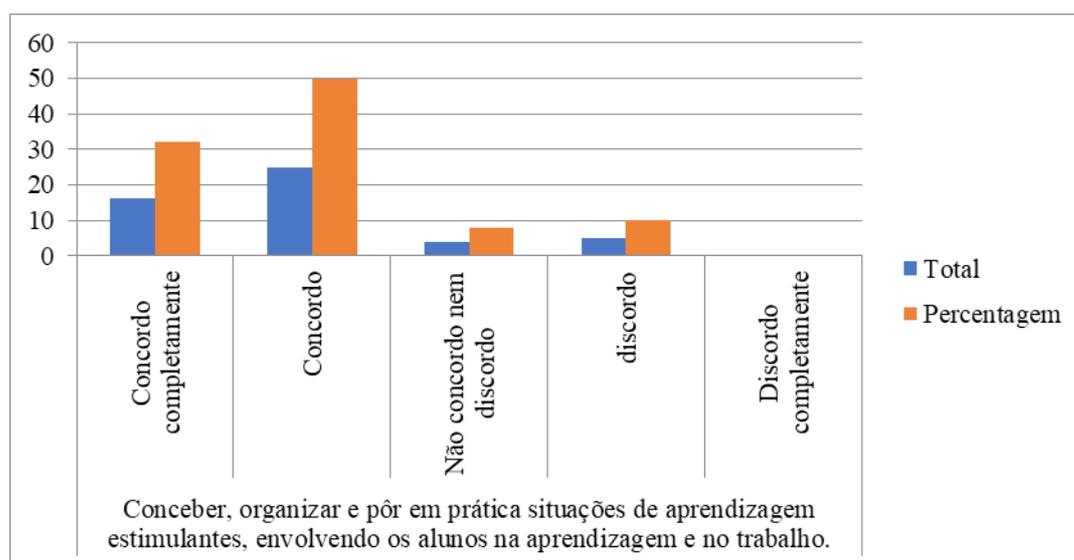
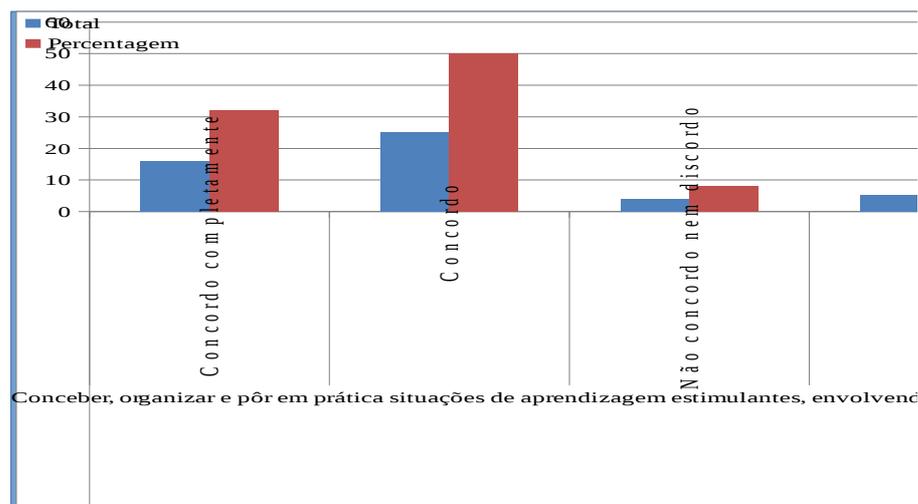


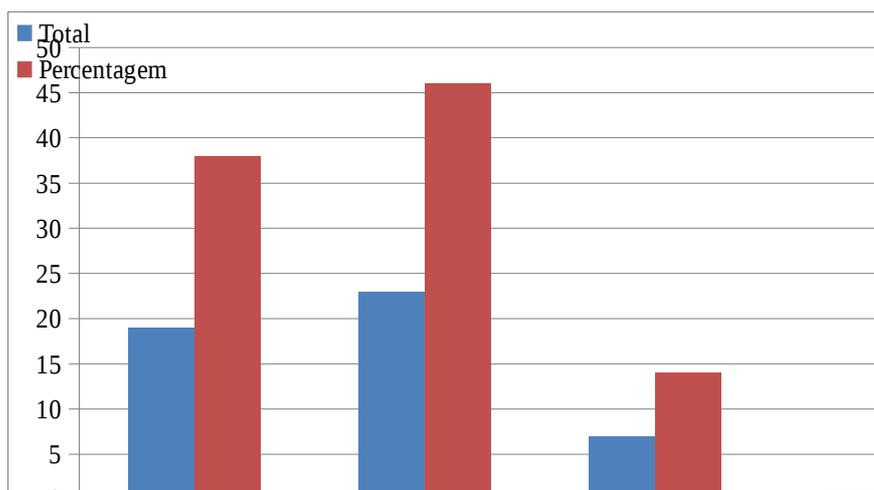
Gráfico 42- Concepção e organização de situações de aprendizagens estimulantes



No que se refere à 23ª questão “**Ter capacidade de liderança.**”, a opção “Concordo foi a mais seleccionada. Estes dados demonstram que os inquiridos reconhecem a formação deve também ser direccionada para os alunos no sentido de desenvolver neles o espírito de liderança.

Analisando o gráfico 41, constatámos que é relevante realizar actividades que possam conduzir os formandos a acreditarem no que os docentes vão realizando no decorrer das aulas. Na sala de aulas, o professor é um líder e cabe a ele orientar, instruir e incutir nos seus formandos o espírito de liderança.

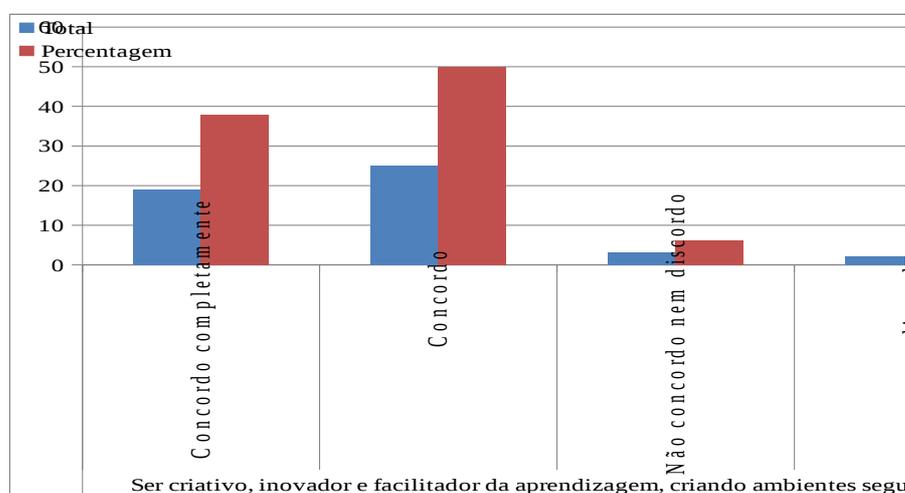
Gráfico 43- Capacidade de Liderança



Quanto à 24ª pergunta, “**Ser criativo, inovador e facilitador da aprendizagem, criando ambientes seguros e estimulantes para alunos.**”, os resultados apontam a maioria dos inquiridos optaram pela opção “Concordo”.

Na análise dos resultados, podemos referir que, actualmente, as atribuições do docente adquiriram outras valências que traduzem na orientação dos formandos de forma que os mesmos possam ser autónomos. Para isso, ele deve ser inovador, criativo e facilitador neste processo, o que é comprovado por Arends (1995) no seu trabalho sobre o ensino: “Levar os alunos a pensar, resolver problemas e a descobrir coisas por eles próprios são objectivos novos para a Educação.”. Os docentes devem levar os alunos para a descoberta, fazendo com que os mesmos possam ter a curiosidade nas acções que serão desenvolvidas.

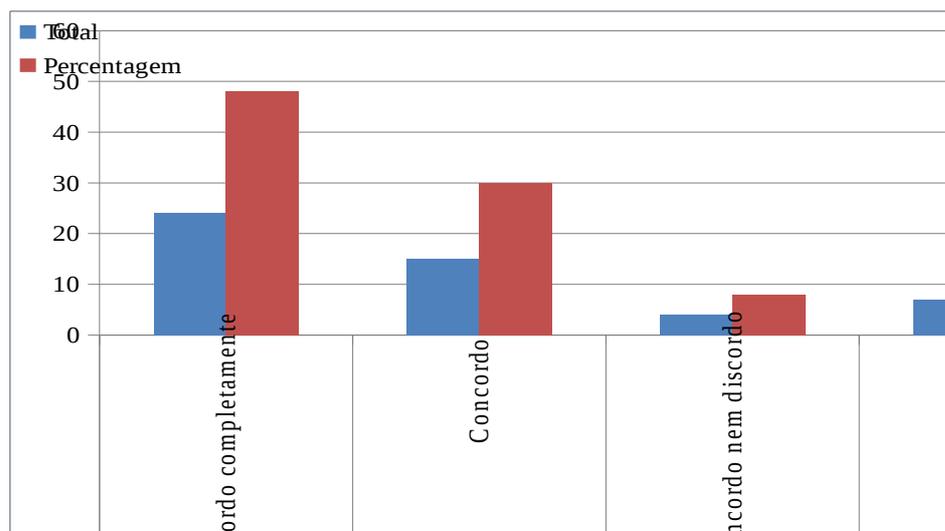
Gráfico 44- Criatividade, inovação e ser facilitador da aprendizagem



No que se refere à 25ª questão “*Envolver a família e a comunidade em geral no processo educativo.*”, gráfico 44, a maior parte dos inquiridos concordaram completamente, tendo em conta o papel relevante da família no processo educativo.

Os resultados indicam, hoje, que os pais e encarregados de educação desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Por esta razão, deve haver harmonia na relação entre a escola e família para o sucesso do ensino.

Gráfico 45- Envolvimento da família e da comunidade em geral no processo educativo

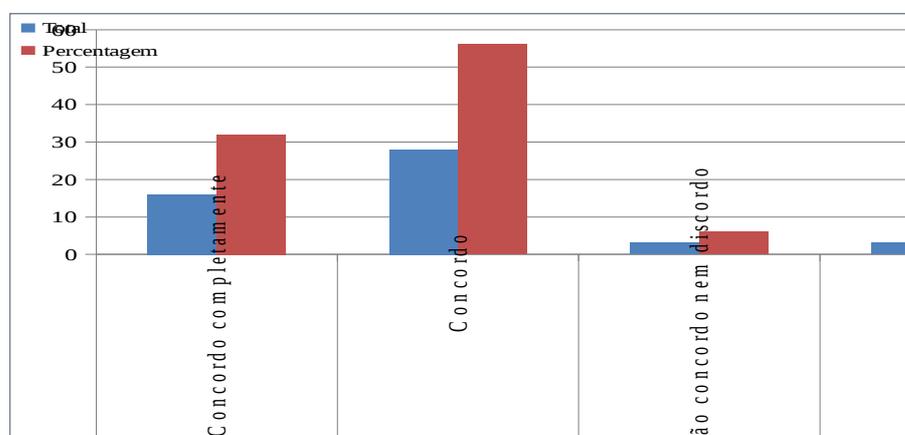


No que se refere à questão 26 “*Contribuir para o funcionamento regular da escola de modo a propiciar as relações e o bem-estar dos alunos.*”, a maior parte dos formandos inquiridos seleccionaram a opção “concordo”.

O professor, enquanto educador, ele deve envolver-se nas actividades da escola, criando um ambiente que proporcione afectividade e envolvimento de forma que os discentes possam sentir-se integrados na escola e participar nela.

Consideramos que este tipo de relação é de capital importância, porque o envolvimento do professor nas causas da escola fará dele um docente conhecedor das dificuldades e fará com que ele possa estar integrado nas questões do próprio Estabelecimento de Ensino e sentir-se à vontade em propor, sugerir acções que visem a melhoria do funcionamento da escola.

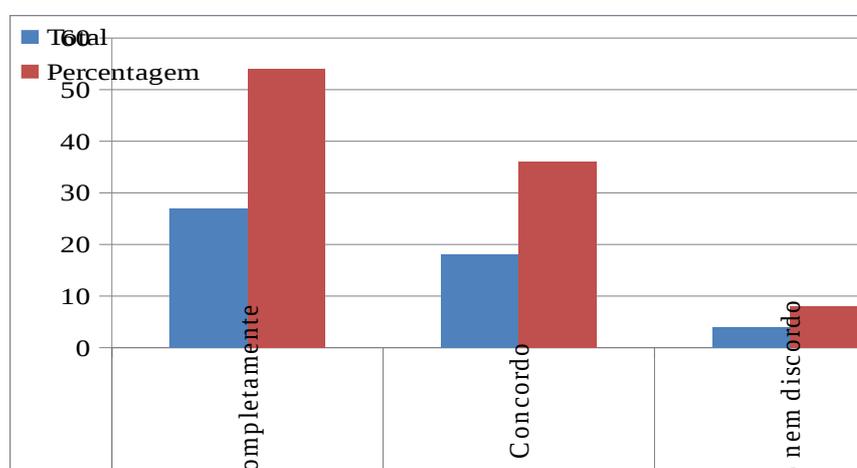
Gráfico 46- Contribuição do professor para o funcionamento regular da escola



O gráfico 46 ilustra a 27ª questão do inquérito “*Trabalhar em equipa, partilhando conhecimentos e experiências.*”. Das alternativas, grande parte dos inquiridos optaram pela selecção da opção “Concordo completamente”.

Analisando os resultados, considerámos que o trabalho em equipa deve constituir uma das valências de um líder, característica indicada a um docente. Na construção de valores, a responsabilidade do professor é de proporcionar momentos em que se possa partilhar o conhecimento, para que os discentes possam compreender os factos que o cercam e darem importância ao que é transmitido e aprendido com os outros.

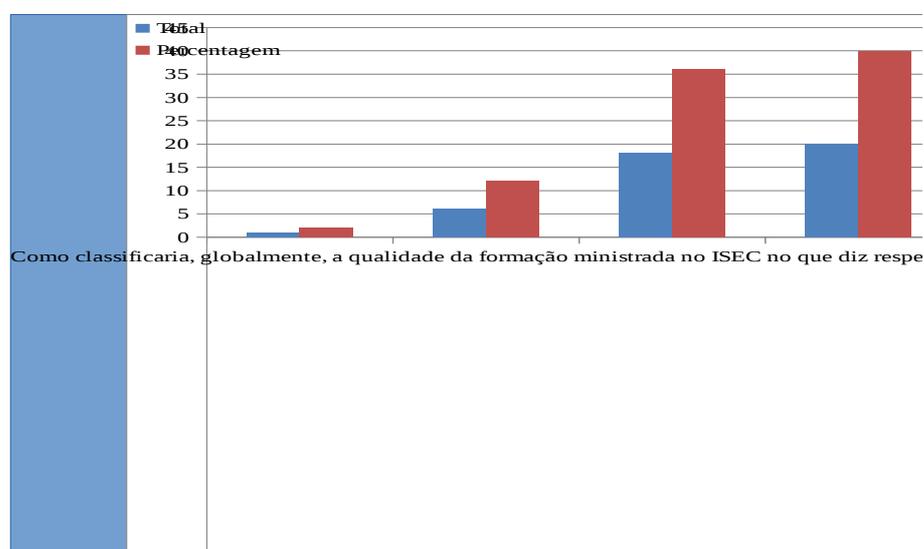
Gráfico 47- Trabalho em equipa e partilha de conhecimentos e experiências



Na 28ª questão, numa escala de *Excelente, Muito Boa, Boa, Suficiente, Mediocre, Má*, procuramos saber como cada inquirido classificaria, globalmente, a qualidade da formação ministrada no ISEC no que diz respeito à sua capacidade para agir enquanto transformador social. Dos dados obtidos conseguimos apurar que a maioria dos inquiridos optaram por seleccionar “Suficiente”, avaliando a qualidade de formação que é ministrada no ISEC.

Estes resultados são, para nós, preocupantes, tendo em conta a credibilidade da própria Instituição. Se as formações contribuem suficientemente para que os formandos possam ser um agente social, é ao todo um momento de reflectirmos e relativizarmos o currículo oficial e o implementado para que possa haver ajustes no programa de ensino, possibilitando, assim, a uma formação que vá de encontro às necessidades actuais na educação são-tomense.

Gráfico 48- Relação formação e a capacidade dos formandos em agir enquanto transformador social



Quanto à 29ª questão “**Que sugestões gostaria de deixar à Direcção do ISEC, com vista à melhoria da qualidade da formação de transformadores sociais?**”, os inquiridos apresentaram um conjunto de sugestões que reunimos em 3 grupos: Organização, Currículo e Docência.

No que se relaciona com a Gestão e funcionamento, sugeriram que o ISEC deve trabalhar em articulação com Ministério da educação, numa parceria com as Direcções Pedagógicas da Pré-escolar e Ensino Básico, em relação aos conteúdos para facilitar a prática pedagógica.

De modo a facilitar a pesquisa para o desenvolvimento de tarefas, indicaram a internet como um dos meios que deve ser instalado na Instituição, bem como o melhoramento do acervo bibliotecário.

Assinalaram também que deve haver a articulação entre os conteúdos ministrados na formação e aplicados durante as aulas e que os docentes devem capacitar os formandos para uma prática pedagógica no contexto de sala de aula.

A melhoria dos serviços dos exames mereceu o destaque dos inquiridos, relacionados com a publicação das notas, cumprimento do horário e marcação das datas das avaliações. Foram mais longe ainda, referindo que o ISEC deve criar equipa de Inspeção para supervisionar as aulas dos professores, exigindo mais dos mesmos e proceder com uma selecção criteriosa os que têm a qualidade para leccionar

A instalação de uma cantina escolar; melhoria do atendimento aos alunos (escutar/ouvir os alunos); a capacitação dos professores mais antigos do ISEC, de forma que os mesmos possam actualizar conhecimentos; apresentar plano do curso e dar informações correctas aos alunos e a substituição de alguns docentes constituíram algumas das propostas apresentadas quanto à organização das actividades do ISEC.

Relativamente ao currículo, os inquiridos propuseram a revisão do currículo; a introdução da Disciplina de Educação para Cidadania e Educação Cívica; maior comunicação/sintonia entre os professores; adequação dos conteúdos à formação, definição de disciplinas necessárias para cada curso.

Quanto à docência, referiram que deve haver clareza nas informações por parte dos professores, no que se refere à leccionação dos conteúdos, bem como os procedimentos da avaliação; que o ISEC, juntamente ao MEES, possa excluir os finalistas do teste de selecção para a docência no Ensino Básico; criação de cadeiras anuais ligadas à Língua Portuguesa e Matemática, incluído as didácticas e os docentes devem exigir mais dos alunos.

Assim, o ISEC enfrenta desafios que, dentre quais, podemos salientar alguns que julgamos serem essenciais para o desenvolvimento de actividades que concorram para a transformação social:

- ✓ Criação de áreas de apoio social para o atendimento dos alunos;
- ✓ Relativização do tipo de formação (teoria) que é ministrada no ISEC e a prática pedagógica dos futuros docentes;
- ✓ Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Ensino à distância, aproveitando os pólos de formação e os equipamentos já instalados para a implementação dos cursos em diferentes distritos e na RAP;
- ✓ A disponibilização de meios que possam facilitar a pesquisa dos alunos e o enquadramento do pessoal docente, evitando a contratação de maior parte de docentes extraordinários;
- ✓ Inclusão de actividades que orientem os alunos para a construção de projectos educativos. Nesta vertente, Santos & Jacobi (2011) afirmam que “ a inserção do professor no processo de construção de um projecto escolar interdisciplinar constitui-se em uma experiência rica para a sua formação, considerando o

desenvolvimento de novas posturas e práticas necessárias ao atendimento de objectivos comuns característicos dos trabalhos em grupo.”

As formações que são realizadas no ISEC devem contribuir para que o docente seja reflexivo e crítico nas suas práticas diárias, tendo em conta as diferentes áreas do saber: saber ser, saber estar, saber fazer e saber saber.

Pereira (2014:34) apresenta-nos dois paradigmas do modelo de formação dos professores: modelo baseado da racionalidade técnica e os baseados no modelo da racionalidade prática ou no modelo da racionalidade crítica e salienta, ainda, que um dos modelos mais difundidos de formação de professores são aqueles relacionados com o modelo da racionalidade técnica, em que a atividade profissional consiste na solução instrumental de um problema feita pela rigorosa aplicação de uma teoria científica ou uma técnica.

Segundo ele:

A visão prática concebe a educação como um processo complexo ou uma atividade modificada à luz de circunstâncias, as quais somente podem ser “controladas” por meio de decisões sábias feitas pelos profissionais, ou seja, por meio de sua deliberação sobre a prática. De acordo com essa visão, a realidade educacional é muito fluida e reflexiva para permitir uma sistematização técnica.(pág 37)

Na nossa perspectiva, os docentes devem desenvolver as suas acções teóricas e práticas que possam fazer dele alguém que critica e questiona o saber, estando disponível em proporcionar mudanças consideradas positivas nos seus educandos.

CONCLUSÃO

A transformação social é uma das áreas que concorrem para uma verdadeira realização da cidadania e, conseqüentemente, o exercício da democracia. É reconhecido o papel das instituições do ES nesta vertente para a formação de quadros.

Quando nos referimos ao ES, aludimos a uma Instituição que tem crescido, sobretudo, desde 1975, com o processo de democratização do país, mas que não tem conseguido dar respostas positivas que pudessem satisfazer as necessidades dos jovens que terminam o secundário e dos que pretendem progredir na carreira, recorrendo às Instituições do Ensino Superior.

Podemos ainda realçar que, embora o país tenha tido a sua independência há mais de 40 anos, o ES ainda se encontra na sua fase embrionária e de crescimento. A existência de três universidades marca a época pós-democrática, mas numa perspectiva actual e, de acordo com as exigências sociais, movidas pelo aumento de procura, as Instituições do ES devem trabalhar pela descentralização, apostando, sobretudo, no EaD, de forma a resolver o problema de mobilidade territorial dos que pretendam inscrever-se numa Instituição do ES.

Podemos ainda salientar que as vontades existem quanto à progressão do ES, tanto público como privado, no país, mas a situação económica interna, acompanhada da crise económica mundial, continua a condicionar os investimentos no sector: a construção de infraestruturas e a própria qualidade do ensino, já que grande parte do orçamento é financiado por parceiros internacionais.

Fazendo menção ao ISEC, a nossa posição é de que ela, ainda que precise de melhorar os seus serviços, tem sido uma Instituição que tem formado quadros para o mercado de trabalho, sobretudo, docentes, contribuindo desta forma para suprir o défice de recursos humanos registados nos Jardins, Creches e Escolas Básicas do Ministério da Educação.

Quanto aos estudos realizados, os resultados foram alcançados, porque contámos com a colaboração e a disponibilidade dos docentes e dos discentes do ISEC, incluindo as administrações das outras universidades existentes no país, possibilitando-nos obter contribuições e informações muito relevantes para o trabalho.

No objectivo 1 deste estudo, caracterizámos os inquiridos quanto ao género, idade, habilitação literária, área de profissionalização, tempo de serviço, departamento a que

pertencem, curso e ano que leccionam. Concluímos que, tendo em conta estes descritores apresentados, o ISEC possui professores que devem ter muita experiência na leccionação no ES, relativamente no campo pedagógico, atendendo também ao tipo de formação que os mesmos realizaram e que os dados nos apontaram.

Dos 74 docentes do ISEC, apenas 6 são efectivos, representando 8,1%, o que significa dizer que depende das outras instituições para o seu funcionamento, acarretando mais despesas para o cofre do Estado, tendo em conta o custo das horas extraordinárias e também ficando em falta a dedicação e o compromisso com a instituição.

Já no objectivo II, procuramos conhecer os aspectos ligados à organização e implementação curricular no ISEC, do qual depreendemos que, fruto do estudo realizado, os docentes têm trabalho para que os alunos possam ter o sucesso desejado, uma vez que, segundo os inquiridos, o que se lecciona vai de encontro às exigências do currículo, baseado na autonomia e na avaliação do empenho do aluno, proporcionando uma educação de qualidade.

Para cumprirmos o objectivo III, colhemos dos inquiridos a sua visão face à formação numa perspectiva de transformação social, em que os mesmos defenderam que há um ambiente propício para o desenvolvimento das actividades lectivas, mas que a falta de Departamento de apoio Social para os alunos com maior dificuldade, a falta de materiais de trabalho têm constituído obstáculos, o que poderá comprometer a realização de actividades inovadoras capazes de formar agentes transformadores de informação em conhecimento.

No que concerne aos objectivos do estudo realizado aos alunos, um dos aspectos que mais nos saltou a vista é o facto de os formandos reconhecerem o seu papel na sociedade: a promoção da justiça social, a solidariedade, a construção de uma relação baseada em respeito mútuo, tolerância, diálogo.

Ao referirem que a profissão docente exige permanentemente a actualização do conhecimento, constitui para nós um compromisso que os mesmos assumiram, o que corresponde ao exigido a um profissional da educação. É certo que existem outros padrões que possam caracterizar o docente enquanto agente de transformação social: ser criativo, inovador, facilitador da aprendizagem.

O ISEC enfrenta grandes desafios no que se refere na facilitação de investigação, sobretudo aos docentes, o apetrechamento da biblioteca e a disponibilização da internet.

Actualmente, a internet tem constituído um dos meios mais essenciais que proporcionam e facilitam a investigação, tanto por parte dos alunos como dos docentes, mas que constitui um *hand cup* para o funcionamento da própria Instituição.

Nunes (2014) refere que “a educação tecnológica, no sentido mais lato, ajuda a formar uma visão global do mundo. A vertente tecnológica está bem instalada em todos os aspectos da sociedade, como se tratasse de uma “pele” que cobre a contemporaneidade.”(pág.5)

A caracterização feita aos docentes desta Instituição pelos educandos aponta para um cenário desmotivador, que, para uma Instituição do Ensino Superior, pode reverter-se ao insucesso, sobretudo, quando se refere à formação de indivíduos que possam ser agentes de transformação social.

Achamos interessante o que alude Veiga (s.d) no seu artigo de opinião sobre o papel dos docentes no ES refere que:

(...)as funções docentes no ensino superior são exigentes. Os docentes do ensino superior devem estar envolvidos em múltiplas actividades: serviço docente directo, acompanhamento e orientação dos estudantes, realização de actividades de investigação e de criação cultural, participação em tarefas de extensão, divulgação científica e tecnológica e valorização económica e social do conhecimento e, ainda, participação na gestão das instituições. Todas estas dimensões da actuação dos docentes são fundamentais e estruturantes para que as instituições de ensino superior reforcem o seu papel como motores de desenvolvimento.

Uma Instituição do Ensino Superior, que forma, sobretudo, educadores e professores carrega consigo muitas responsabilidades. Por isso, deve promover actividades que possam ir de encontro a diferentes áreas do saber: saber-saber, saber-fazer, saber-estar e saber-ser.

Por esta razão, consideramos interessante a reflexão do docente nas suas actividades teórico-metodológicas bem como do trabalho realizado na prática com os futuros docentes, proporcionando a capacidade destes em envolverem-se na análise do próprio trabalho e à confiança no trabalho cooperativo e na possibilidade de mudanças que podem ocorrer a partir da sua organização.

Face às situações identificadas durante os inquéritos: a existência de mais de 90% de professores extraordinários; a existência de docentes Licenciados que leccionam turmas do curso de Licenciatura, bem como as áreas de formação que nem sempre se relacionam com a disciplina do curso que leccionam; a falta de uma comunicação eficaz e a consequente relação existente entre os docentes e alunos e os órgãos de gestão; a falta de departamentos da

área social e serviço académico e outros aspectos constituem obstáculos para que o ISEC forme verdadeiros agentes que proporcionem a transformação social.

SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Apresentamos um conjunto de sugestões que podem contribuir para a melhoria dos serviços prestados no ISEC, desde a sua gestão e funcionamento à prestação dos serviços de leccionação.

Quanto ao Ministério da Educação, este órgão Tutelar deve encontrar o mais urgente possível um espaço adequado para instalação do ISEC com os devidos gabinetes, laboratórios, sala dos professores, sector académico, biblioteca, sala de informática, pole desportivos e os respectivos apetrechos para a criação de novos cursos e atendimento aos estudantes que terminam o Secundário e encontrar formas para o recrutamento de professores efectivos. Trata-se de um processo conjunto, em que a própria Universidade deve encarar como um dos primeiros passos para a melhoria da qualidade de formação que é prestada neste estabelecimento de ensino.

Quanto ao ISEC, podemos salientar que deve desencadear acções que garantam o melhor *feedback* possível com os alunos bem como implementação da cadeira de Educação Cívica e Educação para Cidadania em todos os cursos e facilitar a comunicação entre os docentes e formandos de forma mais eficaz e eficiente, tornando mais profícua as actividades que são desenvolvidas no sector, bem como a elaboração de projectos educativos que possam levar a realizar acções que concorram para o desenvolvimento da cidadania.

Quanto aos docentes, os mesmos devem entender que o ISEC é uma Instituição que forma futuros docentes. Por isso, consideramos que devem exercer a sua profissão com profissionalismo, levando os mesmos a construírem instrumentos pedagógicos julgados essenciais que possam auxiliá-los na sua prática pedagógica de modo a formar Homens capazes de serem os verdadeiros agentes transformadores sociais.

Os formandos constituem a peça fundamental neste processo. Por esta razão, a definição de estratégias de trabalho, a existência de docentes comprometidos com a profissão e que reconheçam, de facto, a importância de uma formação de qualidade que possam traduzir em desenvolvimento do país, o nível de estudantes que ingressam no ISEC constituem, para nós, acções que concorrerão para uma verdadeira transformação social.

Limitações do estudo

Para a realização deste estudo, optámos pela realização de inquéritos aos docentes e alunos do ISEC. Depois da distribuição dos mesmos, houve dificuldades, sobretudo por parte dos docentes, na sua devolução que, por vezes, tínhamos de estar sempre em contacto com os docentes de forma que os mesmos pudessem preenchê-los. Isto fez com que o tempo destinado para esta acção fosse prolongado.

As dificuldades também foram reveladas ao longo da revisão da literatura. A pesquisa de bibliografias que pudessem sustentar a nossa pesquisa nem sempre correspondeu às nossas expectativas, dado que é um tema pouco estudado no país.

Um outro aspecto que merece realce é a obtenção de dados solicitados a algumas Instituições do Ensino Superior. Foi muito difícil obtê-los, sobretudo quanto ao número de inscritos, formados e o número de cursos implementados por elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L.S. *et al* (2012). *Expectativas académicas dos alunos do ensino superior: construção e validação de uma escala de avaliação*.
- Alonso, K. M. (2010). *A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares*.
- André, M. (2002). *Formação de Professores no Brasil (1990-1998)*. Brasília.
- Angélica, M. & Bernardo, B. (2006). *Desafios da Educação Superior na actualidade: Trajetória Docente*: Campinas.
- Arends, R. (1995). *Aprender a Ensinar*: Amadora, Portugal, Mcgraw Hill.
- Carvalho, C. (2017). *Desenvolvendo percepções e conceptualizando práticas sobre/ em Educação para Cidadania: O contributo da Supervisão Pedagógica numa perspectiva colaborativa e organizacional*.
- Contreras, J. (2002). *Autonomia do professor: os valores da Profissionalização e profissionalidade docentes*: São Paulo.
- Costa, A. M. (2011). *Educação para a cidadania e Ensino Superior*: NATAL/RN.
- Dicionário de Língua Portuguesa (2013). Porto Editora, Lda.
- Gonçalves, P. (2018). *O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008)*. Revista da Avaliação da Educação Superior
- Kandingi, A. (2016). *A expansão do ensino superior em angola. um estudo sobre impacto das instituições de ensino superior privado*.
- Magalhães, A. M. (2006). *A Identidade do Ensino Superior: a Educação Superior e a Universidade*: Rev. Lusófona de Educação n.7 Lisboa.
- Mendes, M. A. (s.d). *A relação entre a Escola e Família como factor condicionante do rendimento escolar do aluno*.
- Neves (2009). *Desafios da Educação Superior*: Porto Alegre.

Oliveira & Silva (2015): *Docência no Ensino Superior: O Uso de Novas Tecnologias na Construção da Autonomia do Discente*.

Nunes, C. B. (2014). *A educação tecnológica como disciplina de opção de escola e os novos desafios do professor no ano de transição*.

Petrelli, C. M. & Colossi, N. (2004). *A Quarta Via das Instituições de Ensino Superior: A responsabilidade social: IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitário na América do Sul*.

Pinto, A.V. (1989). *Sete Lições sobre a Educação de adultos*: editora A. Paulo: Cartezi.

Pontes, J. (2008). *História de Educação em S. Tomé e Príncipe*.

Porto, C. & Régnier, K. (2003). *O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória*.

Rebello, S. B. (2012). *A História do Ensino Superior: a necessidade do Ensino Superior no Brasil*: Rio de Janeiro.

Rego, C. & Caleiro, A. (2010). *O Mercado do Ensino Superior em Portugal: um diagnóstico da situação actual*.

Salvador, J. A. (2013). *Sociedade em Conhecimento: o que é e como ela nos influencia?- Reflexões acerca do Conhecimento, suas nuances e possibilidades e o que podemos dizer da chamada Sociedade do Conhecimento*.

Seibert, G. (2013). *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino Superior e Trajetórias em Portugal*. Editora: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) Centro de Estudos Africanos–IUL, Portugal.

Teixeira, G. (2004). *Grande dicionário de Língua Portuguesa*: Porto editora, Lda.

Unesco (2015) - *Uma visão geral sobre a Educação Superior no mundo: 197ª Sessão do Conselho Executivo*.

Veiga (2010). *Alguns desafios do ensino superior*: Revista do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Vieira, F. & Restivo, M. T. (2014). *Ensinar a Aprender, Aprender a Ensinar*. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Legislação

Lei nº 11/93 – *Lei do Ensino Particular e Cooperativo*, publicada no Diário da República nº 17, de 31 de Dezembro de 1993.

Decreto nº 88/96, *Estatutos do Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe*, publicado no Diário da República nº 18 de 31 de Dezembro de 1996, São Tomé, 1996;

Decreto nº 39/2008, *Aprovação dos Cursos da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe*, publicado no Diário da República nº 71, de 25 de Novembro de 2008, São Tomé, 2008;

Decreto-lei nº 5/2000, publicado no Diário da República nº 7 de 23 de agosto. Criação da Escola de Formação de Professores e Educadores.

Lei nº 2/2003 – *Lei de Bases do Sistema Educativo*, publicada no DR nº 7, de 02 de Junho de 2003, São Tomé, 2003.

Decreto-Lei nº 22/2005, *Estatutos da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe*, publicados no Diário da República nº 32 de 8 de Novembro de 2005, São Tomé, 2005.

Decreto-Lei nº 11/97, *Integração do Ensino Superior no Sistema Nacional da Educação*, publicada no Diário da República nº 6 de 31 de Julho de 1997, São Tomé, 1997.

Decreto-Lei nº 32 de 29 de Setembro de 2011. Orgânica dos Ministérios do XIV Governo Constitucional.

Decreto-Lei Nº 6 de 3 de Novembro de 2016- Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe.

Documentos oficiais

Ministério da Educação de S. Tomé e Príncipe (2006). *Educação para Todos – EPT: Plano Nacional de Acção 2002 – 2015*.

Ministério da Educação e Cultura. (2012). *Carta de Política Educativa São Tomé e Príncipe (Visão 2022) – Plano Decenal de Acção*. São Tomé: Ministério da Educação e Cultura.

16º Governo Constitucional. (2014). *Agenda de Transformação – Visão 2030*. São Tomé: 16º Governo Constitucional.

16º Governo Constitucional. (2015). *Programa*. São Tomé: 16º Governo Constitucional.

Plano Estratégico do ISEC (2015). ISEC e a Melhoria da Qualidade da Formação de Professores e Educadores

Relatório da Universidade de Évora (2015-2019). Balanço dos primeiros quatro anos de funcionamento.

Websites Consultados

Alves (2017). *Educação continuada comprometida com a transformação social*-
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253392>- 11/04/2019, 16 H

Bortolanza (2017). *Trajectoria do Ensino Superior Brasileiro – Uma busca da origem até a atualidade: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – XII Colóquio de gestão Universitária,*

https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y 23/03/2019, 14:30m

Cardoso (2004) *Educação/Formação/Investigação em S. Tomé – Será uma aposta do país no caminho para o desenvolvimento.*
<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaManuelaCardoso.pdf>; 15/04/2019; 9:50m

Ferreira (2015). *Projetar com luz, cor e matéria em espaços de ensino : Escola Técnica em São Tomé e Príncipe.* <https://core.ac.uk/display/61479334>; 15/04/2019, 9 H

Joaquim & Américo (2012). *Formar para Inovar, Inovar Formando com TIC;*
http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6334/1/ART_PaulaFlores_2012.pdf; 13/04/2019.

Kandingi (2016) *A expansão do ensino superior em Angola: um estudo sobre o impacte das Instituições de Ensino Superior Privado*- <https://run.unl.pt/handle/10362/19054> - 21/03/2019 , 10H

Leila (2000) *Educação continuada comprometida com a transformação social,*
http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253392/1/Alves_MariaLeila_D.pdf- 11/04/2019 - 10 H

Lima (2016). *Introdução da Educação a Distância no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (angola)*
https://ria.ua.pt/bitstream/10773/17038/1/TeseDoutoramento_YolaLima.pdf, 13/04/2019, 10 H.

Neves (2007). Desafios da educação superior <http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a02n17.pdf>, 25/03/2019 – 11:30m

Pereira (2014). *Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social: perspectiva em diálogo* <http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15>- Revista Educação e Sociedade- 12/04/2019, 11:30 m

Pontes (2008). A Educação em S. Tomé e Príncipe no período Pós-colonial, <https://jeronimopontes.blogspot.com/2008/01/educacao-em-s-tom-e-prncipe-no-periodo-ps.html>

Revista Lusófona de Educação (2009). Educação e transformação social hoje: alguns desafios político-pedagógicos: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645- 12/04/2019, 11 H

Santos & Jacobi(2011) *Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente*, Universidade de São Paulo; <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a04.pdf>; 11/03/2019 – 15H

Seibert(2013) *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino Superior e Trajetórias em Portugal* https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6019/1/Seibert_COOPEDU.pdf, 22/03/2019 – 15 H

Veiga (s.d.). Alguns desafios do Ensino Superior, pesquisado em 23/03/2019, 15H

Petry & Klein (...) Educação, Política e Transformação social: contribuições a partir da teoria crítica. [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/19922-47918-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/19922-47918-1-PB%20(1).pdf); 22/03/2019, 14H

Veriguine at all (s.d) *Da formação superior ao mercado de trabalho: percepções de alunos sobre a disciplina orientação e planejamento de carreira em uma universidade federal* <http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n4/REID4art4.pdf>; 13/04/2019, 8:30m.

Zeichner, Pereira (2005). Pesquisa dos educadores e formação docente voltada para a transformação social; <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0535125.pdf>; 15/04/2019, 10 H

APÊNDICE 1 – Inquérito feito aos docentes do ISEC

Questionário

Este questionário decorre das ações das atividades planificadas para investigação levadas a cabo pela mestrandia em Ciência da Educação – Universidade de Évora – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sob o Tema “A Formação dos Professores do Ensino Superior na USTP e Desafios na Transformação Social”.

Caraterização

Breve caraterização do inquirido.

1- Género

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino

2- Idade

3- Habilitações Literárias *Marcar apenas uma oval.*

- Conclusão do Ensino secundário
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento
 Outro

4- Área em que é profissionalizado

5- Tempo de serviço *Marcar apenas uma oval.*

- menor ou igual a 5 anos
 entre 6 a 10 anos
 mais de 10 anos

6- Departamento a que pertence

- Línguas
 Ciências Sociais e Humanas
 Expressões
 Matemática e Ciências Experimentais

Educação Física

Educação Experimental

Outro

Outro: _____

7- Curso que leciona

8- Ano em que leciona

Organização e Implementação Curricular na Instituição

Nas questões que se seguem escolha apenas uma opção de acordo com a seguinte escala: 1 = Concordo inteiramente 2= Concordo 3=Não tenho opinião 4= Discordo em parte 5= Discordo totalmente

9- Os conteúdos organizados nas unidades curriculares constituem a base de avaliação do empenho, desempenho dos alunos?

Marcar apenas uma oval.

**Concordo completamente- Concordo __Não concordo, nem discordo _ Discordo__
Discordo completamente _**

10- Para um bom processo de transmissão e intercâmbio do conhecimento é fundamental a contextualização real da sociedade? Os conteúdos organizados nos planos curriculares correspondem ao padrão nacional e internacional para a emancipação da educação santomense?

Marcar apenas uma oval.

**Concordo completamente- Concordo __Não concordo, nem discordo _ Discordo__
Discordo completamente _**

11- Existe uniformização dos conteúdos lecionados pelos docentes das mesmas unidades curriculares?

**Concordo completamente- Concordo __Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo
completamente _**

Trabalho colaborativo docente

Descreva a sua opinião acerca do trabalho colaborativo dentro da sua instituição

12- Os docentes têm autonomia para análise, discussão e tomada conjunta de decisões sobre aspectos intrínsecos à prática lectiva, tais como, planificações, construção de materiais e critérios de avaliação, com vista ao sucesso escolar de todos os alunos?

Marcar apenas uma oval.

Concordo completamente___ **Concordo** __ **Não concordo, nem discordo** _
Discordo__ **Discordo completamente**_____

13- Os docentes trabalham em equipa para casos de superação de dificuldades apresentadas pelos alunos?

Marcar apenas uma oval.

Concordo completamente___ **Concordo** __ **Não concordo, nem discordo** _
Discordo__ **Discordo completamente**_____

14- Em casa de dificuldade maior, os docentes solicitam o intercâmbio de colegas de outros departamentos?

Marcar apenas uma oval.

Concordo completamente___ **Concordo** __ **Não concordo, nem discordo** _
Discordo__ **Discordo completamente**_____

15- Em caso de dificuldade maior, os docentes solicitam o intercâmbio de colegas de outras universidades?

Concordo completamente___ **Concordo** __ **Não concordo, nem discordo** _
Discordo__ **Discordo completamente**_____

Pontos Fortes e Fracos do trabalho colaborativo docente
--

Seleccione quais os pontos fortes do trabalho colaborativo dentro da sua instituição

16- Quais os pontos fortes do trabalho colaborativo dentro da sua instituição *Marque todas que se aplicam.*

Existência um ambiente de confiança entre os docentes?

Aspirações e valores comuns entre professores?

Democratização no departamento?

Turmas com poucos números de alunos?

Outro:

17- Quais os pontos fracos do trabalho colaborativo dentro da sua instituição Marque todas que se aplicam.

- a. Falta de condições de higiene e a segurança no trabalho?
- b. Divergências nas aspirações e valores comuns entre professores?
- c. Falta de material de trabalho?
- d. Elevados números de aluno por turma?
- e. Falta de Departamento de apoio Social para alunos com maior dificuldade?
- f. Pontualidade e assiduidade por parte dos
- alunos. Outro: _____

Formação como transformação social

Descreva a importância da formação de professores na sua transformação social

18- Qual a importância da formação de professores na transformação social do docente *Marque todas que se aplicam.*

- a. Ser um agente transformador de informação em conhecimento
- b. Proporcionar uma educação de
- qualidade Outra _____
- Outro: _____

APÊNDICE 2 – Inquérito feito aos formandos do ISEC 4º ano

O/A PROFESSOR/A ENQUANTO TRANSFORMADOR SOCIAL Questionário dirigido a finalistas do ISEC

Este questionário decorre das acções das actividades planificadas para investigação levadas a cabo pela mestrandia em Ciência da Educação – Universidade de Évora – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sob o Tema “A Formação dos Professores do Ensino Superior na USTP e Desafios na Transformação Social”.

*Obrigatório

Queremos agradecer-lhe antecipadamente o seu contributo e pedir-lhe que seja o mais sincero/a possível, pois as informações que obtivermos são anónimas e destinam-se apenas a procurar melhorar a educação santomense.

Face à importância dos educadores/professores enquanto agentes de transformação social, considero que a formação no ISEC me preparou devidamente para:

1- Tratar os alunos com dignidade e construir relações enraizadas no respeito mútuo. *
Concordo __ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente** __

2- Salvar o bem-estar dos alunos de acordo com as disposições legais *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

3- ter capacidade de diálogo e espírito de solidariedade para agir como profissional e como cidadão. *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

4- Agir com sentido de justiça, rigor, responsabilidade e equidade, não discriminando os alunos em função das suas diferenças individuais, sociais e culturais. *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

5- Evidenciar justiça e equidade no uso dos normativos do sistema educativo. *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

6- Evidenciar imparcialidade na tomada de decisões. *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

7- Evidenciar organização e disciplina, com tolerância, flexibilidade e autoridade, sem autoritarismo. *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

8- Reconhecer o erro e estar disponível para mudar. *
Concordo _ **Não concordo, nem discordo** _ **Discordo**__ **Discordo completamente**__

9- Reconhecer que devo assumir-me como uma referência na sociedade e figura pública. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

10- Promover, de forma coerente, atitudes e valores positivos que inspiram o comportamento dos alunos. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

11- Tomar consciência de que a profissão exige permanente atualização de conhecimentos *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

12- Comprometer-me com a dimensão cívica e formativa das minhas funções. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

13- Agir no sentido de prevenir os preconceitos e as discriminações individuais, culturais e sociais. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

14- Desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade, solidariedade, justiça e equidade. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

15- Desenvolver nos alunos capacidades de análise, reflexão e pensamento crítico. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

16- Aprofundar o conhecimento da cultura nacional e geral. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

17- Promover e praticar uma cultura de aprendizagem que integra as dimensões do saber/saber, saber/fazer, saber/estar, saber/ser. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

18- Promover relações interpessoais que facilitam a comunicação. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

19- Ter uma compreensão crítica da evolução das disciplinas e do currículo. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

20- Incentivar a autonomia dos alunos e a cooperação inter-pares. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

21- Facilitar a integração e inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

22- Conceber, organizar e pôr em prática situações de aprendizagem estimulantes, envolvendo os alunos na aprendizagem e no trabalho. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

23- Ter capacidade de liderança. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

24- ser criativo, inovador e facilitador da aprendizagem, criando ambientes seguros e estimulantes para os alunos. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

25- Envolver a família e a comunidade em geral no processo educativo *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

26- Contribuir para o funcionamento regular da escola, de modo a propiciar as relações e o bem-estar dos alunos. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

27- Trabalhar em equipa, partilhando conhecimentos e experiências. *

Concordo _ Não concordo, nem discordo _ Discordo__ Discordo completamente__

ISEC (Instituto Superior de Educação e Comunicação) E QUALIDADE DA FORMAÇÃO MINISTRADA

28- Como classificaria, globalmente, a qualidade da formação ministrada no ISEC no que diz respeito à sua capacidade para agir enquanto transformador social? *

Excelente ___ Muito Boa___ Boa___ Suficiente___ Mediocre___ Má___

29- Que sugestões gostaria de deixar à Direção do ISEC, com vista à melhoria da qualidade da formação de transformadores sociais?

Curso que frequenta

Educação de Infância ___

Ensino do 1º Ciclo ___

Ensino do 2º Ciclo ___

APÊNDICE 3 – Carta dirigida à Reitora da Universidade Lusíadas

Exm^a Senhora Digníssima Reitora
da Universidade Lusíada
São Tomé, 21/02/2019

Excelência,

Isabel Maria Correia Viegas de Abreu, aluna mestranda da Universidade de Évora do Curso de Ciências da Educação, estando na fase de preparação dos trabalhos da minha dissertação cujo tema é “*O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios do Instituto Superior de Educação e Comunicação na formação dos Professores para a transformação social*”, vem por este meio pedir a Vossa Excelência que lhe faculte alguns dados da Instituição que dirige para complementar o seu trabalho.

- 1- Dados sobre a Qualificação Académica dos Docentes da Universidade.
- 2- Número de cursos instituídos na Universidade.
- 3- Números de alunos já formados.
- 4- A evolução dos alunos e cursos desde início da Universidade até 2018/2019
- 5- Data do início da Universidade e o Decreto da sua criação.

Ciente que a sua solicitação merecerá a atenção por parte de Vossa Excelência, aguarda, com expectativa o atendimento do pedido formulado.

Sem mais assunto a tratar, desde já apresenta os sinceros agradecimentos.

A interessada,

APÊNDICE 4 – Carta dirigida ao Presidente da Faculdade de Ciências

Exm^o Senhor Presidente da
Faculdade de Ciências
São Tomé, 21/02/2019

Excelência,

Isabel Maria Correia Viegas de Abreu, aluna mestranda da Universidade de Évora do Curso de Ciências da Educação, estando na fase de preparação dos trabalhos da minha dissertação cujo tema é “*O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios do Instituto Superior de Educação e Comunicação na formação dos Professores para a transformação social*”, vem por este meio pedir a Vossa Excelência que lhe faculte alguns dados da Instituição que dirige para complementar o seu trabalho.

- 1- Dados sobre a Qualificação Académica dos Docentes da Universidade.
- 2- Número de cursos instituídos na Universidade.
- 3- Números de alunos já formados.
- 4- A evolução dos alunos e cursos desde início até 2018/2019
- 5- Data do início da Universidade e o Decreto da sua criação.

Ciente que a sua solicitação merecerá a atenção por parte de Vossa Excelência, aguarda, com expectativa o atendimento do pedido formulado.

Sem mais assunto a tratar, desde já apresenta os sinceros agradecimentos.

A interessada,

**APÊNDICE 5 – Carta dirigida à Presidente do Instituto Superior de
Educação e Comunicação**

Exm^a. Senhora Presidente do
Instituto Superior de Educação e
Comunicação

São Tomé, 21/02/2019

Excelência,

Isabel Maria Correia Viegas de Abreu, aluna mestranda da Universidade de Évora do Curso de Ciências da Educação, estando na fase de preparação dos trabalhos da minha dissertação cujo tema é “*O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios do Instituto Superior de Educação e Comunicação na formação dos Professores para a transformação social*”, vem por este meio pedir a Vossa Excelência que lhe faculte alguns dados da Instituição que dirige para complementar o seu trabalho.

- 1- Dados sobre a Qualificação Académica dos Docentes da Universidade.
- 2- Número de cursos instituídos na Universidade.
- 3- Números de alunos já formados.
- 4- A evolução dos alunos e cursos desde início até 2018/2019
- 5- Data do início da Universidade e o Decreto da sua criação.

Ciente que a minha solicitação merecerá a atenção por parte de Vossa Excelência, aguarda, com expectativa o atendimento do pedido formulado.

Sem mais assunto a tratar, desde já apresenta os sinceros agradecimentos.

A interessada,

APÊNDICE 6 – Carta dirigida ao Presidente do Instituto de Ciências da Saúde

Exmº Senhor Presidente do
Instituto de Ciências da Saúde
São Tomé, 21/02/2019

Excelência,

Isabel Maria Correia Viegas de Abreu, aluna mestranda da Universidade de Évora do Curso de Ciências da Educação, estando na fase de preparação dos trabalhos da minha dissertação cujo tema é “*O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios do Instituto Superior de Educação e Comunicação na formação dos Professores para a transformação social*”, vem por este meio pedir a Vossa Excelência que lhe faculte alguns dados da Instituição que dirige para complementar o seu trabalho.

- 1- Dados sobre a Qualificação Académica dos Docentes da Universidade.
- 2- Número de cursos instituídos na Universidade.
- 3- Números de alunos já formados.
- 4- A evolução dos alunos e cursos desde início até 2018/2019
- 5- Data do início da Universidade e o Decreto da sua criação.

Ciente que a minha solicitação merecerá a atenção por parte de Vossa Excelência, aguarda, com expectativa o atendimento do pedido formulado.

Sem mais assunto a tratar, desde já apresenta os sinceros agradecimentos.

A interessada,

APÊNDICE 7 – Carta dirigida à Reitoria do IUCAI

Magnífico Reitor do IUCAI

São Tomé, 21/02/2019

Excelência,

Isabel Maria Correia Viegas de Abreu, aluna mestranda da Universidade de Évora do Curso de Ciências da Educação, estando na fase de preparação dos trabalhos da minha dissertação cujo tema é “*O Ensino Superior em S. Tomé e Príncipe: Desafios do Instituto Superior de Educação e Comunicação na formação dos Professores para a transformação social*”, vem por este meio pedir a Vossa Excelência que lhe faculte alguns dados da Instituição que dirige para complementar o seu trabalho.

- 1- Dados sobre a Qualificação Académica dos Docentes da Universidade.
- 2- Número de cursos instituídos na Universidade.
- 3- Números de alunos já formados.
- 4- A evolução dos alunos e cursos desde início até 2018/2019
- 5- Data do início da Universidade e o Decreto da sua criação.

Ciente que a minha solicitação merecerá a atenção por parte de Vossa Excelência, aguardo, com expectativa o atendimento do pedido formulado.

Sem mais assunto a tratar, desde já apresenta sinceros agradecimentos.

A interessada,

Anexo 1- Imagem das IES de S. Tomé e Príncipe



Ilustração 1- Imagem do Instituto Universitário Administração Contabilidade e Informática



Ilustração 2- Imagem da Faculdade de Ciências e das Tecnologias



Ilustração 3- Imagem do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC)



Ilustração 4- Imagem do Instituto Superior de Ciências da Saúde, Dr.º Victor Sá Machado



Ilustração 5- Universidade de Lusíada